CAPOEIRA, IDENTIDADE E GÊNERO

Ensaios sobre a história social da Capoeira no Brasil

CAPOEIRA, IDENTIDADE E GÊNERO

Ensaios sobre a história social da Capoeira no Brasil

Josivaldo Pires de Oliveira • Luiz Augusto Pinheiro Leal

Salvador - BA
2009

A Kissa Oliveira e Mateus Leal,
crianças que brilham.

A Sílvia Leão, precursora do Movimento
Capoeira Mulher, in memoriam.

O capoeira era um individuo desconfiado e sempre prevenido. Andando nos passeios, ao approximar-se de uma esquina tomava immediatamente a direção do meio da rua; em viagem, se uma pessoa fazia o gesto de cortejar a alguém, o capoeira, de subto, saltava longe, com a intensão de desviar uma aggressão, embora imaginaria.

Manoel Querino (1851-1923)

Agradecimentos

Este livro é mais um fruto das intenções coletivas, construídas a partir de nossas relações sociais e políticas no universo fronteiriço da prática da capoeira e da produção acadêmica. Portanto, o que oferecemos agora é um produto do conflito. Conflito este que permitiu a realização de alguns sonhos. Por exemplo, extrapolar tanto o universo da roda de capoeira quanto os limites dos bancos universitários para se discutir a história social dos capoeiras e da capoeiragem no Brasil. Assim, o que nos resta é agradecer.

Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil é uma obra coletiva em sua autoria, mas também em sua construção. Não no sentido de termos vários outros autores anônimos, pois assumimos toda a responsabilidade sobre o que escrevemos, mas devido às diversas contribuições que pessoas, em contextos diferentes, deram ora à pesquisa ora à leitura de nossos textos em primeira versão. Desse modo, de uma maneira comum aos autores, agradecemos as sugestões apresentadas pelo professor Carlos Eugênio Líbano Soares e pelo pesquisador Frede Abreu em relação ao conteúdo da obra ou da importância das temáticas apresentadas. Ambos não necessitam de apresentação dentro do mundo da capoeiragem, devido às suas dedicadas atividades em prol da capoeira. Carlos Eugênio é autor dos clássicos *A negregada instituição* e *A capoeira escrava*. Frede, além de escritor criativo e dedicado, é responsável por um dos maiores acervos de capoeira: o Instituto Jair Moura. Junto a eles, agradecemos o apoio de nossos orientadores do Programa de Pós-

graduação em Estudos Étnicos e Africanos da UFBA, professores Jéferson Bacelar e João José Reis, por incentivar nossa produção acadêmica e acompanhar nossa formação e pesquisa.

A foto da orelha é gentileza da professora Joceneide Cunha, parceira de longa data. Além dela, de modo mais particular, agradecemos aos diversos colegas e amigos que contribuíram com nossos trabalhos. Entre eles, destacamos Pedro Abib, Walney Oliveira, Sérgio Guerra Filho, Ellen Oliveira e Marzane Souza. Agradecemos de forma especial ao artista plástico Gabriel Ferreira, pela disponibilidade de sua obra, a qual constitui um dos capítulos deste livro.

Em relação às instituições colaboradoras, somos gratos à Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), por ter aceito submeter nosso trabalho ao seu Conselho Editorial que, por sua vez, recomendou com entusiasmo a publicação, e à FAPESB, por financiar a publicação de seus primeiros 500 exemplares.

Por fim, agradecemos aos nossos familiares e amigos pela torcida em torno de mais esta vitória no projeto de engajamento que passamos a identificar como a nova política da capoeiragem, ou seja, a capoeira pelos capoeiras, ocupando todos os espaços da sociedade e não mais aceitando os limites do colonialismo moderno.

Apresentação

Esta dupla de historiadores – Luiz Augusto Pinheiro Leal e Josivaldo Pires de Oliveira – eu conheci há alguns anos atrás, fissurada por material de capoeira para referendar os assuntos das suas monografias de mestrado. O primeiro é paraense e o segundo feirense da Bahia. Os estudos e o interesse pela capoeira fizeram com que eles se encontrassem, se tornassem amigos e parceiros de produções sobre o tema. Percebi que os dois andavam atinados com as novidades que os estudos da capoeira estavam a demandar. Gente com gosto para a pesquisa. Com cheiro de arquivos.

Bel (Josivaldo), na ocasião, estava empenhado em compreender um período histórico da capoeira baiana, assanhado por desordeiros e valentões. Um tema que começava a ser retirado do breu, remexido, documentalmente coberto, revelador de muitos barulhos históricos e personagens, cujas lembranças desagradam moralmente parte significativa da comunidade atual da capoeira. Um tema, por isso, cheio de armadilhas e riscos (inclusive morais) para quem desejava abordá-lo. Bel com perícia e rapidez encarou a tarefa e avançou sobre o assunto, dignificando o papel que tiveram os valentes para os destinos da capoeira. O resultado já é conhecido e está exposto no seu livro de sugestivo e belo título: *No tempo dos valentes: os capoeiras na cidade da Bahia*, hoje compondo a bibliografia básica para os que estudam o passado da capoeira baiana.

Augusto é bem silencioso, cerimonioso (no bom sentido). Quando expunha o tema do seu estudo, a gente ficava calada. Primeiro, por não acreditar que ele pudesse reunir material suficiente para desenvolver a sua proposta de estudar a capoeira no Pará, no período histórico por ele recortado. Só ele sabia que tinha assunto suficiente para ser transformado numa dissertação de mestrado. Calados, ficávamos nós também diante da sua convicção e da sua capacidade de argumentar e expor o que queria. Admirável a sua sutileza em propor trilhas históricas onde apenas havia meros vestígios delas. Desconfiava então que, surdamente, ele já havia traçado a verdade da sua dissertação. Desafiado a provar, brilhou. O resultado pode ser conferido no seu livro *A política da capoeiragem: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906).*

Pelo antes, o durante e o depois do período em que estiveram envolvidos com suas dissertações, Luiz e Bel se tornaram viciados nas coisas da capoeira: quando não estavam jogando ou estudando, estavam levando algum lero-lero sobre ela; e, como convidados, palestrando, participando de seminários ou entregues aos movimentos de influência sobre o destino que ela tomaria. Não ficaram cativos dos temas por eles abordados nas respectivas dissertações e ampliaram seus interesses para variados aspectos condizentes com a capoeira e outras manifestações da cultura afro-brasileira. Em todas as intervenções, a visão do historiador foi por eles ressaltada, mas de forma combinada com outras disciplinas, em relevo principalmente a Antropologia, com a qual ambos têm intimidade.

Neste livro – *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil* – está a prova do que digo. Mais importante do que a minha opinião será o interesse que despertarão

os debates e discussões suscitados pelos temas abordados, como merecem estes autores que hoje se afirmam crescentemente no ambiente do que se denominou chamar e respeitar como a intelectualidade da capoeira.

Frede Abreu
Instituto Jair Moura

Sumário

Prefácio

A capoeira faz pouco tempo deixou os pés de páginas dos compêndios mais importantes da história nacional para adquirir vida própria, tornando-se ela mesma tema de volumosos trabalhos, que desvelam planos e horizontes antes absolutamente desconhecidos da nossa historiografia. O trabalho aqui apresentado de Luiz Augusto e Josivaldo faz parte desta nova safra.

O objetivo maior da obra não deixa de ser original. Retirar a capoeira de certo nicho, reduto marcado pelo exotismo, pela “folclorização” (com todo respeito pelos trabalhos de folclore) e de um campo mitológico empolgante, mas igualmente isolado e estigmatizado, para incorporá-la às questões maiores da formação da nacionalidade, da educação, da construção da identidade nacional. Assim, pelas páginas de Luiz Augusto e Josivaldo, a capoeira finalmente torna-se parte integrante da história do país, da sua face, da sua gênese, faceta antes percebida, mas nunca explicitada.

Luiz Augusto Pinheiro Leal e Bel (apelido de Josivaldo Pires de Oliveira) já haviam trilhado caminhos novos e instigantes em tempos anteriores. Luiz Augusto, em sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal da Bahia, abriu um imenso horizonte, antes insuspeito para a história da capoeira no Grão Pará da virada do século XIX para o século XX, de causar estupor a qualquer especialista da história da capoeira baiana e carioca.

Bel esqueceu um pouco a conhecida trajetória dos grandes mestres da capoeira do século XX para se debruçar sobre a “escória” de “desordeiros e valentes” que marcaram a imagem da

capoeiragem na Cidade da Bahia antes do advento das escolas Regional e Angola. Ambos abriram caminhos novos a partir de velhas trilhas.

No livro ora apresentado, eles de novo abrem inéditas sendas. Na primeira parte, intitulada *Capoeira, história e identidade,* Luiz e Bel tratam da formação de uma história nacional. Não por coincidência este processo vai ter início no período imediatamente após a Independência, quando a elite "libertadora" do Brasil vai pelejar para inventar uma memória nacional, que também, não por coincidência, vai colocar nos píncaros da glória esta mesma elite ou seus antepassados ilustres.

O capoeira não tem lugar nesta galeria de heróis nacionais. Bêbado, vadio, ocioso, mestiço, baderneiro, desordeiro, vicioso, vadio, era o paradigma da escória urbana, pior que o preto africano ou que o índio *puro*. Mas como um fantasma ele percorre em espectro as páginas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lugar privilegiado de construção de uma memória nacional, em uma espécie de elogio invertido, onde a nobre classe dos historiadores do Império usa os subterrâneos dos pés de página para dar vazão aos seus "instintos mais primitivos".

Na década de 1930, nos tardios primórdios da educação pública no Brasil, já na era Vargas, o contexto havia se alterado sensivelmente. A mestiçagem – inferno racial da geração 1870 – é cantada em prosa e verso na nova "raça brasileira" inventada pelo getulismo. Na mesma época, Mestre Bimba e Mestre Pastinha reinventam a capoeira, reordenando seu lugar na ordem social, tirando-a da esfera do crime para o campo da educação física, antiga reivindicação de parte da primeira geração republicana.

Nos capítulo que compõem a primeira parte do livro, Luiz e Bel revelam como a redefinição da mestiçagem no imaginário da elite intelectual foi moldando um novo lugar para a capoeira.

O livro didático é um *locus* importante para perceber esta transição. Nos anos 1970 e 1980, a nova geração de intelectuais sacode o jugo do conservadorismo e relê os ditos "marginalizados" como sujeitos de sua história e até da história da nação. Como os autores afirmam, será pelo portal da Antropologia que a capoeira vai adentrar o salão dos acadêmicos. Uma nova Antropologia, que jogou na lata de lixo da história o "racismo científico" e outros dogmas.

Mas somente nos anos 1990, a história volta seus olhos para a dita manifestação cultural. Os próprios trabalhos de Bel e Luiz Augusto são fruto desta mudança. Assim, este livro joga os estudos sobre a capoeira na maré montante da revolução do pensamento brasileiro da segunda metade do século XX, quando velhos paradigmas, inclusive mais tarde alguns autorreferenciados como "revolucionários", ficam para trás.

Mas a parte mais interessante de toda a obra é o capítulo segundo, intitulado *Capoeira e identidade nacional: de crime político à patrimônio cultural do Brasil*. Bel e Luiz revelam como, na tríade carnaval, futebol e capoeira, símbolos da brasilidade desde meados do século XX, a capoeira será a última a ocupar seu lugar. Por obra e graça dos Grandes Mestres e, depois deles, da expansão globalizada da arte, já no limiar do terceiro milênio, a capoeira ganha foros de brasilidade, como diria Jair Moura.

Bel e Luiz tecem com maestria, em diferentes momentos da obra, o complicado enredo da produção científica sobre a capoeira, desde os artigos pioneiros de Mello Moraes Filho e Manuel Querino, da virada do século, entre outros, passando por Waldeloir Rego, a nova historiografia da escravidão dos anos 1960 (muito forte na Bahia), a nova história brasileira dos anos 1980, chegando à geração a qual pertencem, que deitou longe alguns mitos e opera vigorosa revisão dos significados da capoeira,

mormente na história, onde até muito pouco tempo não havia o menor espaço para temas como este.

Mas, pelo menos para mim, nada substitui as vibrantes narrativas que Luiz Augusto deixou para o final: as rocambolescas aventuras marginais de três ícones da capoeiragem antiga do Grão Belém do Pará: Pé-de-Bola, Lourenço e Cabralzinho. Heróis às avessas, eles saltam das páginas da literatura para o registro histórico, refeitos do moralismo que os condenou ao ostracismo, mas também longe do bom-mocismo, politicamente correto que os colocaria como heróis dos oprimidos. Eles foram vestidos como realmente penso que eram: representantes, sim, das classes mais desprivilegiadas daquele tempo, mas também autênticos *macunaímas* do oportunismo político, servindo de capangas do primeiro coronel que desse mais "sem nenhum caráter".

Bel e Luiz cimentam tradições díspares, ou que pelo menos permaneciam separadas, trazendo o *capoeira* para o centro do debate nacional. Dimensionando o peso que certas narrativas literárias e intelectuais tiveram na reinvenção da capoeira no século XX; apontando o impacto do livro escolar na construção – ou desconstrução – da imagem do capoeirista, que substitui o *capoeira* após a onda dos grandes mestres Bimba e Pastinha.

Uma outra renovação está em marcha...

Carlos Eugênio Líbano Soares
Universidade Federal da Bahia

Introdução

Os interesses da população afro-brasileira, nos últimos anos, têm sido vitoriosos no que diz respeito às diversas políticas de ações afirmativas em discussão ou implementação no país. Com essas características, destacamos particularmente a lei 10.639/2003 e a proposta de cotas raciais. A primeira ação afirmativa consiste na obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica[1]. A segunda é referente à garantia de vagas nas universidades brasileiras para os afro-descendentes. Ambas têm proporcionado importantes debates e diálogos mais abrangentes com a sociedade brasileira. Contudo, estas propostas podem ser consideradas recentes, se levarmos em conta a trajetória, muitas vezes atribulada, das tradições culturais negras que há décadas têm desenvolvido atividades de ação afirmativa no Brasil.

Entre as mais diversas práticas culturais afro-brasileiras, destacam-se duas manifestações culturais que, ao longo das últimas décadas, têm proporcionado a guarda de saberes e a proteção material de diferentes elementos da cultura afro-brasileira: a capoeira e o candomblé. Ambas ao longo de suas histórias têm recebido a atenção das autoridades brasileiras, visando a diversos fins. Na capoeira, a trajetória variou entre usos e abusos favoráveis ou dispendiosos a seus praticantes. No candomblé, a violência contra seus praticantes caracterizou o diálogo da sociedade com este saber ancestral dos africanos no Brasil. Em ambos os

---

[1] BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Promoção de Políticas da Igualdade Racial. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, 2004.

casos, os agentes culturais foram os mais prejudicados. Contudo, a interação de diversos intelectuais, brasileiros ou estrangeiros, com as referidas manifestações culturais gerou experiências positivas, tanto para a divulgação pública desses saberes, como para a delimitação sistemática das características de culto, rito e/ou fundamentos dessas práticas culturais. Em relação à capoeira, por exemplo, o ano de 1937 é um marco para a sua emancipação, extinguindo-se do rol de crimes do Código Penal brasileiro.

Para muitos capoeiras, a descriminalização estaria vinculada ao esforço do mestre Bimba em promover a capoeira como educação física ainda na década de 1930[2]. Além disso, outro fator que teria influenciado a extinção da capoeira do Código Penal estaria relacionado a uma apresentação que mestre Bimba fez, também em 1937, na Bahia, para Getúlio Vargas, então presidente do Brasil. No entanto, o que muitos ainda precisam saber é que, no mesmo ano de 1937, ocorreu em Salvador o II Congresso Afro-brasileiro organizado por diversos intelectuais, preocupados com o estudo da cultura negra no Brasil, a exemplo de Edison Carneiro e Jorge Amado, assim como lideranças do candomblé, na capital baiana. Nesse congresso, os diferentes representantes de práticas culturais afro-brasileiras foram convidados a se pronunciar, ampliando o diálogo entre os estudiosos e os agentes das manifestações de matriz africana na Bahia.

Nesse sentido, *Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre história social da capoeira no Brasil* é um livro no qual pretendemos evidenciar o processo de (re)invenção e afirmação das identidades

---

[2] Manoel dos Reis Machado (1900-1974), capoeirista baiano conhecido por mestre Bimba, foi responsável pela criação do Centro de Cultura Física e Regional da Bahia, onde ensinava a capoeira. Protagonista de uma das mais importantes transformações sofrida pela prática da capoeira nas décadas de 1930 e 1940. Representa nos dias de hoje um dos mais significativos símbolos da cultura afro-brasileira.

produzidas na dinâmica da cultura afro-brasileira, com especial atenção para a experiência histórica da capoeira e sua relação com diferentes contextos vivenciados na sociedade brasileira, tanto do ponto de vista da espacialidade, quanto da temporalidade.

Os ensaios que compõem os nove capítulos foram escritos em momentos distintos, o que permite uma leitura transversal de cada um, podendo o leitor escolher por onde começar. A escolha dos textos foi orientada pela necessidade de atender a uma demanda de literatura sobre temas da cultura afro-brasileira, em linguagem acessível aos professores do ensino fundamental e médio sem, no entanto, fugir ao rigor técnico-científico da produção acadêmica. A capoeira, de modo geral, contempla os diferentes temas pontuados no parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o qual fundamenta nossa argumentação temática para este livro.

Na primeira parte do livro, intitulada: *Capoeira, história e identidade,* situamos a capoeira na produção da historiografia brasileira. Em seguida, apresentamos uma reflexão sobre o lugar da capoeira nos manuais didáticos de história, assim como no debate político-ideológico que definia a participação das práticas simbólicas afro-brasileiras no "projeto" de formação da identidade nacional.

Na segunda parte, intitulada *Personagens da capoeira na literatura brasileira*, tratamos das narrativas literárias como registro das diferentes experiências dos capoeiras tanto na Bahia quanto no Pará, através da produção romanesca da literatura brasileira.

A terceira e última parte do livro trata sobre a experiência das mulheres no universo dos capoeiras, problematizando as possibilidades de pesquisas mais aprofundadas sobre este tema que tem custado tão caro à historiografia da capoeira no Brasil.

Nesta parte do livro, é também apresentada para o leitor uma outra possibilidade de leitura da capoeira, a partir do discurso imagético de Gabriel Ferreira, jovem artista plástico que tem se destacado pela mágica de seus pincéis, ao dar movimento ao jogo da capoeira sobre as telas de madeira e algodão.

Alguns textos foram escritos para serem apresentados em congressos acadêmicos, outros surgiram como inquietações de nossa prática docente e intervenção em espaços alternativos de educação, a exemplo dos grupos de capoeira, outros, ainda, foram produzidos como exercício de nossas reflexões teóricas.

Desejamos ao leitor um bom e divertido passeio pelas diferentes, contraditórias e encantadoras histórias dos capoeiras e da capoeiragem no Brasil.

PRIMEIRA PARTE

Capoeira, História e Identidade

CAPÍTULO 1

Por uma historiografia da capoeira no Brasil

A história da capoeira, por muito tempo, teve como referencial de investigação os trabalhos de memorialistas do século XIX e primeira metade do século XX, interessados nas tradições populares de matrizes africanas. *Capoeiragem e capoeiras célebres*, de Alexandre de Melo Morais Filho, de 1893, A capoeira, de Lima Campos, de 1906 e *Nosso jogo,* de Coelho Neto, de 1928, são bons exemplos, aos quais se somaram os trabalhos dos baianos Manuel Querino e Edison Carneiro[1]. O estilo memorialista culmina com *Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico,* de Waldeloir Rego, publicado em 1968.[2]

Em seu livro, Rego utilizou como fonte de pesquisa depoimentos de alguns mestres da capoeira, a literatura memorialista dos acima referidos, romances da ficção brasileira e umas poucas notas de jornais, valendo-se, então, de sua erudição no tocante aos estudos da cultura

---

1 Respectivamente: MORAIS FILHO, Alexandre de Melo. Capoeiragem e capoeiras célebres. In: ______. *Festas e tradições populares no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1979, CAMPOS, Lima. A capoeira. *Kosmos Revista Artística, Scientifica e Literaria*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, mar. 1906, COELHO NETO, Henrique Maximiano. Nosso jogo. In: ______. *O bazar*. Porto: Livraria Chandron, 1928, QUERINO, Raimundo Manuel. A capoeira. In: ______. *Bahia de outrora.* Salvador: Livraria Econômica, 1916 e CARNEIRO, Edson. Capoeira de Angola. In: ______. *Negros bantos.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

2 REGO, Waldeloir. *Capoeira angola*: ensaio sócio-etnográfico. Salvador: Itapoã, 1968.

afro-brasileira. O trabalho de Waldeloir Rego pode ser interpretado como a culminância da linha memorialista dos precursores na arte do fazer a historiografia da capoeira no Brasil. É sobre este fazer que trataremos neste capítulo.

A partir da década de 1960, alunos e simpatizantes dos velhos mestres da capoeira produziram uma importante bibliografia sobre suas experiências e percepções, constituindo-se em material indispensável para a investigação dessa prática cultural. Nesse sentido, as pesquisas de Jair Moura e Frederico José de Abreu provocaram inquietações nos pesquisadores, apontando a possibilidade da reconstituição histórica da capoeira em diferentes partes do Brasil.

Em meados dos anos de 1960, a historiadora Mary Karasch, pesquisando no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, encontrou uma vasta documentação sobre a capoeira praticada por cativos na Corte imperial, o que em estudos posteriores foi denominado como "capoeira escrava"[3]. Estas fontes estavam reunidas no Códice 403, um livro de registro das prisões diárias, onde a maior reincidência era a prática de desordem pública e seus principais agentes eram os capoeiras.[4] Os resultados dessa pesquisa vieram à tona com sua tese de doutoramento defendida na Universidade de Winscosin, EUA, em 1972 e publicada em 1987, em língua inglesa. A documentação encontrada por Karasch passou, a partir de então, a ser explorada por historiadores brasileiros que encon-

---

[3] "Capoeira escrava" foi a denominação utilizada por Carlos Eugênio Soares para identificar a capoeira praticada nas primeiras décadas do século XIX. Ver: SOARES, Carlos Eugênio Libano. *A capoeira escrava no Rio de Janeiro (1808-1850)*. 1998. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

[4] KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

traram, depois, outras séries documentais de mesmo valor. Essa documentação foi utilizada, também, por Leila Mezan Algranti em *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822).*[5]

Alguns dos mais importantes títulos da historiografia da escravidão fizeram, direta ou indiretamente, referência aos capoeiras. Entretanto, a identificação destes agentes culturais nos arquivos policiais e judiciários foi explorada de forma mais objetiva pelos pesquisadores interessados diretamente pela prática da capoeiragem. Porém, começaremos por dois precursores nessa experiência que não dedicaram suas teses à capoeiragem, mas ofereceram importantes caminhos para pesquisas ulteriores. Trata-se de Thomas Holloway e Marcos Luiz Bretas.

Ao estudar a relação entre o sistema policial e a sociedade urbana, no Rio de Janeiro do século XIX, Holloway refletiu sobre a representatividade dos capoeiras neste universo. Por mais que o foco de seus estudos não tenham sido os capoeiras, o contato com as fontes de arquivos policiais e judiciários (acreditamos que também fora guiado pela experiência de Mary Karasch) lhe rendeu a elaboração de um artigo intitulado de *O "saudável terror": repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX*. Afirma o autor:

> As muitas tentativas de reprimir os capoeiras dão uma idéia da persistência do fenômeno e sugerem a importância da capoeiragem como contestação ao sistema de controle so-

---

[5] ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente*: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822). Petrópolis, RJ: Vozes, 1988. p. 164 -172. Em seu trabalho a capoeira é citada como um "padrão de criminalidade escrava" no início do século XIX, no Rio de Janeiro.

> cial dentro do submundo dos escravos e seus aliados nas camadas baixas da sociedade urbana[6]

É evidente a preocupação de Holloway em entender as relações escravistas a partir do "submundo dos escravos", trazendo à tona a teia de relações entre esses e seus aliados e o poder instituído, este último representado pelas autoridades policiais. O interesse pelos estudos das relações existentes no universo das "camadas baixas da sociedade urbana" sugere uma abordagem diferente daquela realizada até então.

Holloway ampliou a possibilidade de pesquisas sobre o tema da capoeira, a partir da documentação desses arquivos. Com isso, foi possível recuperar esses agentes históricos das "quase *pés-de-página* da historiografia", na feliz expressão de Marcos Luiz Bretas. Em seu artigo intitulado *O império da navalha e da rasteira: a República e os capoeiras*, Bretas traz uma preocupação crucial para pensar a pesquisa sobre o tema. Segundo ele, esses quase pés-de-página da historiografia servem para preservar alguns pequenos mitos em torno da figura do valente capoeira e do "herói branco".[7]

> Quando o tema periférico se transforma no objeto da atenção, um problema se revela: quem são esses heróis? Mesmo sem um exaustivo levantamento das fontes por-

---

[6] HOLLOWAY, Thomas. O saudável terror: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX. *Revista de Estudos Afro-Asiático*, n. 16, p. 130, 1989.

[7] BRETAS, Marcos Luiz. O império da navalha e da rasteira: a República e os capoeiras. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, p. 240, 1991. O capoeira, segundo o autor, seria o "pilar da resistência cultural do negro", ao tempo em que o "herói branco" era o chefe de polícia que contrariou os poderosos e resolveu um dos problemas da cidade: o problema dos capoeiras.

ventura existentes, é possível comentar alguns problemas na imagem construída de capoeiras e seus repressores.[8]

Utilizando os registros da Casa de Detenção e notícias publicadas em jornais de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro, Bretas reconstituiu o universo da repressão, nos primeiros anos da República, ação que teve como responsável maior o recém empossado chefe de polícia, inimigo histórico dos capoeiras, o Dr. Sampaio Ferraz. Sobre as primeiras prisões, Bretas afirma que em uma semana de serviço, o chefe de polícia encarcerou 111 capoeiras entre os distritos de Sacramento, Engenho Novo e o bairro da Glória[9]. Nesta última localidade, estava organizada uma das mais poderosas maltas de capoeiras que atuou na capital federal no fim do século XIX[10], conhecida como Flor da Gente ou Flor da minha Gente, que "teve papel decisivo na vida política do Rio de Janeiro durante os anos de 1870, a serviço do Partido Conservador".[11]

Bretas conseguiu mapear o universo de prisões dos capoeiras no início da República, além de construir o diagnóstico social dos mesmos: "A imagem dos capoeiras é a reprodução das muitas faces da pobreza. Desfilavam cegos, pernetas, escrofulosos, todos reunidos sob o manto igualitário e discriminador de capoeiras".[12]

---

8 BRETAS, M. L. O império da navalha e da rasteira. 1991. p. 240.

9 Ibid., 250.

10 Malta era a denominação de grupos de capoeiras que se organizavam em limites geográficos constituindo assim territórios políticos e sociais. Sobre as maltas no Rio de Janeiro ver: SOARES, Carlos Eugênio Libano. *A negregada instituição*: os capoeiras na corte imperial, 1850-1890. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999. Precisamente o capítulo intitulado: *Dos nagoas e guaiamus: a formação das maltas.*

11 SOARES, Carlos Eugênio Libano. *A negregada instituição*, p. 77.

12 BRETAS, M. L. O império da navalha e da rasteira. 1991. p. 240, 244.

A repressão respaldada pelo Código Penal de 1890 daria fim, de uma vez por todas, a esses degradados sociais, sentencia o autor. Ao finalizar o seu artigo, Bretas insinua que a vitória de Sampaio Ferraz garantiu que o Rio de Janeiro do século XX ainda convivesse com diversificada massa urbana, mas não era, segundo ele, mais lugar para capoeiras.[13] Entretanto, outros estudos evidenciam que os "temidos capoeiras" ainda incomodariam e conquistariam, inclusive, o seu lugar de protagonistas nos motins na capital da República.[14]

A perseguição aos capoeiras na capital federal, no início da República, foi investigada de forma mais minuciosa por Luiz Sérgio Dias em *Quem tem medo de capoeira?* Seu estudo privilegiou o ápice da repressão aos capoeiras na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o autor, a violenta repressão contra as camadas populares, após a Revolta da Vacina, pode ser considerada como o último grande golpe contra a capoeiragem na capital federal[15].

Utilizando pressupostos da história social inglesa, aplicados à realidade brasileira, a exemplo dos conceitos de "turba", extraído das reflexões de Hobsbawn em *Rebeldes primitivos,* e "classe social" elaborado por Thompson, da forma como aparece no já citado prefácio de *A formação da classe operária inglesa,* Dias abordou a desarticulação da capoeiragem nos primeiros anos da República, considerada por ele como "prática de origem negra organizada"

---

[13] BRETAS, M. L. O império da navalha e da rasteira. 1991. p. 253.

[14] Um exemplo desses motins foi a Revolta da Vacina da qual participaram muitos capoeiras. Sobre essa questão ver CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 91-139.

[15] DIAS, Luiz Sérgio. *Quem tem medo de capoeira?* 1890-1904. 1993. 227f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 4.

e, para tal, buscou compreender o universo da violenta repressão desencadeada neste período.

Neste trabalho, a literatura foi uma das principais referências e inspiração do tema. Segundo o autor, a idéia de estudar a capoeiragem no Rio de Janeiro ocorreu a partir de leituras de *O cortiço*, de Aluízio Azevedo, publicado pela primeira vez em 1890, portanto, sugestivo para o recorte escolhido para sua pesquisa. Não foi com outra intenção, senão a de justificar a importância desse romance, que Sérgio Dias introduziu o seu texto comentando a leitura do referido romance.

A literatura foi, então, incorporada ao repertório de fontes da história social nos estudos sobre capoeiragem no Brasil. Os historiadores se tornaram exímios leitores dos romances e crônicas e da própria crítica literária, buscando historicizá-las, "inseri-las no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social" [16]. É papel desse leitor atento, destrinchar não a suposta autonomia da literatura em relação à sociedade e sim a forma como ela (e/ou os autores) constroi (constroem) a relação com a realidade social. É importante destacar que o historiador não se torna um crítico literário e sim um atento leitor das obras e um questionador da crítica.

Nos trabalhos de Carlos Eugênio Libano Soares, Antônio Liberac Cardoso Simões Pires e Luiz Augusto Pinheiro Leal, a literatura não só representa fonte potencial, como também aponta para séries documentais ainda pouco ou praticamente nada exploradas na pesquisa histórica sobre o tema. Exemplo disso são os processos-crime movidos contra os capoeiras, tanto no que diz

---

[16] CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (Org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 7.

respeito à transgressão por vagabundagem, por lesões corporais e, até mesmo, por crime de capoeiragem. Esses fatos são insinuados nos romances e crônicas, assim como nas notícias de jornais.

Em *Negregada instituição* e *A capoeira escrava no Rio de Janeiro*, Libano Soares, atento às experiências teóricas e metodológicas de praticantes da história social como Natalie Davis, E. P. Thompson e Carlo Ginsburg, estudou os capoeiras a partir de rituais, costumes e símbolos culturais que permeavam a vida social destes indivíduos. Utilizando a documentação policial, judiciária e notícias de jornais, reconstituiu o cotidiano dos capoeiras escravos e libertos, assim como estrangeiros que, no universo das ruas da cidade do Rio de Janeiro, durante o século XIX, apareciam em cena juntamente com prostitutas, malandros, estivadores e policiais.[17]

Na primeira metade do século XIX, esses agentes preenchiam as ruas, as páginas policiais dos periódicos e dos livros de matrícula da Casa de Detenção da capital federal, compondo a massa urbana, mas também participando das rebeliões e levantes ocorridos neste período.[18] Segundo o autor, até meados de 1800, a prática da capoeira era predominantemente africana. Suas estatísticas mostram as origens mais genéricas dos presos por capoeira ou por pertencerem a maltas de capoeiras.

> Mais de 70% são africanos, mas se levarmos em conta que possivelmente grande parte daqueles de origem desconhecida são brasileiros (não esquecendo os comprovadamente *crioulos*), não podemos afirmar que a capoeira é uma atividade exclusivamente africana. Na realidade, nos parece que ela é fruto da combinação de tradições africanas dispersas, com "invenções" culturais crioulas.

---

[17] SOARES, C. E. L. *A capoeira escrava no Rio de Janeiro.* 1998.

[18] SOARES, C. E. L. *A negregada instituição*, 1999. Ver especialmente o capítulo intitulado *De motins e revolução: os capoeiras e os movimentos políticos de rua*.

> Observando o conjunto dos dados do Códice 403 vemos que 72,6% dos presos são africanos (71,9% escravos e 0,7% libertos). Desta forma, a proporção de africanos entre os capoeiras é mais ou menos semelhante ao conjunto de africanos presos, dentro de uma margem mínima, o mesmo ocorrendo com os nascidos no Brasil (26,7%). Mas, de qualquer forma, uma presença africana mais forte que o normal.[19]

Com esses dados no período, o autor não só demonstra serem os africanos predominantes na capoeira, como aponta também a possibilidade de que essa prática cultural tem origem nas "tradições africanas" em combinação "com 'invenções' culturais crioulas". Assim como a polêmica da origem, duas das mais importantes contribuições de suas pesquisas foram o mapeamento geográfico das etnias (quando possível) desses capoeiras e a formação histórica das maltas, que é tratada de forma mais detalhada em *Negregada instituição*.[20]

Na mesma perspectiva de Libano Soares, utilizando inclusive a mesma orientação metodológica e o mesmo referencial teórico, Antônio Liberac Cardoso Simões Pires estudou a capoeira no universo das relações raciais e criminalidade na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República. Utilizando registros policiais, processos-crime, jornais e a literatura da época, o autor enfocou os personagens que foram alvo da repressão implementada pelo governo provisório, quando teve como destaque a "campanha da repressão" liderada pelo chefe de polícia Sampaio Ferraz.[21]

---

19 SOARES, Carlos Eugênio Libano. *A capoeira escrava no Rio de Janeiro*, 1998. p. 66.

20 Ver: SOARES, Carlos Eugênio Libano. Dos nagoas e guaiamuns: a formação das maltas. In: ______. *A negregada instituição*. 1999.

21 PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *A capoeira no jogo das cores*: criminalidade, cultura e racismo no Rio de Janeiro (1890-1937). 1996. Dissertação (Mestrado

O início da República, período privilegiado pelos estudos da capoeiragem, foi tomado como marco temporal de investigação. Em 1890, com a criação do Código Penal da República, os artigos 402, 403 e 404, que criminalizavam a prática da capoeira, motivaram um número considerável de processos crimes na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o autor:

> A partir desses artigos a capoeira foi cerceada e punida, mesmo que sob a forma de simples demonstração pública. No entanto, essa periodização não é rígida e se estabelece orientada pela documentação principal que são os processos crime referentes aos presos por capoeira. Esse tipo de fonte sustenta os principais argumentos da tese sendo acompanhada por fontes de outra natureza.[22]

O outro recorte temporal não menos especulado pelos pesquisadores do tema e privilegiado por Antônio Liberac Pires foi 1937, ano em que a capoeira era permeada por símbolos étnicos, de nacionalidade e sua prática descriminalizada transformou-se em esporte, com a organização de academias para o seu ensino. Essas questões foram abordadas em *O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil*, de Letícia Vidor de Souza Reis. Neste trabalho, a autora discute a metamorfose dos símbolos étnicos em símbolos de nacionalidade, no contexto da descriminalização da prática da capoeira (1937), quando esta deixa de ser considerada entrave para o desenvolvimento da nação e passa a ocupar o lugar de "ginástica nacional" ou "esporte brasileiro".[23] Entretanto, o cerne

---

em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

[22] Ibid., p. 3.

[23] REIS, Letícia Vidor de Sousa. *O mundo de pernas para o ar:* a capoeira no Brasil. Rio de Janeiro: Publisher, 1997. O trabalho original da autora, intitulado *Negros e brancos no*

de sua pesquisa é a capoeiragem paulista, procurando entender as ações de grupos de capoeira que, segundo a autora, tinham o objetivo de completar a obra de "civilizar a capoeira" iniciada nas primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro, pauta dos debates memorialistas deste período. Tais projetos tinham o intuito de transformar a capoeira definitivamente no esporte nacional ou, como queriam os capoeiras paulistanos, na "arte nacional brasileira".[24]

A década de 1930 representa um período que muito chamou a atenção dos pesquisadores. Foi palco de muitas transformações no universo da capoeira no Brasil, objeto de investigação de Luiz Renato Vieira em seu livro *O jogo da capoeira: corpo e cultura popular no Brasil.*[25] O autor discute como, nesse período, a capoeira sofreu alterações em sua forma "ritual" e "gestual", passando por um intenso processo de transformação simbólica. A partir da bibliografia especializada, da literatura e cânticos da capoeira, Renato Vieira investiga as relações estabelecidas entre a "política e o campo da cultura durante a era Vargas, através do estudo das transformações ocorridas no âmbito ritual e gestual da capoeira".[26]

---

jogo da capoeira: a reinvenção das tradições, data de 1993 e se trata de dissertação mestrado, defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. A autora parte do conceito de "tradições inventadas", de Eric Hobsbawn, para entender a reelaboração da capoeira na década de 1930. Enquanto Luís Renato Vieira utiliza a expressão "modernização cultural", Letícia chama de "esportização" ao mesmo fenômeno de transformação pelo qual passou a capoeiragem nas primeiras décadas do século XX, tendo início na capital baiana.

[24] REIS, L. V. S. *O mundo de pernas para o ar.* 1997. p. 155-175.

[25] VIEIRA, Luis Renato. *O jogo da capoeira*: corpo e cultura popular no Brasil. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

[26] Ibid., p. 6.

A historiografia sobre o tema até a década de 1990 ainda encontrava algumas dificuldades do ponto de vista da análise comparativa entre as deferentes regiões brasileiras, a exemplo da Bahia e do Pará, estados que têm sido, nos últimos anos, contemplados pela historiografia da capoeira no Brasil.

Em *A capoeira na Bahia de Todos os Santos*, Antônio Liberac Cardoso Simões Pires, teve que traçar caminhos de investigação diferentes daqueles experimentados no Rio de Janeiro.[27] O artigo 402 do Código Penal, por exemplo, produziu uma grande quantidade de fontes na capital federal, porém, na Bahia, não foi encontrado, até o momento, nenhum caso que nele se enquadrasse. Para identificar os capoeiras baianos, o autor rastreou os termos "capadócio", "valentões", "bambas", "navalhistas", entre outros, os quais, segundo ele, "podem ser observados como referências produzidas pelas visões dos diversos grupos sociais sobre a 'cultura da capoeiragem"[28]

Reconstituindo o cotidiano dos estivadores, carregadores, peixeiros e sapateiros, envolvidos em conflitos com policiais, marinheiros e outros "populares" nas ruas de Salvador, reconheceu os capoeiras como "valentes e desordeiros", recorrendo à descrição dos golpes utilizados nas brigas e arruaças, constantes nos registros para a caracterização do que chama o autor de "cultura da capoeiragem".

As pistas deixadas pelo trabalho de Antônio Liberac Cardoso Simões Pires permitiram, a partir de uma leitura minuciosa de seu texto, adentrar o universo dos capoeiras baianos. Estas pistas podem ser encontradas em outros trabalhos, sinalizando a pos-

---

27 PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *A capoeira na Bahia de Todos os Santos:* um estudo sobre cultura e classes trabalhadoras (1890 – 1937). [Palmas]: NEAB, 2004.

28 Ibid., p. 31.

sibilidade da pesquisa sobre os capoeiras em regiões ainda pouco exploradas. Este foi o caso da história da capoeira na capital baiana na Primeira República.

O caminho utilizado por Antônio Liberac Pires, nas primeiras décadas republicanas, para encontrar os capoeiras na cidade do Salvador foi de grande contribuição para a realização de pesquisas desenvolvidas junto ao programa de Pós-graduação do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia. Essas pesquisas correspondem respectivamente ao livro *No tempo dos valentes: os capoeiras na cidade da Bahia*, publicado em 2005, e *Mandinga, manha & malícia: uma história sobre os capoeiras na capital da Bahia (1910-1925)*, publicado em 2006.[29]

Na obra No tempo dos valentes é analisado o universo das ruas no cotidiano dos capoeiras, evidenciando questões como territorialidade social, capangagem política e estratégias de resistência cultural dos capoeiras em Salvador, na Primeira República. *Mandinga, manha e malícia* se encarrega de evidenciar, neste mesmo universo, outros aspectos do cotidiano desses capoeiras, a exemplo dos valores simbólicos que giram em torno da mandinga da vadiagem, do jogo, do espetáculo mágico da capoeira baiana. Esses trabalhos, juntamente com o de Antônio Liberac Pires, lançaram mão de uma metodologia que possibilitou a realização da pesquisa histórica intensamente documentada sobre os capoeiras baianos, nas primeiras décadas do século XX, realidade até o então duvidosa.

Em *Retrato em branco e negro*, Lilia Schwarcz afirma ter existido em São Paulo uma "verdadeira campanha contra esse 'jogo' que,

---

[29] OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *No tempo dos valentes*: os capoeiras na cidade da Bahia. Salvador: Quarteto, 2005, DIAS, Adriana Albert. *Mandinga, manha e malícia*: uma história sobre os capoeiras na capital da Bahia (1910-1925). Salvador: EDUFBA, 2006.

sempre segundo os jornais, levava a incidentes às vezes fatais".[30] A autora faz referência a uma nota publicada pelo jornal *Província de São Paulo*, no final do século XIX, que registra um assassinato, segundo o articulista, ocorrido em consequência de um jogo de capoeira. Eis aí uma pista que precisa ser explorada pelos pesquisadores, se ainda não o foi, para recuperar os capoeiras da cidade de São Paulo do século XIX dos "pés de página da historiografia". Foi justamente este o resultado da pesquisa de Luiz Augusto Pinheiro Leal sobre os capoeiras em Belém do Pará.[31]

Luiz Augusto Leal não foi o primeiro a desenvolver pesquisa histórica sobre os capoeiras no Pará de finais do século XIX e início do XX. Um importante levantamento sobre eles em notícias de jornais paraenses já havia sido realizada por Vicente Sales em *A defesa pessoal do negro: a capoeira no Pará*.[32] Todavia, Luiz Augusto Leal amplia as possibilidades de fontes e metodologia, apropriando-se dos inquéritos e ocorrências policiais, processos crimes e legislação, artigos de jornais e obras literárias.

Nessa documentação, principalmente nas notícias de jornais, os capoeiras aparecem citados como capangas de políticos poderosos e associados à vagabundagem e à desordem pública. Na ausência e/ou carência do termo "capoeira", este foi o caminho que percorreu o autor para investigar os capoeiras nos primeiros anos do Pará republicano.

---

[30] SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro*: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 230.

[31] LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *Deixai a política da capoeiragem gritar*: capoeiras e discursos de vadiagem no Pará republicano (1888-1906). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

[32] SALLES, Vicente. *A defesa pessoal do negro: a capoeira no Pará*. Brasília, 1994.

Não escapou aos historiadores identificar em suas pesquisas os capoeiras relacionados à criminalidade das ruas, vinculados à vagabundagem, às práticas de capangagem política nas diferentes sociedades. Identificaram-se também, nestes estudos, os capoeiras manifestando identificações culturais diferenciadas. No Rio de Janeiro, o capoeira se confundia com o malandro, tipo social do samba carioca. Em Belém do Pará, os capoeiras se confundiam com os não menos valentes mestres do Boi-Bumbá. Em Salvador, se destacava o universo da religião afro-brasileira, encontrando em muitos capoeiras seus Ogãs de sala e obedientes filhos de santo. Pois, foi como consequência dessa experiência histórica que a capoeira se tornou símbolo de nacionalidade, juntamente com outras manifestações da cultura afro-brasileira, a exemplo do samba e do carnaval. E assim se tem constituído no Brasil uma historiografia para capoeira.

CAPÍTULO 2

Capoeira e identidade nacional: de crime político à patrimônio cultural do Brasil

A capoeira, assim como o carnaval, o samba e o futebol, faz parte do conjunto dos grandes ícones contemporâneos representativos da identidade cultural brasileira. Cada um deles possui uma história própria de ascensão, inclusão e/ou tensão em seu processo formativo como símbolo nacional. A capoeira é oriunda da experiência sociocultural de africanos e seus descendentes no Brasil. Conta em sua trajetória histórica a força da resistência contra a escravidão e a síntese da expressão de diversas identidades étnicas de origem africana. Se o carnaval, o futebol e o samba, este último, inclusive, já tombado como patrimônio cultural, alcançaram um alto nível de representação da identidade nacional ao longo do século XX, qual lugar teria a capoeira junto a essa mesma perspectiva? Afinal, tal como o futebol, a capoeira está presente em praticamente todos os lugares do mundo, do Japão ao Canadá. Ao mesmo tempo, como acontece com o carnaval e o samba, ela é uma rica expressão da cultura afro-brasileira, tanto no Brasil como no exterior. A maior prova disso foi o registro da capoeira, em 2008, como bem da cultura imaterial do Brasil, por indicação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão do Ministério da Cultura (IPHAN/MinC).

Seu registro foi votado no dia 15 de julho de 2008, em Salvador, capital da Bahia, pelo Conselho Consultivo do

Patrimônio Cultural do IPHAN, conselho este constituído por 22 representantes de entidades e da sociedade civil, e que tem o poder de deliberar a respeito dos registros e tombamentos do patrimônio cultural brasileiro.[1] O registro possibilita o desenvolvimento de medidas governamentais de suporte à comunidade da capoeira, a exemplo de um plano de previdência social para os velhos mestres da capoeiragem; programas de incentivo para o desenvolvimento de políticas pelos próprios grupos de capoeiras com o auxílio do Estado. Além disso, há do ponto de vista de uma política estrutural para capoeira, a intenção do IPHAN, por consequência do tombamento, de criar um Centro Nacional de Referência da Capoeira.

Entretanto, no contexto de seu reconhecimento, pouco espaço foi reservado na mídia para a exposição ou debate acerca da história da capoeira. Sequer foi possível conhecer, salvo de modo panorâmico, o percurso de luta que seus praticantes vivenciaram para atingir o tão aclamado reconhecimento da arte-luta como patrimônio cultural brasileiro. A história da capoeira foi marcada por perseguições policiais, prisões, racismo e outras formas de controle social que os agentes dessa prática cultural experimentaram em sua relação com o Estado brasileiro. Cabe, então, entendermos os elementos que caracterizaram e contribuíram para a formação da capoeira como um símbolo diferente da identidade brasileira e a sua justificação como o mais recente bem cultural, registrado pelo governo brasileiro como patrimônio nacional.

Buscamos, no presente ensaio, apresentar a experiência da capoeira no processo de formação da identidade brasileira, con-

---

[1] As informações sobre a cerimônia de tombamento da capoeira, ocorrida em Salvador, BA, têm como fonte as notícias veiculadas na imprensa nacional e local, a exemplo dos jornais *Folha de São Paulo* (SP), *A Tarde* (BA) e *Correio da Bahia* (BA), assim como o *site* oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

catenada com o registro recente desta prática como patrimônio cultural brasileiro. A estratégia de argumentação partirá de uma revisão de sua história e dos significados da prática em diferentes espaços e contextos do território nacional. Além disso, terá como interlocutor a recente produção historiográfica existente em torno deste saber tradicional. Desse modo, cremos ser possível compreender o paradoxo de uma prática cultural que passou mais de meio século criminalizada e, mesmo assim, conseguiu mudar seu futuro. Na primeira parte deste ensaio, apresentaremos uma análise sobre o recente episódio do reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural brasileiro. Em seguida, retomaremos os elementos constituidores de sua história, visando a interpretá-la como pertencente ao conjunto de símbolos que constituem a identidade nacional.

A capoeira patrimônio: o percurso do reconhecimento

Desde 1936, ainda no anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, denominação antiga do IPHAN), de autoria de Mario de Andrade, que a capoeira já poderia ter sido registrada como patrimônio da cultura imaterial brasileira. Segundo os critérios do SPHAN, para que uma obra fosse considerada Arte Patrimonial, teria que pertencer a uma das categorias listadas pelo referido órgão, entre as quais se encontra a categoria intitulada: Arte Popular.[2] Entretanto, o registro da

---

[2] As categorias estabelecidas pelo órgão federal do patrimônio artístico nacional eram em número de oito e seguiam a seguinte ordem: "1-Arte Arqueológica; 2-Arte Ameríndia; 3-Arte Popular; 4-Arte Erudita Nacional; 5-Arte Erudita Estrangeira; 7-Artes Aplicadas Nacionais; 8-Artes Aplicadas Estrangeiras". MALHANO, Clara Emília Sanches de Barros. *Da materialização à legitimação do passado*: a monumentalidade como metáfora do Estado (1920-1945). Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 266.

capoeira como patrimônio cultural brasileiro iria aguardar ainda muitas décadas, pois essa prática cultural ainda não era tomada como um elemento de identificação da cultura brasileira, o que definia o conceito de patrimônio nacional. Pelo contrário, a capoeira ainda era considerada como crime pelo Código Penal vigente. Seria um paradoxo retirá-la da criminalidade e logo em seguida reconhecê-la como patrimônio.

O patrimônio era entendido como um bem de alto valor material e simbólico para a nação, a exemplo dos monumentos arquitetônicos. Entendia-se que havia valores comuns, compartilhados por todos. O que era determinado como patrimônio, era entendido como excepcional, belo, exemplar, que representava a nacionalidade de uma forma ou de outra[3]. Elementos que hoje caracterizariam muito bem a capoeira, na época, devido à trajetória e aos significados da prática, não poderiam ser considerados.

Nessa perspectiva, a capoeira atendia um padrão estético e simbólico extraocidental, não correspondendo ao que se estabelecia como referencial de cultura nacional. Os símbolos veiculados pela prática da capoeira estavam carregados de valores produzidos na experiência afro-diaspórica no Brasil, além da carga de marginalidade que o agente da capoeiragem suportava por conta da criminalização que restringia a prática e seus valores socioculturais desde o século XIX[4].

Com a reformulação do conceito de patrimônio, experimentada nas décadas posteriores, o valor cultural, a dimensão simbólica que envolvia a produção das culturas, expressas nos

---

[3] RAMBELLI, G.; FUNARI, P. P. Patrimônio cultural subaquático no Brasil: algumas ponderações. *Práxis Archaeológica*, Porto, n. 2, p. 97-106, 2007.

[4] Ver entre outros: LEAL, Luiz Augusto. Capoeira, boi-bumbá e política no Pará republicano (1889 – 1906). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 32, 2005, OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *No tempo dos valentes,* 2005.

modos de uso dos bens, foi possível a incorporação de uma nova definição de patrimônio. Segundo Silvia Helena Zanirato e Wagner Costa Ribeiro, "a alteração [do conceito de patrimônio] também se deu em face da constatação de que os signos das identidades de um povo não podem ser definidos tendo como referência apenas as culturas ocidentais".[5] Nessa perspectiva, a capoeira se aproximava da possibilidade de ser reconhecida como patrimônio da cultura brasileira. Entretanto, ao tempo em que a noção de patrimônio cultural se ampliava a capoeira se tornava, pela experiência que ela produzia junto aos diferentes segmentos sociais da sociedade brasileira, um símbolo particular de nacionalidade brasileira.

Capoeira e identidade nacional: significados históricos

A compreensão da formação da identidade nacional brasileira passa necessariamente pelos debates e projetos racialistas e racistas que permearam os bastidores intelectuais e políticos no Brasil, desde a segunda metade do século XIX. Conde Gobineau, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, entre outros, são invocados para representar aqueles que viam como uma influência negativa a presença negra na constituição da nação brasileira. A eugenia, inspirada por estes intelectuais, fundamentava medidas políticas que visavam ao embranquecimento da população brasileira no menor tempo possível. Entre tais medidas, destacam-se as diversas campanhas em favor da migração européia para o país e a violenta repressão às práticas culturais de matriz africana em favor

---

[5] ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

de modelos culturais europeus. É justamente nesta segunda medida, confirmadora do projeto de embranquecimento cultural do Brasil, que podemos encontrar a experiência da capoeira como uma resistência negra relacionada à formação da identidade nacional e, por conseguinte, como patrimônio cultural brasileiro.

Os significados atribuídos à capoeira, através de diferentes discursos, variaram bastante ao longo de sua história. Durante a maior parte do século XIX até as três primeiras décadas do século XX, a capoeira sempre esteve associada ao mundo do crime. Poucas vezes ela foi compreendida como uma prática cultural pertinente à sociedade brasileira. Sua prática, contudo, iria experimentar uma outra significação a partir da década de 1930. Passaria de crime previsto no Código Penal para uma luta considerada genuinamente brasileira. Por trás desta nova significação, estavam alguns cientistas sociais que inovaram os estudos sobre o negro no Brasil ao substituírem, em suas interpretações, a categoria "raça" pela de "cultura" (destacam-se nesse aspecto os trabalhos de Arthur Ramos, Edson Carneiro e Gilberto Freyre). Posteriormente, a capoeira também seria resgatada como cultura nacional, a partir das obras de Jorge Amado, Carybé e Pierre Verger. Literatura, pintura e fotografia foram, respectivamente, os instrumentos de divulgação das principais características positivas daquela arte-luta. Claro que esses intelectuais não estavam dando atenção exclusiva para a capoeira, mas sim a uma boa parte das manifestações culturais afro-brasileiras. Naquele momento, ainda não existia uma produção historiográfica especificamente voltada para o estudo da capoeira. Os homens das ciências e das artes citados acima buscavam aprofundar seus estudos e trabalhos acerca da experiência africana no Brasil. Seus trabalhos partiam da evidência das manifestações afro-culturais presentes em todo o país.

Associados a esta nova postura intelectual e artística frente às tradições de matrizes africanas, diversos interesses políticos e ideológicos também influenciaram a variação dos significados atribuídos à capoeira. O conhecimento da capoeira haveria de respaldar muitos sucessos e conflitos através da ação de capangas políticos. A capangagem foi no Rio de Janeiro, em Belém e em Salvador, foi um dos trabalhos assumidos pelos capoeiras que mais deram visibilidade para a sua prática[6]. Nos processos eleitorais, desde a Monarquia até a primeira República, os principais dirigentes políticos das cidades citadas solicitavam a ação de capoeiras na hora de decidir o pleito eleitoral. Além do projeto de embranquecimento da população e, por extensão, da cultura brasileira, foi justamente a ação do capoeira como capanga político que inspirou a inserção da capoeira como crime no Código Penal republicano, sob a epígrafe "Dos vadios e capoeiras".[7] Portanto, tratava-se de uma criminalização política tanto quanto social. Em oposição a tal criminalização, de 1890 até 1937, surgiram, como alternativas funcionais para a capoeira: a sua valorização simbólica no âmbito da reafricanização dos costumes, a partir da década de 1940 na Bahia; a esportivização da prática, experimentada inicialmente nos anos 1960, com a migração de mestres baianos para São Paulo e Rio de Janeiro e oficializada em 1972 por portaria do Ministério da Educação e Cultura (MEC); e, recentemente, a sua patrimonialização, cujos resultados ainda estão sob avaliação, tal como será discutido mais à frente. Estes, então, seriam os principais horizontes apontados para o futuro

---

[6] SOARES, Carlos Eugênio Libano. *A negregada instituição*, 1999, LEAL, Luiz Augusto. *Capoeira, boi-bumbá e política no Pará republicano*, 2005, OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *No tempo dos valentes*, 2005.

[7] BRASIL. *Código penal da República dos Estados Unidos do Brasil – 1890*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904, p. 590. Comentado por Oscar de Macedo Soares.

da capoeira: interesses que correspondiam – e correspondem – a projetos de intervenção externa na capoeira, mas que na maioria dos casos também foi (é) apoiada por capoeiras que buscavam (buscam) viver de seu ofício.

Além da variação de significados e interesses expressos através de diferentes discursos, as características da capoeira também se modificaram ao longo do tempo. Soares, estudando a primeira metade do século XIX, demonstra que ela foi citada na documentação policial, como uma atividade predominantemente de escravos.[8] Contudo, em pesquisa que abrangia a segunda metade do mesmo século, o historiador encontrou elementos que demonstravam a prática da capoeira também entre outros grupos sociais. Juntamente com negros e escravos, havia brancos, livres, estrangeiros e até membros da alta sociedade participando ativamente do fenômeno da capoeiragem. Seria neste momento que alguns objetos, como facas, navalhas e cacetes, passariam a ser associados aos capoeiras. Sabe-se que muitas destas características foram herdadas ou constituídas a partir do contato entre culturas marginais diversas – como é o caso do uso de cacetes e navalhas entre os fadistas portugueses, cuja utilização se estendeu até o Brasil.[9]

No século XX, o referencial da capoeira se volta para a Bahia, onde na década de 30 foi criada a chamada Capoeira Regional e logo em seguida, como resposta a ela, se organiza a capoeira Angola.[10] Ambas, segundo Vieira e Assunção, foram fruto de

---

8 SOARES, C. E. L. *A capoeira escrava no Rio de Janeiro*, 1998.

9 Ibid., 171-174.

10 A chamada "capoeira regional" está associada a Manuel dos Reis Machado (1900-1974), conhecido por mestre Bimba. Quanto à "capoeira angola", seu principal mentor foi Vicente Ferreira Pastinha (1889-1981), conhecido por mestre Pastinha. Ambos baianos, aprenderam a capoeira com africanos que ainda viviam em Salvador, capital da Bahia, no início de século XX.

uma adequação ou modernização da capoeira, frente a um novo contexto histórico-social.[11] As duas modalidades se opunham a uma outra espécie de capoeira – ancestral de ambas – que, conforme os discursos repressivos e até mesmo segundo alguns mestres mais antigos, era refúgio de "desordeiros e valentões".[12] A mudança de significado, ocorrida a partir da década de 20 do século passado, refletiu tentativas de manipulação política. Por consequência, acabou colaborando para transformar a capoeira em objeto de consumo, via folclorização. Essa nova característica não passou despercebida aos olhares da época:

> A capoeira não é mais a de Besouro, de Mangangá, Samuel Querido de Deus, de Juvêncio Lamite, Pastinha e outros. É uma dança feita para turistas, fácil de ver nos mercados (na alta estação) e nas festas do largo.[13]

Como pode ser constatado com a memorialista Hildegardes Vianna, havia um grande descontentamento entre os letrados, e até mesmo entre os próprios praticantes, quanto aos rumos que a capoeira tomava. Aqui a capoeira "tradicional", representada por alguns dos grandes ícones de seu passado, era citada como referência oposta à sua transformação em atração turística e co-

---

11 ASSUNÇÃO, Mathias R.; VIEIRA, Luiz Renato. Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, Universidade Cândido Mendes, n. 34, p. 81-120, 1999.

12 Além de mestre Pastinha, mestre Noronha também faz um comentário nesse sentido, tratando da repressão à capoeiragem baiana: "É a origem que as autoridades têm ódio porque é um grupo de desordeiro e para dar combate ao desordeiro as autoridade tomou esta providência [:] prender e deportar para [a] ilha de Fernando [de] Noronha para dar fim aos desordeiro" [sic, para todo o trecho]. COUTINHO, Daniel (Mestre Noronha). *O ABC da capoeira angola:* os manuscritos do mestre Noronha. Brasília: DEFER: CIDOCA, 1993. p. 70.

13 VIANNA, Hildegardes. *Folclore brasileiro: Bahia*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981. p. 28.

mercial. Em nossos dias, poderíamos imaginar as mesmas críticas voltadas ao seu processo de mercantilização internacional, quando a preocupação com a aquisição financeira imediata se sobrepõe às características lúdicas da capoeira.

Durante vários anos, a dicotomia Regional/Angola foi predominante no meio da capoeiragem do século XX, no entanto já existe um movimento dos descontentes com a divisão da capoeira em dois pólos, portanto, supostamente opostos, e que defendem a idéia da capoeira como uma prática única. Nomes não faltariam para identificar a nova tendência. E assim surge a capoeira intitulada de *contemporânea*, por alguns, *angonal* por outros e, ainda, *atual* por terceiros.[14] Dessa forma, a experiência social da capoeira é algo que vai bem mais longe do que uma simples invenção (com o sentido de algo terminado, acabado) de uma prática cultural. Ela é, na verdade, uma "constante" reinvenção (algo que está em constante construção). Isto significa que em cada momento histórico a prática da capoeira possui significados e características próprias.

A noção de invenção de tradição é abundantemente utilizada entre os pesquisadores da capoeira e se inspira na idéia de "tradição inventada", do historiador britânico Eric Hobsbawn.[15] O conceito, algumas vezes, parece estático, se vinculado à experiência de reinvenção cultural específica da capoeira pois se em dado momento ela é tida como prática de africanos, depois passa a ser predominantemente de crioulos; se é de escravos, incorpora livres; se é de negros, inclui brancos e mestiços; e se é de margi-

---

14 ASSUNÇÃO, M. R.; VIEIRA, L. R. *Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira*, 1999, p. 46.

15 HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

nalizados, recruta membros da elite. No entanto, a "invenção de tradição" é um discurso elaborado por um determinado grupo social que pretende assumir o controle político de alguma manifestação cultural. Seu método é reinventar a história do surgimento da referida prática de forma a legitimar seu poder frente aos outros grupos que também participam da mesma atividade cultural. Isso ocorreu com a capoeira a partir da segunda década do século XX, quando novos elementos foram acrescentados a ela para caracterizar e constituir o que a prática é em nossos dias (diferenciação em "escolas"; formação de bateria com berimbaus e outros instrumentos; uniformização; academização; internacionalização; e agora o seu reconhecimento como patrimônio cultural da nação).

A trajetória histórica dos praticantes da capoeira no Brasil lembra o que ficou conhecido na historiografia como a "história dos marginais".[16] Uma história que trata de certos indivíduos que estariam sendo apontados como marginais em determinado momento – portanto, excluídos da sociedade devido às suas qualificações "negativas" – e que seriam "assimilados" em outra ocasião, graças aos benefícios que poderiam trazer à mesma sociedade ou a grupos particulares. A alteração do significado atribuído a esses indivíduos (ou às suas práticas socioculturais) ocorreria conforme as conveniências dos que a eles se referiam. Seria este o caso da capoeira que foi criminalizada por mais de meio século, com o Código Penal republicano, e agora, após 118 anos da criminalização, foi declarada como Patrimônio Cultural do Brasil? Possivelmente, pois, como vimos acima, foi desse modo que a

---

[16] SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, J. (Org.). *A história nova*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 271-273.

trajetória da capoeira reinventou sua condição de transgressão penal em patrimônio cultural.

Capoeira: identidade e patrimônio cultural brasileiro

A relação entre a capoeira com a formação da identidade nacional se dá no sentido polêmico e às vezes contraditório descrito anteriormente. Ao longo de sua história, este saber cultural integrou os mais variados projetos (repressivos ou não) e recebeu, por consequência, diferentes significados. Predominavam, nos discursos voltados para a ação do capoeira, propostas que se alternavam entre a tolerância relativa e a perseguição rigorosa. Nesse sentido, os capoeiras tiveram seus momentos de "valorização" nos últimos anos da Monarquia, devido à participação na Guerra do Paraguai (a capoeiragem, no Rio de Janeiro, até chegou a ser associada ao Partido Conservador). Mas logo que a República foi proclamada a situação se inverteu. A capoeira passou a ser considerada como um crime no então recém elaborado Código Penal republicano. Deportações em massa ocorreram no Rio de Janeiro e no Pará, mesmo que em proporções diferentes. Assim, se ao longo do Império a prática da capoeira no Brasil foi criticada, mas não fortemente perseguida, com o advento da República ela foi criminalizada e até mesmo apontada como uma organização de resistência ao novo regime.

Tudo isso serve para demonstrar, mesmo brevemente, que a história da capoeira apresenta em toda sua extensão a peculiaridade de ser a história de uma dinâmica cultural em reinvenção constante e que qualquer tentativa de analisá-la no passado, com elementos do presente, poderá levar o estudioso a incorrer em graves equívocos. Nesse sentido, toda investigação histórica e, por conseguinte, atribuição simbólica relacionada à capoeira,

em qualquer momento e lugar em que ela esteja ocorrendo, necessita de uma interpretação adequada para o seu significado no referido contexto. Afinal, desde o final do século XIX, a capoeira é um fenômeno cultural que tem se manifestado por quase todo o território brasileiro.[17] Tornou-se um fenômeno inusitado de representação da identidade nacional às avessas. Ou seja, carrega em si o paradoxo de ser uma arte marginalizada pelos diversos projetos nacionais e ao mesmo tempo um instrumento incomparável de divulgação da história e da cultura brasileira pelo resto do mundo. Além disso, antes mesmo de qualquer debate político ou acadêmico sobre o assunto, a capoeira já era, em sua vivência e ensino, um meio excepcional de ação afirmativa da identidade brasileira, em especial aquela produzida pela experiência do negro no Brasil.

É com base nesse delineamento histórico e suas multifacetadas significações históricas e culturais que esta prática passa a fazer parte do registro dos bens culturais brasileiros, ou seja, a capoeira é tombada como patrimônio da cultura imaterial do Brasil. Tal ato seria uma manobra política de grande envergadura para os novos delineamentos socioculturais da capoeira no Brasil e não simplesmente um registro oficial daquilo que ela já consolidou pela sua própria experiência, ou seja, sua evidência como patrimônio da cultura brasileira. Entretanto, considerando os projetos anteriores de políticas públicas do governo voltadas para a capoeira (criminalização, folclorização e esportivização), cabe dizer que os capoeiras precisam estar atentos frente às consequências políticas do reconhecimento da sua arte-luta como patrimônio da cultura brasileira.

---

[17] LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *A política da capoeiragem*: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicaano (1888-1906). Salvador: EDUFBA, 2008.

CAPÍTULO 3

Entre diferentes histórias: os capoeiras no livro didático

Durante os primeiros anos da República no Brasil, muitos centros urbanos contaram com a participação dos capoeiras no processo político partidário e em sua vida social, que pode ser identificada na produção literária do período, o que foi constatado em estudos realizados no Pará, Bahia e Rio de Janeiro.[1] Entretanto, a literatura histórica produzida até a década de 1980, que compunha os manuais de ensino de História, oculta a participação desse segmento social na construção da história do Brasil, deixando-o ausente dos materiais didáticos. A partir de então, a produção histórica passou por processos de mudanças nos quais foram reavaliadas as abordagens sobre cultura e cotidiano das camadas populares. Assim, esses personagens e muitas de suas histórias foram recuperadas.

O objetivo desse capítulo é discutir os capoeiras, que, entre finais do século XIX e primeira metade do século XX, foram considerados marginais pelo discurso social e jurídico da época e que no livro didático *História e civilização: o Brasil imperial e republicano*, de Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez, têm reafirmado o

---

[1] Ver respectivamente: LEAL, L. A. C*apoeira, boi-bumbá e política no Pará republicano*, 2005, OLIVEIRA, J. P. de. *No tempo dos valentes*, 2005, PIRES, A. L. C. S. *A capoeira na Bahia de Todos os Santos,* 2004, SOARES, C. E. L. *A negregada instituição,* 1999.

mesmo estigma quando, na tentativa dos autores de denominarem quem foram eles, os identificam por "bandos de marginais".[2] Portanto, utilizando o livro didático como pretexto, procuramos analisar qual o lugar da capoeira no discurso histórico elaborado para um público mais amplo, tendo em vista ter se tornado esta prática cultural em um dos elementos simbólicos eleitos no processo de formação da identidade nacional brasileira.

A capoeira como novo sujeito da história

A produção historiográfica brasileira tem passado nas últimas décadas, principalmente a partir de 1970 e 1980, por processos de mudanças e revisões em sua abordagem, problematização e objetos temáticos. A história tradicional foi, aos poucos, "cedendo" lugar a uma história mais problematizadora, denominada Nova História, a qual tem valorizado as análises socioculturais.[3] Assim, a partir das novas concepções e perspectivas, "os chamados temas malditos, ou seja, quase todos que tratam dos excluídos sociais, sejam pobres, vagabundos, prostitutas, negros, mulheres, índios, etc., encontraram guarida nesta Historiografia".[4]

Os estudos das camadas marginalizadas começaram a preencher as lacunas deixadas por uma forma "tradicional" de fazer história. Esses trabalhos deram voz às minorias sociais às quais foi negado, durante muito tempo, o reconhecimento como sujeitos do processo his-

---

[2] MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. H*istória e civilização: o Brasil imperial e republicano*. São Paulo Moderna, 1992.

[3] Por História Tradicional nos referimos à historiografia que prima pelo discurso unanimista dos grupos dominantes, construindo uma história dos "grandes homens" e "heróis", descartando as "minorias sociais" como agentes do processo histórico.

[4] FENELON, Dea Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*. São Paulo, v. 10, dez., p. 68, 1993.

tórico, "trazendo de volta à memória os esquecidos da história: simples vagabundos, criminosos obscuros, bruxos de aldeias ou prostitutas".[5]

Os títulos *História e civilização, História: memória viva e Nova história crítica* são alguns dos exemplos da influência dessa Nova História no livro didático.[6] Outro elemento que aponta essa influência é o livro paradidático, o qual tem como proposta uma análise mais detida sobre os conteúdos, entretanto, mesmo com caráter de maior criticidade, apresenta muitos problemas, questão esta que não será tratada aqui pois extrapola os limites desse capítulo.[7] Ainda assim, os segmentos sociais das camadas populares recuperados da obscuridade histórica a eles reservada aparecem com sua imagem "estereotipada", para tomar o termo empregado por Ana Célia da Silva em seus estudos sobre preconceito racial nos manuais didáticos.[8] A veiculação de uma imagem estigmatizada do capoeira compromete a aprendizagem do educando sobre os conteúdos que circundam uma história social que tem como protagonistas homens e mulheres das camadas populares. Este é o caso da capoeiragem e de seus agentes.[9]

---

[5] SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais, 1995. p. 284.

[6] MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. *História e civilização*, 1992, VICENTINO, Cláudio. *História: memória viva*. São Paulo: Scipione, 1998. v. 4, SCHIMÍDT, Mário. *Nova História Crítica*. São Paulo: Nova Geração, 1999. 4 v .

[7] Segundo Ernesta Zamboni a mensagem conservadora transmitida nessas obras, na veiculação das idéias e imagens relativas ao poder. Ver: ZAMBONI, Ernesta. O conservadorismo e os paradidáticos de história". *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 13, n.25-26, 1994.

[8] Ver SILVA, Ana Célia. *A discriminação do negro no livro didático*. 2 ed. Salvador: Edufba, 2004 e SILVA, Ana Célia. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: Edufba, 2003.

[9] Assim como o termo "capoeiras", "capoeiragem" merece um esclarecimento. Além de seus outros significados, a exemplo de prática de arruaceiros, esse termo representa o ato do capoeira, o jogo etc. Por ter sido, no período da criminalização dessa

A capoeira, como objeto de pesquisa, vem ocupando espaço junto aos estudos da história social, mas também em outras áreas de conhecimento das Ciências Humanas. Desde a década de 1980, pesquisas com o tema da capoeira têm sido desenvolvidas junto a programas de pós-graduação em História, Antropologia e Sociologia. Vale ressaltar que a capoeira já há algum tempo tem sido interesse da Antropologia.[10]

Várias são as dissertações de mestrado e teses de doutorado, assim como artigos e ensaios publicados em revistas especializadas, que tratam desta temática. Muitos desses trabalhos enfocam a participação política dos capoeiras na vida brasileira, principalmente no período que compreende a passagem do regime monárquico para o republicano.

O final do século XIX e início do XX foi um período que marcou o universo da capoeiragem por ações de repressão policial respaldada pelo Código Penal de 1890, que entendia os capoeiras, a partir de referenciais da criminologia tradicional, como marginais de alta periculosidade, tendenciosos à prática de crimes perversos. Nesse sentido, tiveram os capoeiras sua prática cultural criminalizada e penalizada com prisão carcerária e, consequentemente, com deportação para o complexo de Fernando de Noronha, no litoral de Pernambuco.[11] Essas questões são

---

prática cultural, associado diretamente ao delito penal previsto no artigo 402 do Código Penal de 1890, entrou em desuso principalmente a partir de meados do século XX, quando a capoeira ganhou status de esporte. Aqui é entendido como a prática cultural experimentada cotidianamente pelos atores e atrizes da capoeira.

[10] Ressalte-se que ainda na década de 1960 um estudioso baiano se dedicava a uma análise socioetnográfica da capoeira, portanto, matéria da Antropologia. Ver REGO, Waldeloir. *Capoeira angola*.

[11] Sob a epígrafe "Dos vadios e capoeiras", encontramos o seguinte artigo: "Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecida

abordadas no livro didático *História e civilização* e sobre as quais teceremos algumas considerações.

História e civilização é um livro voltado para o ensino fundamental e está organizado em 4 volumes: *O mundo antigo e medieval; O mundo moderno e contemporâneo; O Brasil colonial; O Brasil imperial e republicano*. O sumário está organizado em partes e as partes em alguns capítulos. O volume que trata sobre o Brasil imperial e republicano é o que nos ocupamos aqui.

Ao organizar o conteúdo sobre a República Velha, os autores tratam sobre as questões políticas e socioeconômicas. Intitulam o segundo capítulo de Rebeldias e oposições, apresentando a Guerra de Canudos, Contestado e a Revolta da Vacina. Quando os autores tratam da instabilidade política, procuram apresentar a participação das camadas populares:

> *Os clubes jacobinos* e os *batalhões patrióticos* eram os principais responsáveis pelo clima de tensão política. Eles pressionavam o governo a adotar reformas que beneficiassem os setores populares da cidade do Rio de Janeiro. O governo respondia com a repressão:
> Os *capoeiras*, marginais que formavam bandos organizados a mando de políticos, foram deportados para Fernando de Noronha.
>
> Os *anarquistas* estrangeiros, responsáveis pelas greves, foram perseguidos e deportados.[12]

---

pela denominação capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal; Pena de prisão celular de dois a seis meses. Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dôbro." Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil de 1890.

[12] MOTA, C. G.; LOPEZ, A. *História e civilização.* 1998. p. 100. Os autores não deixam claro se os capoeiras participavam dos clubes jacobinos ou dos batalhões patrióticos.

No trecho transcrito acima, os autores dão por encerrada a compreensão sobre os capoeiras como sendo marginais "deportados para Fernando de Noronha". Há, neste caso, um problema de narrativa histórica, pois está para além de todos os documentos e "não mostra o passado ao vivo", na feliz expressão de Paul Veyne.[13]

Nenhum acontecimento é apreendido de maneira direta e completa, mas incompleta e literal, a partir de documentos e testemunhos: os indícios. Portanto, as interpretações que se deve ter sobre determinado fato devem ser consideradas como parciais e inconclusas. Paul Veyne é enfático quando insinua que não podemos compreender o acontecimento ocorrido em um passado "como se estivesse lá".[14]

Ao traçarmos os termos da frase encontraremos o seguinte: "Os capoeiras foram deportados para Fernando de Noronha". A construção da frase tem caráter determinante sobre o fato: "todos os capoeiras foram deportados". No entanto, os autores não estavam lá para verificar, como ressalta Paul Veyne. E se estivessem, ainda assim, não deveríamos tomar seus testemunhos como o fato propriamente dito e, sim, indícios para uma das várias interpretações que se poderia ter sobre a deportação dos capoeiras.

Assim, a forma como foi construída a frase apresenta algumas complicações do ponto de vista histórico e, portanto, das possibilidades de leituras sobre os capoeiras na história do Brasil. A simples leitura do texto em questão induz à conclusão de que os capoeiras foram marginais deportados para Fernando de Noronha. Obviamente que esta é uma realidade histórica bas-

---

[13] VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UNB, 1982. p. 12.

[14] MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. *História e civilização,* 1992.

tante documentada pela historiografia. Entretanto, as experiências dos capoeiras não podem ser reduzidas a apenas este aspecto de sua vida social. Cabe refletir qual o lugar reservado para esses agentes culturais e qual o lugar que deveriam ocupar no livro didático de história. Sobre essa questão, Ana Célia da Silva afirma:

> Torna-se necessário refletir até que ponto as culturas oriundas dos grupos subordinados na sociedade, cujas contribuições não são consideradas como tradição e passado significativo e, por isso, são invisibilizadas e minimizadas nos currículos, poderão vir a ser objeto de investigação e constituir-se na prática educativa dos professores.
>
> Por outro lado, os autores dessas culturas são representados, em grande parte, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, sob forma estereotipada e caricatural, despossuídos de humanidade e cidadania.[15]

Corroborando com Ana Célia da Silva, evidenciamos que os capoeiras não são apresentados no livro didático em questão como agentes de uma prática cultural de "tradição e passado significativo", podendo "vir a ser objeto de investigação", como já o é, "e constituir-se na prática educativa dos professores".[16] Não é intenção aqui, com este argumento, descartar outras experiências sociais vivenciadas pelos capoeiras, a exemplo do universo da cri-

---

[15] SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola.* 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2001. p. 13-14.

[16] Datam de finais da década de 1980 os primeiros trabalhos acadêmicos, ou seja, oriundos de pós-graduação, sobre a História da Capoeira, portanto, anterior à primeira edição do livro didático analisado. Uma revisão crítica desse trabalho pode ser acompanhada em SOARES, Carlos Eugênio Libano. *A negregada instituição,* 1999 e OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *No tempo dos valentes*, 2005.

minalidade, entretanto, não pode ser perpetuado o estigma de marginais, sem compreendê-los como agentes do processo histórico.

Capoeira e capoeiragem entre diferentes histórias

A historiografia produzida a partir da década de 1980 relata a experiência da Flor da Gente, ou Flor da minha Gente, como também era conhecida a famosa malta de *capoeiras,* que se situava no bairro da Glória, na cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX. Esse grupo formado por temidos *capoeiras* "teve papel decisivo na vida política durante os anos de 1870, a serviço do Partido Conservador".[17]

Outro momento foi narrado por Dunshee de Abranches e retratado por diversos estudiosos. Trata-se do problema causado pela prisão de um capoeira, levando o governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca a uma crise ministerial. O caso é que o capoeira Juca Reis (José Elysio do Reis), filho do Conde de Matosinhos, que era amigo de Quintino Bocaiúva, Ministro das Relações Exteriores do governo provisório, foi preso pelo chefe de polícia Sampaio Ferraz. Este teve "carta branca" do governo para agir na repressão aos capoeiras, independente do pertencimento étnico-racial e/ou social.[18]

A polêmica girou em torno da solicitação de Quintino Bocaiúva para a soltura do preso Juca Reis, chegando à altura de dispensar-se do seu cargo político, caso não resolvesse o problema do notório capoeira. Vale ressaltar que o Ministro era um político bem conceituado entre os membros do Ministério. Tal

---

17 SOARES, Carlos Eugênio Libano. *A negregrada instituição*, 1999. p. 77.

18 Quintino Bocayuva e a deportação dos capoeiras. ABRANCHES, Dunshee. *Actas e actos do governo provisório*. Brasília: Senado Federal, 1998. Edição fac-símile.

esforço foi em vão e Juca Reis foi deportado para o conjunto penal de Fernando de Noronha.[19]

A deportação dos capoeiras, tal como aparece no referido manual didático, polemiza reflexões em torno do ensino de história, como bem constata Selva Guimarães Fonseca. Segundo essa autora, durante sua investigação encontrou a seguinte situação:

> [...] caracterizada de um lado pela existência de uma História única e já pronta para ser transmitida, e de outro um grupo cuja noção de História introjetada favorecia a legitimação da memória dos dominantes e dificultava a efetivação de experiências que rompiam com o modo tradicional de ensino de História.[20]

Antes dessa história, que surgiu a partir da década de 1970, as camadas populares e suas práticas culturais não tinham expressão na História escrita e ensinada. Com a pesquisa desses historiadores, autores de livros didáticos, os "novos" agentes foram recuperados, mas, em muitos casos, de forma estereotipada. Assim, esta situação compromete a aprendizagem da história dos grupos sociais marginalizados, como disciplina que interage no processo de formação da opinião crítica do cidadão e cidadã brasileiros.

Há que se considerar que o livro didático produzido a partir da década de 1990 passou por modificações qualitativas relacionadas, principalmente, com a mudança na perspectiva historiográfica brasileira. Essa historiografia que valoriza a experiência das minorias sociais foi influenciada por uma "revolução da his-

---

19 ABRANCHES, Dunshee. *Actas e actos do governo provisório.* Brasília: Senado Federal, 1998.

20 FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2001. p. 11.

toriografia" na Europa, iniciada pela *Escola dos Annales*, fundada na França em 1929.[21]

Ao tratar de uma mudança no livro didático pelas questões já evidenciadas, deve-se considerar a contribuição de Guilherme Mota. Foi este autor um dos pioneiros na investida do processo de reelaboração do conteúdo do livro didático e do ensino de História no Brasil. Ainda na década de 1980, Carlos Guilherme Mota foi apresentado como um dos responsáveis "por raras e excepcionais" tentativas de mudança no ensino de História de 1o e 2o graus (os atuais fundamental e médio). No entanto, é esse mesmo autor que provoca a polêmica por nós levantada ao apresentar os capoeiras no conteúdo de seu livro, isentos de informações que permitam ao leitor compreender esses sujeitos históricos em sua real importância para o conhecimento da História do Brasil.

A questão que pode ser apontada para a forma de abordagem dos capoeiras no conteúdo do livro é a presença de um continuísmo da história tradicional que ainda permeia os espaços de aprendizagem. O fato da deportação é simplesmente apresentado de forma descritiva, sem nenhuma reflexão ou questionamento.

Assim, tal situação leva-nos a considerar que a bibliografia especializada sobre a história da capoeira é pouco ou nunca consultada pelos professores e alunos, o que compromete o conhecimento sobre essa prática cultural no processo de aprendizagem

---

[21] Vale aqui os comentários de Jacques Le Goff e Pierre Nora sobre essa nova proposta historiográfica: "a novidade parece-nos estar ligada a três processos: *novos problemas* colocam em causa a própria história; *novas abordagens* modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; *novos objetos*, enfim, aparecem no campo epistemológico da história". Apresentação da coleção *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*. Tradução de Terezinha Marinho 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. Sobre a Escola dos Annales ver BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

na escola regular. Esta situação não é diferente com outros valores da "africanidade brasileira", a exemplo da manifestação religiosa do candomblé.[22]

Nesse sentido, duas questões cruciais aparecem no problema de "transmissão" desse conteúdo: 1) o livro didático é um instrumento difusor de preconceitos sobre os quais os professores, na maioria das vezes, não estão preparados para trabalhar; 2) por outro lado, existe a dificuldade do educador em construir conhecimentos a partir do enunciado, ou seja, o professor teria que estar instrumentalizado para o aprofundamento do conteúdo do livro didático. Essas duas questões levam a uma outra, que as contempla: a concepção do ensino de História.

Mediante as questões apresentadas, devemos pensar um ensino que efetive a reflexão histórica. O registro do fato não é o bastante e sim a reflexão que busque compreender esses fatos construídos "como expressão das lutas e da consciência histórica dos homens [e mulheres] que vivem a partir de relações conflituosas em função das necessidades que constroem".[23]

Ao refletirmos sobre o passado, devemos considerar os seus significados para o tempo presente. E. P. Thompson, afirma que "esse passado foi sempre, entre outras coisas, o resultado de uma

---

22 A lei federal de nº 10. 639, de 9 de janeiro de 2003, trata da obrigatoriedade da inclusão de temas da cultura afrobrasileira nos currículos de ensino fundamental e médio das redes públicas e privadas de educação no Brasil. Entretanto, os debates sobre essa questão já vinham sendo desenvolvidos há algum tempo em encontros entre intelectuais e agentes culturais. A abordagem sobre algumas dessas questões pode ser encontrada em SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*, 2001.

23 TOLEDO, Maria Ap. Leopoldino Tursi. Ensino de história que se ensina: tautologia ou um debate essencial na construção da crítica à história ensinada no ensino fundamental? *Agora*. Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 2, p. 56, jul./dez. 1999.

discussão acerca de valores".[24] É justamente sobre esses valores que se assenta a questão dos capoeiras no livro didático, os quais consideramos vítimas de estereótipos e de preconceitos reproduzidos no conteúdo analisado.

A historiografia da capoeira no Brasil nos possibilita entender que os capoeiras não eram simplesmente "marginais" ou massa de manobra dos interesses da elite política brasileira. A sua presença em momentos significativos de nossa história, seu envolvimento em motins, revoltas, instituições políticas e militares, deve ser ressaltada. A leitura que se deve ter sobre esses indivíduos não pode ser reduzida a de "marginais que formavam bandos a mando de políticos, [e que] foram deportados para Fernando de Noronha" e sim a de sujeitos que, a partir de suas experiências culturais e cotidianas, interagiram com o processo histórico da sociedade brasileira. Fica assim o desafio para nós, professores, historiadores e agentes culturais, repensar o lugar da capoeira nos manuais escolares.

---

[24] THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica a Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 52.

SEGUNDA PARTE

Personagens da Capoeira na Literatura Brasileira

CAPÍTULO 4

Cabralzinho: a arte do fazer-se herói nacional através da capoeira

> A capoeiragem um dia, pelo excesso de suas "aplicações", por dá cá aquela palha, conforme os apetites da malandragem, despertou das autoridades medidas arrasadoras de extinção no Rio de Janeiro, onde já se fizera calamitosa...
>
> Entre nós, uma rasteira histórica não deve ser esquecida: a do nosso bravo 'Cabralzinho', que com ela desarmou um oficial francês que o tentava alvejar a tiro. E com isso pôs abaixo as pretensões da França sobre o nosso Amapá [...][1]

Na última década do século XIX, o Brasil experimentou um desentendimento diplomático com a França por questões territoriais que por muito pouco não tomou maiores proporções. O limite norte do Brasil experimentava um problema de demarcação de fronteiras com a Guiana Francesa que já perdurava por vários anos. A definição dos marcos entre os dois territórios, representados por Cayena e pelo Amapá, apesar de diversos acordos feitos anteriormente, na prática não estava sendo respeitada. Desde que foi anunciada a descoberta de ouro na região, os conflitos passaram a se intensificar ainda mais. Os franceses sempre interpretavam de forma favorável a si que o rio definidor dos limites

---

[1] RIBEIRO, José Sampaio de Campos. *Gostosa Belém de outrora*. Belém: Editora Universitária, 1965, p. 54-55.

de seu território era outro que não o defendido pelos brasileiros. Uma das graves consequências disso era que, frequentemente, os brasileiros sofriam perseguição por parte dos franceses, em seu próprio território.

O governo brasileiro, por muito tempo, tratou a questão como um problema particular do governo paraense e não como uma questão nacional. Parte da omissão federal se justificava pelas dificuldades relativas à comunicação com o Amapá, o território envolvido na disputa. No entanto, a situação mudaria de importância devido à intervenção de alguns brasileiros, sob a liderança do paraense Francisco Xavier da Veiga Cabral, o famoso capoeira conhecido como Cabralzinho.

Nosso protagonista teve uma participação ativa e destacada na história política e social paraense, desde as últimas décadas do regime monárquico. No entanto, quem buscasse conhecê-lo através de uma versão oficial da história paraense possivelmente teria poucos dados sobre sua trajetória de atuação política. Conheceriam-no particularmente no papel excepcional de herói nacional: "[...] o chefe dos patriotas que defenderam a soberania do Brasil, no Amapá, quando da invasão dos franceses", conforme o historiador paraense Ernesto Cruz.[2] Contudo, nem sempre as referências a Cabralzinho foram favoráveis. Entre os anos de 1890, quando era apontado como desordeiro por seus oponentes, e 1895, quando ocorre sua participação no conflito com os franceses, muita coisa aconteceu na vida política do Pará. Na maioria delas, esteve presente nosso singular capoeira. Acompanhemos a trajetória de mutação do "valentão" em herói.

---

[2] CRUZ, Ernesto, *História do Pará*. Rio de Janeiro: Império Nacional, 1963. 2 v., p. 43.

Cabralzinho nasceu em 5 de maio de 1861 e durante o Império tornou-se famoso por se envolver em diversos conflitos políticos, especialmente por ocasião das eleições.[3] Seu interesse pela política possivelmente foi herança do pai, Rodrigo da Veiga Cabral, que havia sido vereador por dois mandatos entre 1861 e 1868, pelo Partido Liberal. Contudo, Cabralzinho parece não ter tido interesse em seguir a mesma carreira política do pai. Cedo se tornou comerciante e funcionário público (até ser despedido por ocasião do primeiro governo republicano). Tinha um irmão capitão do exército (talvez isso explique a popularidade que Cabralzinho viria a ter junto aos militares) e exerceu a função de comerciante diversas vezes, durante 20 anos. Uma de suas casas comerciais estava situada no Ver-o-peso, importante área comercial de Belém, e se chamava Facão. Curiosamente este também seria um dos apelidos atribuídos a Veiga Cabral.[4]

Em 1885, aliou-se a Olympio Lima para trabalharem juntos na publicação do periódico *O Cosmopolita*, cujo linguajar crítico e tido por imoral pelos ofendidos não perdoava os membros do Partido Conservador. Por esse motivo, o jornal recebeu constantes ataques até ser fechado definitivamente em 1888. Cabral só voltaria a publicar um jornal próprio a partir do início do século XX. *O Patriota*, seu novo periódico, tinha um estilo de linguagem semelhante ao anterior, mas seu alvo era outro. No já instituído conflito entre *lauristas* e *lemistas*, o proprietário de *O Patriota* era favorável aos primeiros. Havia uma dívida de gratidão com Lauro

---

[3] Por ter participado da violação e quebra de urnas no distrito da Sé, Cabral foi processado em 10 de agosto de 1886. Arquivo Público do Estado do Pará. Secretaria de Polícia da Província, autos do mês de agosto de 1886. Ernesto Cruz também cita este episódio. CRUZ, Ernesto, *História do Pará*, 1963, p. 735.

[4] Ibid., p. 700-1, FOLHA DO NORTE. Belém, 19 maio 1905.

Sodré desde que recebera deste a anistia por haver participado da revolta do Cacaolinho, em 1891, que relataremos adiante.[5]

Outro episódio vivido por Cabralzinho foi seu confronto com o capanga Mão-de-Seda, em 1888. Raimundo Proença conta que "Certa vez, no largo de Sant'Ana (hoje praça Maranhão), ia sendo vítima do punhal do terrível desordeiro conhecido por Mão-de-Seda, valendo-lhe a vida o destemor e a agilidade com que, a golpes de *capoeiragem*, luta em que era perito, pôs em fuga o agressor".[6] Contudo, escapou a Proença a informação de que Mão-de-Seda voltou a encontrar Cabral no mesmo largo. Após nova discussão, Mão-de-Seda aproveitou-se do momento em que Cabralzinho lhe deu as costas, retirando-se, para apunhalá-lo. Segundo os depoimentos da época, a tentativa de assassinato ocorreu sob o olhar de uma patrulha montada que se fazia presente naquele momento. O fato foi amplamente citado e discutido pela imprensa da época, pois envolvia assuntos políticos conflituosos entre liberais e conservadores.[7]

Mão-de-Seda foi acusado de ser agente secreto da polícia e de ter tentado assassinar Cabralzinho a mando do governo. Por outro lado, a vítima era um dos mais ferozes redatores da folha liberal, *O Cosmopolita*, que há muito vinha atormentando o Partido Conservador (e até mesmo, setores do Partido Liberal) com seu estilo considerado "virulento". A imprensa dividiu-se em favor de cada um dos contendores, conforme a conveniência.[8]

---

[5] MENEZES, Murilo. Frederico Rhossard e o seu tempo. R*evista da Academia Paraense de Letras*, Belém, 1964, p. 162.

[6] PROENÇA, Raimundo, *Pontos de história do Pará*. Belém: Papelaria Americana, 1937, p. 101.

[7] Para acompanhar os debates travados em torno da questão, consultar, entre outros, o jornal DIÁRIO DE BELÉM, 17 fev. 1888.

[8] Idem., O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 24 fev. 1888.

Com a proclamação da República, Cabral atuou mais nos conflitos físicos contra seus oponentes do que nos debates jornalísticos. O governo republicano foi entregue pelos militares aos republicanos históricos e os membros do Partido Liberal constituíram o Partido Republicano Democrático, ao qual Cabral esteve associado, tornando-se uma espécie de militante jacobino. A princípio, os democratas acreditavam que poderiam alcançar espaço no novo sistema de governo, por meios "pacíficos" e legais. Mas os republicanos se mostraram duros com a oposição, inclusive no episódio da deportação de capoeiras ligados ao Partido Democrático[9].

Desde o resultado das eleições ocorridas em setembro de 1890, quando os republicanos saíram vitoriosos e os democratas totalmente derrotados, a oposição deixou de acreditar na possibilidade de reconquistar o poder através do processo eleitoral. Então, planejaram colocar em prática o plano de confronto direto que estava guardado há algum tempo. Em 11 de junho de 1891, ocorreria a reunião dos deputados e senadores que formaria a Assembléia Constituinte Estadual. Havia o boato de que o chefe dos democratas – Vicente Chermont de Miranda – seria preso. Reunidos na casa dele, os democratas cogitaram derrubar o novo governador nomeado, Huet Bacellar.[10] No entanto, logo os chefes democratas notaram que não seria viável um ataque à cidade naquele momento, pois ela estava bem policiada e qualquer ação seria imprudente.

---

9 MEIRA, Octávio, *A primeira República no Pará (desde o crepúsculo da Monarquia até o golpe de Estado de 1891)*, 1° volume, Belém, Falangola, 1981, p. 305.

10 No início de 1891, Justo Chermont foi nomeado ministro das Relações Exteriores do governo de Deodoro da Fonseca. Substituía Quintino Bocaiúva, que deixava o governo depois de ter seu prestígio diminuído com a deportação de seu protegido capoeira Elísio Reis.

As lideranças desistiram do ataque, mas Cabral não concordou com a resolução. Contava com a vinda de reforços do interior, pois tinha homens armados em são Domingos do Capim.[11] Resolveu, assim, levar a coisa adiante por conta própria, mesmo contra a vontade dos demais democratas. Era a revolta do Cacaolinho que se iniciava.

Veiga Cabral dirigiu-se à casa de sua mãe para se despedir. Escreveu uma carta dando orientações a seu sócio no comércio e foi se reunir com cerca de 100 homens armados que o aguardavam na doca do Reduto. A eles se juntaram mais 80 que tinham vindo da Ilha das Onças, fronteiriça à Belém. Um sargento de polícia lhe informou que já estavam prontos os praças do Corpo de Polícia, que esperavam no quartel para se juntar ao movimento. O próprio Cabral desarmou a sentinela do quartel para que tivessem acesso às armas guardadas no depósito de munição. Com a banda de música à frente, os revoltosos se dirigiram à casa de Vicente Chermont e deram vivas ao Partido Democrático. De lá se dirigiram ao lugar denominado Cacaolinho, nos arredores de Belém, e ficaram a aguardar inutilmente a vinda de reforços do interior.[12]

O governador Huet Bacellar ordenou uma verdadeira campanha de guerra contra os revoltosos. O local em que eles se encontravam foi cercado por terra e pelo rio Guamá. Um tiroteio

---

[11] Em maio de 1891, o capitão João Francisco da Luz, com cerca de 100 homens armados, estava aguardando, no Capim, o momento certo para desembarcar em Belém e auxiliar na deposição do governador. O governador chegou a combater o grupo do capitão Luz ainda no interior, mas não conseguiu desmobiliza-los devido à estratégia de guerrilha em que os rebeldes se encontravam.

[12] MEIRA, Octávio, *A primeira República no Pará*, p. 336-7. Cacaolinho ficava próximo de onde hoje se localiza a praça Princesa Izabel. Ver também FOLHA DO NORTE. Belém, 19 maio 1905.

sem trégua se iniciou. Paralelamente, a Assembléia Constituinte se reunia, sob a proteção de um forte esquema de segurança. No Cacaolinho, o confronto, sem baixas entre os rebeldes, durou até cerca das 8 horas da noite. Quando acabou a munição, vendo que os reforços não chegavam e aproveitando a escuridão, os combatentes, guiados por Cabral, começaram a dispersar pelo mato.[13]

O governador havia entrado em acordo com Vicente Chermont de Miranda para o término do combate. Os rebeldes não sofreriam retaliação. Contudo, logo que se deu o fim do conflito armado, todos os insurgentes foram presos. O corpo de polícia foi dissolvido e os principais líderes democratas deportados para a Europa. Cabralzinho, como não foi capturado, ainda conseguiu visitar a casa de sua mãe, que acabara de falecer. Depois, furtivamente embarcou em um vapor inglês para New York. De lá voltou apenas quando foram anistiados todos os envolvidos na revolta do Cacaolinho, em agosto do mesmo ano. Era a primeira ação do novo governador eleito Lauro Sodré. A partir deste momento Cabral lhe dedicaria forte admiração.

Contudo, quem disse que o capoeira se acomodou? Em 1893, voltaria à ação. Em novembro do mesmo ano, participaria da Revolta da armada em nível local, sem grande sucesso[14].

A revolta foi abafada pelas tropas do governador Lauro Sodré que, por sua vez, garantiu a segurança de Cabralzinho.[15] Mais uma vez parecia que tudo ficaria tranqüilo na vida desse personagem tão influente no meio rebelde paraense. No entanto, a tranquilidade duraria muito pouco. Desde a revolta do Cacaolinho,

---

13 BORGES, Ricardo. *O Pará republicano* (1824-1929). Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983, p. 54-6.

14 FOLHA DO NORTE. Belém, 19 de maio de 1905, passim.

15 Idem.

Veiga Cabral, ao invés de regressar para Belém, instalara-se no Amapá com alguns amigos (possíveis cúmplices das rebeliões anteriores). Viviam do comércio e de atividades extrativas, mas Cabral acabou sendo convidado para participar da política local, como membro do triunvirato que administrava o Amapá.[16] Logo passou a ser uma forte liderança local. Tudo parecia ir mais ou menos bem, mas a calmaria duraria pouco tempo. No ano de 1895 sua vida mudaria radicalmente, inclusive por sua participação no conflito de fronteira nos limites do Amapá e da Guiana Francesa, citado anteriormente.

Trajano, um ex-escravo da cidade de Cametá, estando ao lado dos franceses, foi nomeado governador/presidente da então recém-fundada República do Cunani, território dentro do espaço brasileiro pretendido pelo governo de Cayena. Em suas ações, Trajano buscou "expandir" o território francês para dentro do Amapá, gerando um conflito que teve por consequência sua prisão em Macapá.

De Cayena foi enviada uma tropa para libertar Trajano que ao desembarcar em Macapá sofreu forte resistência por parte de um grupo de brasileiros liderados por Veiga Cabral. É a partir deste momento que a atuação de Cabralzinho como capoeira ficou mais conhecida e o transformou em um herói nacional do período. O conflito imediato iniciou quando as tropas francesas chegaram a Macapá em busca de Cabralzinho. Tinham ordens de prendê-lo. Cabral ficou frente a frente com o comandante da tropa e se recusou a render-se, desafiando o francês. Daí ocorreria o fato que o tornaria célebre:

---

16 QUEIROZ, Jonas Marçal de. História, mito e memória: o Cunani e outras Repúblicas. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII-XIX.* Belém: Editora Universitária UFPA, 1999. p. 337.

> Lunier [o comandante] saca do revólver e tenta apontá-lo em direção de Cabral, que com extrema agilidade se lança sobre o oficial francês, aplicando-lhe o que na gíria brasileira se chama de "capoeira", e projeta-o ao solo. Sem tempo para oferecer reação o francês cai. Cabral arrebata-lhe o revólver das mãos. [17]

Como o oficial ainda insistiu para que a tropa atirasse em Veiga Cabral, este se defendeu e matou o capitão Lunier com sua própria arma. Um tenente, vendo a cena, avança sobre Cabral para vingar a morte do capitão, mas tem a mesma sorte. A cena ainda se repetiria com um sargento. Neste momento, já havia chegado ajuda para o líder capoeira e um tiroteio intenso se iniciou. A tropa francesa se dispersou em fuga, sendo perseguida pelos brasileiros. Posteriormente, os franceses voltaram em maior número e um novo conflito foi desencadeado. Desta vez foram os brasileiros que tiveram que fugir, refugiando-se na mata. Retornaram para socorrer os feridos somente quando os franceses partiram (estes temiam ficar presos no local devido à maré baixa).[18]

A partir deste conflito direto com os franceses, que oficialmente negaram o conhecimento do fato e sua autorização, desencadeia-se um interessante processo jurídico internacional. Os órgãos diplomáticos dos dois paises se submeteram ao arbítrio da Suíça para que fossem definidos os limites legais do território contestado[19]. Nesse momento, ficou célebre a atuação do diplomata brasileiro Barão do Rio Branco que, através de uma

---

[17] MEIRA, Augusto de Bastos. *Fronteiras sangrentas – heróis do Amapá,* Rio de Janeiro, Conselho Estadual de Cultura, 1975, p. 63-70.

[18] Ibid.

[19] Ibid., p. 97-115. Ver REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Território do Amapá – Perfil histórico*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

investigação minuciosa e densa prova documental, conseguiu a vitória brasileira no tribunal internacional. Mas isso é uma outra história! Retornemos a Veiga Cabral.

No Amapá, após o conflito com os franceses, Cabral passou a receber o apoio do governador Lauro Sodré e convidado a receber homenagens na capital. No Rio de Janeiro, e nos estados pelos quais passou, foi recebido como um herói nacional, com muitas festas e recebendo homenagens patrocinadas pelos governos anfitriões. As manifestações de homenagem a Cabralzinho foram intensas, mas não duraram muito. Ele logo deixou o Amapá e voltou a residir em Belém. Elegeu como seus inimigos os opositores de Lauro Sodré, os *lemistas*. Entre 1904 e 1905, atacou-os ferozmente através das páginas de seu periódico, *O Patriota*. Neste momento, Lauro Sodré já não era governador e nem se encontrava no Pará. Quem ocupava o cargo era Augusto Montenegro que, em comum acordo com Antônio Lemos, governaria o Pará até 1909. Os *lemistas* estavam no poder e isso significava violência contra a oposição. Veiga Cabral também não iria escapar. Já havia perdido o prestígio de ser herói nacional. No ano de 1905, seu jornal sofreu uma forte perseguição política e até mesmo censura (foi proibida a sua venda nas ruas).[20] Cabralzinho já se encontrava muito doente e não resistiu ao saber dos ataques da polícia contra seu jornal. Naquele mesmo ano morreu, aos 44 anos de idade.[21]

Nos dias de hoje, a figura de Cabralzinho é fruto de polêmicas interpretações em Macapá. Para muitos ele foi um tirano, devido o uso excessivo da violência contra seus inimigos políticos, mas oficialmente ele é reconhecido como um administra-

---

[20] FOLHA DO NORTE. Belém, 18 de maio de 1905.

[21] FOLHA DO NORTE. Belém, 19 de maio de 1905. Não encontrei maiores esclarecimentos sobre sua doença.

dor da região. Em relação ao mundo da capoeira, seu vínculo à prática ficou perdido na memória coletiva. Curiosamente, no livro *O Sairé e o Marabaixo*, Nunes Pereira apresenta uma fotografia do Marabaixo, em Curiaú, onde em meio à festa aparece uma possível manifestação da capoeira entre seus brincantes (ver figura a seguir).[22] A prática seria uma permanência da época de Cabralzinho, uma inserção do modelo baiano ou a mistura de ambas as tradições?! Bem, outra pesquisa com um recorte temporal mais contemporâneo poderá auxiliar nesta questão. Por ora, devemos compreender que a figura polêmica de Cabralzinho estava inserida em uma situação política bem mais ampla do que apenas suas intenções e práticas pessoais.
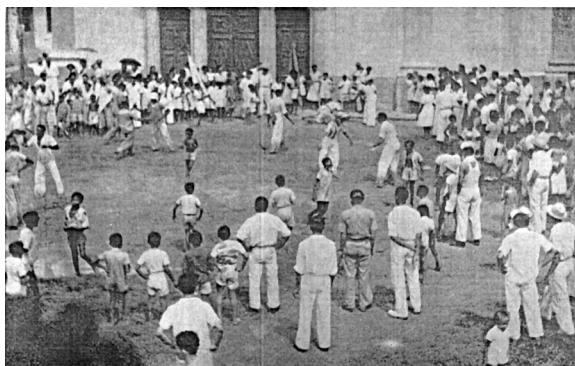
Foto: Aspectos do Marabaixo no Amapá. Fonte: PEREIRA, Nunes. *O Sahiré e o Marabaixo*, 135.

Segundo Jonas Marçal, a transformação de Francisco Xavier da Veiga Cabral em heroi nacional estava vinculada a uma necessidade maior de consolidação do sistema republicano e combate aos movimentos separatistas. Paralelamente ao problema das frontei-

22 PEREIRA, Nunes. *O Sahiré e o Marabaixo*. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1989.

ras no Amapá, diversos movimentos ocorriam por todo o país: agitações jacobinas na capital federal, a Revolta da Armada (da qual Cabral tentou participar em nível local), Canudos e, particularmente, a Revolução Federalista, de caráter separatista. Todas estas agitações, associadas às frequentes crises econômicas, política e social, abalavam a frágil estrutura que sustentava a nova ordem[23]. Nesse sentido, como assinalou Murilo de Carvalho, a criação de herois nacionais, como era o caso de Veiga Cabral, tinha a função de legitimar o regime político recém implantado, pois ajudava a sensibilizar o povo para a "importância" da nova proposta, principalmente quando este não havia participado do processo – como era o caso da implantação da República no Brasil.[24]

Considerando todos estes aspectos, não caberia aqui atribuir valores positivos ou negativos ao polêmico personagem. Pelo contrário, é preciso esquecê-lo como indivíduo e inserir sua trajetória na história da capoeira. Afinal, o litígio no Amapá permite resgatar os limites e as possibilidades da prática da capoeira em um contexto em que ela havia sido, por um lado, criminalizada – a partir da implementação do Código Penal republicano – e, por outro, relativamente resgatada através do referido episódio, experiência muito particular que, até então, estava esquecida na memória cultural da região e desconhecida por completo na história geral do Brasil.

---

[23] QUEIROZ, Jonas Marçal de. "História, mito e memória: o Cunani e outras Repúblicas". In: GOMES, Flávio dos Santos (org.), *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII-XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPa, 1999, p. 338-345.

[24] CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 55.

CAPÍTULO 5

Pedrito, Sete Mortes e a ficção amadiana

A década de 1960 foi um marco crucial na descoberta de novos temas e abordagens das Ciências Sociais e Humanas. A questão racial, por exemplo, era um dos objetos contemplados. Estava na ordem do dia nos debates acadêmicos, não apenas no Brasil, mas também em outros países do Ocidente. Assim, os estudos sobre religiosidade afro-brasileira e relações raciais iriam marcar a produção intelectual brasileira nas décadas ulteriores[1]. *Tenda dos milagres,* romance do escritor Jorge Amado, publicado em 1969, pode ser entendido como o discurso de um intelectual baiano que revelava, através de sua ficção, as questões políticas e sociais daquele momento: "livro realmente da luta do povo brasileiro contra o racismo".[2] No romance, está evidente a tese da mestiçagem, considerada a solução possível para o problema da questão racial no Brasil: "atributo da cidade mestiça, do amor das raças, da clara manhã sem preconceito".[3]

---

[1] Esse argumento toma como base as publicações sobre desigualdades raciais resultantes das pesquisas financiadas pelo Projeto Unesco de Relações Raciais no Brasil, executado no início dos anos 1950.

[2] AMADO, Jorge apud GOMES, A. C.; NEVES, S. R. R. *Literatura comentada*: Jorge Amado. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 52

[3] AMADO, Jorge. *Tenda dos milagres*. 23ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 1983. p. 28.

Algumas das questões tratadas nesse romance, a exemplo da relação da polícia com o candomblé e a capoeira, práticas culturais de matriz africana, parece terem sido retomadas, principalmente, de um outro livro, datado da década de 30, do século XX. Trata-se de *Jubiabá*, publicado em 1935. Nele encontra-se o "herói negro" Antônio Balduíno, um capoeira, "o imperador da cidade negra da Bahia".[4] Em *Tenda dos milagres*, tal atributo coube a Pedro Archanjo, também capoeira protegido dos orixás e protetor do povo de santo. Archanjo seria um mulato autodidata que "como bedel na Faculdade de Medicina, defendia o afro-brasileiro e sua cultura contra as teorias racistas dos acadêmicos da primeira década do século XX".[5]

Os estereótipos e preconceitos presentes nas elaborações de Jorge Amado, inclusive no romance em questão, foram alvos de severas críticas. Um exemplo é o papel da mulata, o que despertou o seguinte comentário:

> A mulata é sempre a mesma, a encarnação das fantasias sexuais do homem branco. [...] No caso de Ana Mercedes, suas aptidões extra-sexuais são ridicularizadas.[6] [...] É significativo, porém, que a mulata obtenha maior respeitabilidade quanto mais distante esteja de seus antepassados

---

[4] AMADO, Jorge. *Jubiabá.* 58ª. ed. Rio de Janeiro: Record, Salvador: Correio da Bahia, 2000. p. 54.

[5] BROOKSHAW, David. *Raça & cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 138.

[6] A personagem Ana Mercedes era uma jornalista responsável em acompanhar o cientista social norte-americano James D. Levenson. Professor da Universidade de Columbia que pagou para o bacharel Fausto Pena, "o corno do momento", parceiro de Ana Mercedes, fazer uma pesquisa sobre Pedro Archanjo. Ana Mercedes é apresentada no romance como uma jornalista de duvidoso caráter profissional, mas bastante capaz em suas aptidões sexuais. AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*, p. 19-23.

africanos, fato este que mais uma vez ilustra o preconceito de Amado.[7]

As críticas feitas à obra de Jorge Amado nem sempre são contundentes, como o exemplo citado. Às vezes, derivam de leituras simplistas. Como não me ocuparei aqui com o debate sobre a crítica da literatura amadiana, recomendo a leitura do texto de Ana Paula Palamartchuk, no qual a autora destaca o caráter popular e de comprometimento social do romance amadiano, exigindo assim dos leitores e, portanto, da crítica, um maior cuidado ao avaliá-lo à luz dos cânones hegemônicos da produção literária no Brasil.[8]

Interessa a este trabalho o universo da repressão aos terreiros de candomblé e capoeira, com destaque para os capangas e capoeiras e suas relações com o poder público, reconstituídos na ficção de *Tenda dos milagres*. Os personagens do delegado Pedrito Gordo e do capanga e suposto capoeira Inocêncio Sete Mortes servirão de baliza para as observações que se seguem.

Pedrito Gordo é inspirado no delegado Pedro de Azevedo Gordilho, de quem muitas evidências históricas podem ser encontradas. As notícias de periódicos que circulavam na cidade de Salvador na década de 1920 permitem acompanhar a campanha desenvolvida pelo delegado contra o candomblé e, por tabela, a capoeira, arquitetando o controle social das ruas da capital.

Ângela Lunhing, em seu trabalho sobre a repressão ao candomblé no período de 1920 a 1942, evidenciou que Pedrito foi um dos mais violentos e temidos chefes de polícia, chegando a

---

7 Idem, p. 143.

8 PALAMARTCHUK, Ana Paula. Jorge Amado: um escritor de putas e vagabundos?. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Afonso M.iranda (Org.). *A história contada.*

se tornar símbolo da perseguição ao povo de santo no referido período. A autora, pesquisando os jornais que circulavam em Salvador nas décadas de 1920 e 1930, não identificou a presença de capoeiras, pelo menos explicitamente, mas reuniu muitas notícias de jornais sobre as batidas em terreiros de candomblé. [9] Pedro Gordilho aparece em muitas dessas notícias, mas é Jorge Amado que se encarrega de construir sua caricatura, através de um personagem portador de mesmo apelido – Pedrito – e marcado pela repressão às duas manifestações culturais citadas.

Alto, gordo, branco, "vacilando entre o loiro e o sarará" seriam as características físicas de Pedrito. Bacharel em Direito – essa era, inclusive, a condição necessária para exercer o cargo de Chefe de Polícia – o ódio do delegado contra as manifestações da cultura afro-brasileira é justificado na sua formação intelectual, pois em seu tempo de estudante na Faculdade de Direito fora conduzido por leituras de autores influenciados pelas teorias do racismo científico, que defendiam a tese de que a cultura de matriz africana era uma degeneração social perniciosa e com tendência à criminalidade.[10]

> No gabinete de Pedrito Gordo, numa pequena estante, alinhavam-se livros e opúsculos, alguns do tempo de Faculdade, outros lidos depois da formatura, marcados a lápis vermelho, vários de publicação recente. *As Três escolas penais: clássica, antropológica e crítica*, de Antônio Moniz Sodré de Aragão, adepto da Escola Antropológica Italiana: *Degenerados e criminosos*, de Manuel Bernardo Calmon du

---

[9] LUHNING, Angela. Acabe com este santo, Pedrito vem aí...: mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942. Revista USP, São Paulo, n. 28, p. 194 - 220, 1996. Dossiê Povo Negro – 300 anos.

[10] A Faculdade de Direito da Bahia e a Faculdade de Medicina tiveram relevante importância na difusão das teorias raciais no início do século XX. Sobre essa questão ver: Schwarcz (1993).

> Pin e Almeida: *Craniometria comparada das espécies humanas na Bahia sob o ponto de vista evolucionista e médico-lega*l de João Batista de Sá Oliveira; *Germes do Crime*, de Aurelino Leal.[11]

Assegura ainda o autor que se juntavam a esse acervo publicações como: *A criminalidade negra; A degenerescência psíquica e mental entre os povos mestiços nos países tropicais; As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil; Antropologia patológica* — os mestiços".[12] A lista das obras reforça a influência dos racialistas na formação do delegado Pedrito, esclarecendo, assim, porque Pedrito "aprendera que negros e mestiços possuem natural tendência ao crime, agravada pelas práticas bárbaras do candomblé, das rodas de samba, da capoeira, escolas de criminalidade a apreciar quem já nascera assassino, ladrão, canalha".[13]

Esse discurso (tomado por Jorge Amado como do chefe de polícia Pedrito Gordo) era reflexo das teorias racistas que marcaram a virada do século XIX para o XX. Essas teorias representavam a base da Antropologia Criminal, cujo pensador de maior eminência, Cesare Lombroso, afirmava em seu livro *O homem delinquente*, publicado em 1876, ser a criminalidade um fenômeno físico e hereditário.[14] Essa ciência, denominada Criminologia, acreditava ainda poder capturar o criminoso antes de cometer o ato.[15]

---

[11] AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*, p. 245.

[12] Idem, p. 246.

[13] Idem, p. 345-346.

[14] SCHWARCZ, Lília K. Moritz. "Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX". In: *Afro - Ásia: Revista do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA*, nº 18, 1996, p. 85-86).

[15] Vale ressaltar que o médico e etnólogo Raimundo Nina Rodrigues foi um dos maiores representantes das teorias lombrosianas, sobre a qual "Lombroso sagrava-o Apóstolo da Antropologia Criminal no Novo-Mundo". PEIXOTO, Afranio. "A vida e

Neste raciocínio, Pedrito se propõe a acabar com a "negralhada": "Vou limpar a cidade da Bahia". Seria essa a intenção do delegado, segundo Jorge Amado. Sua administração na chefatura de Polícia durou de 1920 a 1926 e para a realização de sua campanha "civilizadora" contra os costumes populares, contava ainda, segundo Jorge Amado, com sua polícia secreta formada por famosos assassinos, dentre os quais Inocêncio Sete Mortes. Buscaremos reconstituir, nas linhas seguintes, a partir de notícias de jornais e dos autos do processo criminal por homicídio de Sete Mortes, reconstituir a relação deste ex-policial com os serviços de capangagem política e o universo da capoeira na cidade do Salvador, nas primeiras décadas do século XX.

As campanhas eleitorais no Brasil, na Primeira República, foram marcadas por acirrados conflitos partidários. Termos como "poder local", "coronéis" e "capangas" estão associados à história da luta político-partidária no Brasil republicano.[16] Nesse sentido, foram vários os mecanismos utilizados pelos grupos políticos que disputavam o poder, entre esses a contratação de "sicários" desordeiros, para atuarem como violentos cabos-eleitorais.[17]

Na Bahia, neste período, parece ter sido frequente para esses serviços a utilização de forças públicas. Constatei na cidade de Salvador a presença de policiais da guarda civil atuando como temíveis capangas e que se tornaram notórios cabos-eleitorais.

---

a obra de Nina Rodrigues". In: RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Progresso, 1957.

[16] LINS, Wilson. Mandonismo e obediência. In:______ et al. *Coronéis e oligarquias*. Salvador: Ianamá, 1988. p. 13.

[17] "Sicário" era um adjetivo frequentemente atribuído a Inocêncio Sete Mortes, encontrado em várias notícias dos jornais trabalhados. Significa "assassino comprado para cometer toda a casta de crimes", "malfeitor, facínora", "cruel, sanguessedento." AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1964. p. 3732.

Cito aqui as polêmicas em torno de Antônio Moniz, governador do Estado da Bahia entre 1916 e 1920, quando foi acusado pela imprensa local de utilizar serviços de capangagem política realizados por policiais de duvidoso caráter: "Sete Mortes era um sicário obscuro. [...]. Quem o fez célebre foi o dr. Antonio Moniz, mandando-o buscar no sertão longínquo, para ser aqui a sombra do seu governo."[18]

Sete Mortes, na verdade, se chamava Inocêncio Firmino de Souza. Casado com Medrada Firmino da Rocha, nasceu em 1883 e, segundo consta, era oriundo da cidade de Juazeiro, sertão da Bahia. Durante a gestão de Antônio Moniz, foi guarda civil de 1ª classe e era acusado de ser capanga do citado governador. A atuação de Inocêncio Sete Mortes não se restringiu ao mundo da capangagem política, foi também bastante conhecido no universo da capoeiragem em Salvador, no segundo decênio da República. Não se sabe ao certo se os seus primeiros contatos com os capoeiras foram na cidade do Salvador ou Juazeiro.

Nas memórias do mestre Noronha, Inocêncio Sete Mortes aparece listado entre os capoeiras que causaram terror nas ruas de Salvador, onde em meio a tiros e navalhadas, era ator e autor de conflitos envolvendo policiais, marinheiros e prostitutas nas famosas zonas da cidade. Morava na Boa Viagem e trabalhava como cabo eleitoral.[19]

As informações que encontrei em jornais (A Tarde, Diário da Bahia e Jornal de Notícia) e nos autos criminais do inquérito policial sobre o homicídio de Sete Mortes confirmam as memórias do mestre Noronha. Assim, pode-se inferir que se trata, aqui,

---

[18] A TARDE. Salvador, 11 maio 1922. p. 1.

[19] COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola*: os manuscritos do mestre Noronha. Brasília: CEDOCA, 1993, p. 65.

de um capoeira, guarda civil que trabalhava como capanga político e teve seu nome associado ao governo do Estado da Bahia, na gestão de Antônio Moniz de Aragão.

Serviço Medico Legal do Estado da Bahia

Folha

Schema das lesões existentes na face lateral direita do craneo de

Figura 3

Bahia, 22 de ... de 1922

Peritos
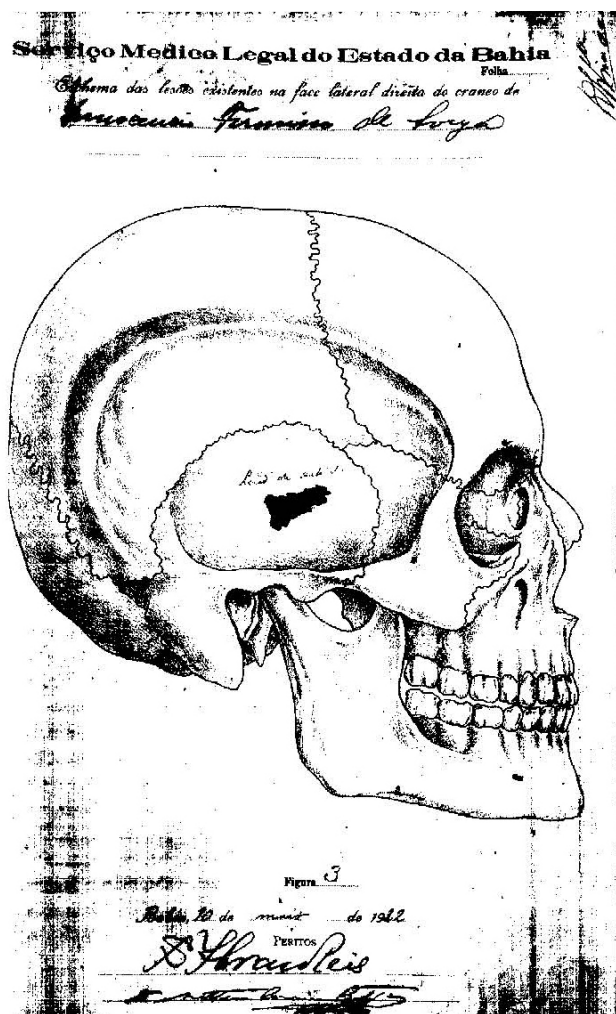
Figura 1 - Peça do laudo do exame corpo de delito realizado no cadáver de Inocêncio Firmino de Souza, vulgo Sete Mortes, em 1922. Documento reproduzido do Inquérito Policial disponível no Arquivo Público do Estado da Bahia.

A relação de Inocêncio Sete Mortes com o poder público, como guarda civil na Secretaria de Segurança Pública, não passou despercebido na ficção amadiana. Ele aparece no romance Tenda dos milagres em passagens que narram as peripécias dos "secretas" do delegado Pedrito, na "campanha civilizadora" contra o povo de santo, sambistas e capoeiras. Como membro da Guarda Civil e "pau para toda obra", pertencia à "malta de facínoras, os assassinos a serviço do delegado auxiliar".[20] Ainda assim, o autor de Tenda dos milagres não deu muita ênfase a Inocêncio Sete Mortes, como acontece com outros personagens, a exemplo de Zé Alma Grande, Pedro Archanjo, sendo este último apresentado por Jorge Amado como defensor do candomblé e dos capoeiras.

Zé de Ogum, segundo o enredo do romance, fora proibido por Majé Bassã de frequentar o terreiro de Xangô por ter matado uma iaô. Conta o narrador que quando ele recebia o santo sua força multiplicava. Foi o que ocorreu em uma noite de festa na Conceição da Praia. Ao receber o santo, parecia estar bastante irritado quando acabou com toda celebração. Chegando a patrulha de soldados, ele a enfrentou levando vantagens, o que lhe custou perseguição, chegando à força policial a capturá-lo no dia seguinte, quando se encontrava adormecido na Rampa do Mercado. Ao contrário de uma boa punição, o que comumente acontecia com todo aquele que enfrentava os "secretas" da Guarda Civil, o que houve foi o seu recrutamento pelo delegado Pedrito. Assim, o valente Zé de Ogum se tornaria Zé Alma Grande, o capanga de maior confiança do delegado auxiliar. [21]

---

[20] AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*, p. 275.

[21] Na ficção de Jorge Amado (especificamente, em *Tenda dos milagres*), temos o caso de Manuel de Praxedes, assassinado por resistir a uma batida no "terreiro de Sabaji, nas aforas da cidade". O caso é que, no terreiro, Manuel foi vitorioso, sendo, posteriormente, vítima de uma emboscada realizada pelos secretas de Pedrito.

Enquanto Zé Alma Grande aparece em quase todas as passagens em que Jorge Amado trata dos "secretas" do Pedrito, a presença de Inocêncio Sete Mortes se faz apenas em alguns momentos. Entretanto, muitas das características traçadas pelo autor para o personagem fictício de Zé Alma Grande combinam com o personagem real de Inocêncio Firmino de Souza, vulgo Sete Mortes.

> Zé Alma Grande não discutia as ordens do chefe, não vacilava em sua execução. Não havia de ser um caboclo de revólver e ameaças quem o fizesse deixar de cumprir comando de Pedrito. Bater e matar eram para ele coisas simples e normais. [...] Zé Alma Grande, negro do tamanho de um sobrado, homem de toda confiança de Pedrito, não conhecia a cor do medo.[22]

Zé Alma Grande era bastante eficiente no cumprimento de suas obrigações. Cumpria à risca o que lhe mandava seu chefe, "não vacilava em sua execução". Curiosamente, Inocêncio era frequentemente acusado pela imprensa local de ser um fiel capanga de políticos ilustres. Entre os nomes associados a ele encontram-se os de José Joaquim de Seabra, Antônio Moniz e do chefe de polícia Álvaro José de Cova, todos da mesma tendência partidária, o que reforça a idéia de capangagem política realizada por Inocêncio Sete Mortes.[23]

Assim como Zé Alma Grande, Inocêncio tinha um porte físico assustador e amedrontava a quem por ele passava: era "um indivíduo de constituição forte, medindo um metro e setenta e nove centímetros de altura e pezando (sic) noventa e um kilos (sic); mestiço acaboclado" (APEBA, 1922). Sua relação com

---

22 AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*, p. 244.

23 A TARDE. Salvador, 10 maio 1922. p. 1, 11 maio 1922. p. 1.

a população de Mont Serrat, comunidade onde morava, era de medo, pois o exercício de seu poder era imposto ao cotidiano daquelas pessoas, "suas proezas aterrorizavam ainda mais pela arrogância com que ele alardeava o respeito e a gratidão que a polícia e o governo lhe deviam".[24] Assim, muito se assemelham os dois, permitindo, inclusive, sugerir que o capoeira e guarda civil Inocêncio Firmino de Souza, conhecido por Sete Mortes, pode ter sido inspirador do personagem amadiano Zé Alma Grande..

Inocêncio Sete Mortes era guarda civil de primeira classe, portanto, funcionário da Secretaria de Segurança Pública, que teria sido exonerado de seu cargo de policial e se afastado do corpo de agentes policiais da guarda civil. Talvez tal fato tenha ocorrido com a sucessão do governo de Antônio Moniz, pois a imprensa local divulgava em seus periódicos que Sete Mortes seria um capanga do governador "a quem acompanhou como a própria sombra".

Desta forma, Sete Mortes pode ter sido afastado em 1920, quando assumiu o governo da Bahia, pela segunda vez, Joaquim José de Seabra. Conclusivamente, pode-se inferir que Inocêncio Sete Mortes não poderia ter trabalhado com Pedro de Azevedo Gordilho, o Pedrito, como insinuou o narrador, e sim com o chefe de polícia Álvaro José de Cova, um dos nomes associados a ele. Em requerimento feito ao Dr. Magalhães pelo próprio Álvaro Cova, na defesa de que Sete Mortes e sua família continuassem morando em um velho prédio em Mont Serrat, estava explícita essa relação: "Sendo o governador o dr. Moniz, o chefe de polícia dr. Álvaro Cova pediu ao dr. Magalhães permissão para

---

24 A TARDE, 10 maio 1922, p.

continuar a morar no prédio um guarda civil casado e com filhos, de nome Inocêncio". [25]

Além de Sete Mortes, outros nomes de capangas da polícia secreta da guarda civil estão associados ao chefe de polícia Álvaro Cova e ao próprio José Joaquim de Seabra. Um outro exemplo é o do "secreta" Pedro José Vieira, vulgo Pedro Mineiro, um capoeira conhecido pelas suas desordens, sobre o qual já fiz referência. No romance em questão, Álvaro Cova não aparece e nem o Sete Mortes é apresentado como capoeira e sim como um facínora secreta da polícia de Pedrito.

Com base no exposto, acredito que a intenção de Jorge Amado era denunciar, através do personagem Pedrito Gordo, as práticas violentas de Pedro de Azevedo Gordilho na repressão ao povo de santo e aos capoeiras, associando ao chefe de polícia nomes de notórios criminosos da cidade do Salvador, a exemplo de Inocêncio Firmino de Souza, o Sete Mortes. A razão pela qual ocultou a cultura da capoeiragem em Inocêncio pode estar relacionada ao posicionamento ideológico do autor em relação a essa prática cultural afro-brasileira. Ou seja, os capoeiras em Tenda dos milagres teriam que ser os "herois" e não os bandidos. É o que percebemos nos personagens de Lídio Corró e no protagonista do romance, Pedro Archanjo, o "oju oba".

Jorge Amado não afirma ser Inocêncio Sete Mortes um capoeira, pelas razões já consideradas. No entanto, este indivíduo era um assíduo frequentador da tradicional capoeiragem da velha Bahia, estando listado na memória que se guarda dos capoeiras, vistos, às vezes, com depreciação e sendo responsabilizados pelas desordens naquelas rodas onde as navalhas agiam sem freios.

---

[25] A TARDE. Salvador, 11 maio. 1922. p. 1.

Mesmo não fazendo referência a Sete Mortes como capoeira no decorrer do romance, este não ficou de fora da galeria dos inesquecíveis capoeiras da Bahia, segundo o próprio Jorge Amado:

> No recinto da Escola demonstraram valor e competência, todo o seu saber, os grandes mestres: Querido de Deus, Saverista, Chico da Barra, Antônio Maré, Zacaria Grande, Piroca Peixoto, **Sete Mortes**, Bigode de Seda, Pacífico do Rio Vermelho, Bom Cabelo, Vicente Pastinha, Doze Homens, Tiburcinho de Jaguaripe, Chico Me Dá, Nô da Empresa e Barroquinha.[26]

Inocêncio Sete Mortes é destacado na companhia de capoeiras que fizeram fama na cidade do Salvador, muitos destes famosos desordeiros. [27] A reconstituição de aspectos da sua vida nos permite compreender faces da história social da capoeira na Bahia, a exemplo da relação de alguns deles com a vida política da capital baiana. Assim, o romance Tenda dos milagres se constitui em um importante registro que, cruzado com outros documentos, possibilita a realização da pesquisa histórica sobre o referido tema.

Em seus romances, que tiveram como cenário a cidade do Salvador, não escapou a Jorge Amado os capoeiras e, com esses, suas experiências cotidianas, como suas relações com a religiosidade afro-brasileira e os pequenos conflitos em que estavam envolvidos. Também não escaparam ao romancista baiano a denúncia sobre a repressão policial aos candomblés, a relação de

---

[26] AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*, p. 14.

[27] Encontramos alguns dos capoeiras citados por Jorge Amado nas notícias de jornais e na documentação policial pesquisada. Sobre Zacarias Grande, Piroca Peixoto e Vicente Pastinha. Ver OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *No tempo dos valentes*; PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *A capoeira na Bahia de Todos os Santos*.

notórios criminosos com a polícia baiana, a capangagem política e sobre a crítica às teorias raciais que alimentavam o racismo científico, presente na sociedade baiana, ainda na primeira metade do século XX. Pedrito Gordo e Inocêncio Sete Mortes foram protagonistas na vida real e na ficção de um dos maiores testemunhos da história social da capital baiana narrada com a magia da ficção que apenas Tenda dos milagres se dá ao luxo de gozar.

CAPÍTULO 6

Capoeiras da história e da literatura: testemunhos involuntários

A popularização do uso do rádio no Brasil como parte do processo de integração da nação brasileira, especialmente a partir da década de 1930, proporcionou uma notável divulgação e aceitação da música e da cultura negra brasileira por quase todo o território nacional. Receitas, versos, sambas, danças e até mesmo instrumentos musicais passaram a ser divulgados pela mídia nascente. Claro que a exceção religiosa da aceitação do candomblé ainda teria que enfrentar seu próprio caminho de reivindicação (secularização de cantos e apoio da intelectualidade e artistas). No entanto, além da experiência religiosa, outros saberes também foram mantidos distantes da divulgação midiática. Entre estes saberes, destaco a instrumentalizacão musical da capoeira. Até os dias de hoje, raros são os artistas que aprenderam a utilizar o berimbau, instrumento percussivo e máximo da capoeira, como um instrumento realmente digno de ser tocado em grandes orquestras. Aliás, alguém já teve o prazer de ouvir um corrido, uma ladainha ou uma louvação de capoeira tocada em rádio ou televisão? A resposta, infelizmente, é negativa. Na verdade, só quem vivencia a capoeira ou a estuda, poderia saber que a musicalidade desta arte-luta possui uma estrutura diferenciada, com denominações próprias.

Longe da mídia moderna, no entanto, a capoeira teve seu espaço garantido, principalmente entre o final do século XIX e começo do XX, através de um outro tipo de mídia: a literatura. Bem antes da invenção do rádio ou da televisão, a capoeira já era citada como parte do cenário ou como característica de personagens de obras literárias no Brasil. Firmo, o famoso capoeira de *O cortiço,* de Aluisio Azevedo, celebrizou nacionalmente as características do capoeira carioca do final do século XIX. Na Bahia, foram numerosos os capoeiras citados por Jorge Amado em sua galeria de romances regionais. Boa parte deles correspondia diretamente a personagens autênticos da cultura urbana de Salvador ou de outros municípios. Contudo, a capoeira na literatura nacional não se restringiu à experiência carioca ou baiana. Ela também foi citada e marcou lugar em Pernambuco e no Pará. No primeiro caso, deveríamos recordar os trabalhos de literatos e folcloristas, como Humberto de Campos e Câmara Cascudo. No segundo, o de vários escritores que variam entre romancistas, cronistas e memorialistas regionais.

Neste ensaio, trataremos da experiência da capoeira como temática pertinente à produção literária paraense. O olhar será lançado sobre as aventuras e desventuras de três personagens que se destacam em uma ou mais obras da literatura do Pará: Lourenço, Pé-de-Bola e Zé Roberto. Pé-de-Bola, tal como vimos no 4º capítulo em relação ao capoeira Cabralzinho, se destacou também fora das páginas literárias e alcançou espaço nas páginas noticiosas e políticas do seu contexto. Sua trajetória evidencia como os testemunhos involuntários destes capoeiras podem apresentar diferentes características do "ser capoeira" no norte do Brasil. A expressão "testemunhos involuntários da história" é uma referência ao trabalho de Carlo Ginzburg acerca das possibilidades

da pesquisa histórica, a partir da literatura[1]. Aqui, a sugestão virá como contribuição metodológica para o estudo da capoeira na particularidade do documento literário do Pará.

A capoeira, na literatura paraense, é citada, descrita e representada através de obras que variam entre romances, crônicas e poesias. O período de alcance destes trabalhos é abrangente, iniciando-se em 1888 e seguindo por todo o século XX, até a década de 70. Diversos representantes da arte-luta aparecem como personagens de obras literárias que podem ser classificadas, por questão metodológica, em pelo menos três estilos e períodos distintos. Em um primeiro, o capoeira estaria caracterizado racialmente e dentro de uma prática típica do indivíduo mulato. É o estilo naturalista, representado no Belém de 1888 pelo romance *Hortência*, de Marques de Carvalho. Em seguida, partindo das primeiras décadas do século XX, através do estilo literário que ficou conhecido como Literatura do Proletariado,[2] personagens capoeiras, ora reais ora fictícios, perpassam as obras de Nélio Reis, Lauro Palhano e Dalcídio Jurandir.[3] Esta fase interage com uma

---

1 GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 9-12.

2 Movimento intelectual e literário que tinha como principal objetivo a conscientização social do trabalhador e da população através da literatura. Ver REIS, Nélio. *O rio corre para o mar*. 2 ed. Pref. de Josué Montello. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/SECULT, 1990, p. 250).

3 REIS, Nélio, *Subúrbio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937, PALHANO, Lauro. *O gororoba: cenas da vida proletária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1943. Lauro Palhano é o pseudônimo de Juvêncio Lopes da Silva Campos. Dalcídio Jurandir (10 obras do *Ciclo extremo-norte*). Em publicação anterior, o pseudônimo de Lauro Palhano foi citado erroneamente associado ao nome de Inocêncio Campos. Nesse sentido, agradecemos aqui ao sr. José Renato Campos Trindade, sobrinho-neto de Lauro Palhano que, além de corrigir o dado, nos instruiu acerca de outras produções de seu tio avô. Juvêncio Campos é irmão do escritor baiano João da Silva Campos, avô do sr. Renato e autor de mais dois livros raros: *Paracoera e Marupiara*.

terceira, cuja diferenciação está tanto no período abordado, como na forma de trabalho escolhida. Nesta etapa, estariam dois escritores que, ao contrário dos anteriores, não teriam apresentado os capoeiras como personagens de romances completos, mas como participantes de crônicas memorialísticas sobre a cultura popular. Neles os indivíduos citados não são fictícios. Existiram e seus feitos são contados por Jaques Flores e José Sampaio de Campos Ribeiro.[4] Ainda caberia nessa fase a obra *Batuque,* do poeta Bruno de Menezes, cuja evidência de africanidade revela múltiplas características de ação capoeiral no poema *Pai João*.[5]

Como o limite deste ensaio não permite a abordagem de todos estes autores e seus respectivos personagens, trataremos de três capoeiras que se destacam e são citados em uma ou mais obras. Trata-se de Lourenço, de Marques de Carvalho; de Pé-de-Bola, citado em diversos trabalhos e na imprensa; e do preto Zé Roberto, apresentado nas crônicas de Jaques Flores. Cada um será apresentado no contexto de suas obras de referência, visando oferecer ao leitor uma percepção do estilo literário produzido pelos autores, cada qual em sua época. Vamos a eles.

Mulato Lourenço: os traços naturalistas de um capoeira.

> Perto da esquina, três homens discutiam com ardor em frente à casa de uma prostituta, que assistia da janela à briga dos seus apaixonados. Efetivamente, pelas expressões deles, o mulato reconheceu ser aquela mulher – hedionda

---

[4] FLORES, Jaques. *Panela de barro*. 2. ed. Belém: Secult, 1990. Jaques Flores é o pseudônimo de Luiz Teixeira Gomes) e RIBEIRO, José Sampaio de Campos. *Gostosa Belém de Outrora*. Belém: Editora Universitária, 1965.

[5] MENEZES, Bruno. *Batuque*. 7ª edição. Belém: [s. n.], 2005.

> no rosto e ainda mais na meia nudez que apresentava – a causa da ruidosa disputa. Todos queriam passar a noite nos braços dela, tomando-lhe emprestados, por algumas horas, os beijos encachaçados que tinha o hábito de distribuir pelos portadores de magras notas de 2$; nenhum deles resignava-se a ceder o lugar aos companheiros, cuja cólera explodia em porcos vilipêndios vomitados em falsete, no fundo do qual poder-se-ia sentir uma leve exalação acre de vinho fermentado em estômagos repletos de comidas fortemente temperadas.
>
> A meretriz conserva-se tranqüila, sem uma palavra, cônscia de que tinha de vencer por fim: um deles havia de ficar; o dinheiro era certo.[6]

Este interessante fragmento, que será continuado mais à frente, corresponde a uma das possíveis cenas do cotidiano belenense citadas por João Marques de Carvalho em seu romance *Hortência*.[7] Publicado em 1888, trata-se de uma obra de inspiração "naturalista", cuja característica maior era o destaque dado aos "aspectos naturais e biológicos do ser humano, sobretudo em relação ao sexo e aos seus reflexos preconceituosos".[8] Sua ambientação histórica ocorre nos últimos meses do regime monárquico

---

6 CARVALHO, João Marques de. *Hortência*. Belém: Cejup/Secult, 1997. 121-2.

7 João Marques de Carvalho nasceu em Belém, no ano de 1866 e morreu em Nice, na França, em 1910. Sua formação intelectual foi totalmente européia. Estudou em Portugal e na França. No Pará, teve uma vida literária e jornalística bastante agitada. Em 1891, Justo Chermont foi nomeado ministro das Relações Exteriores e Carvalho foi convocado para acompanhá-lo. Sua carreira diplomática foi ascendente, chegou a secretário em diversos países da América do Sul. Em 1896, no entanto, foi acusado de crime de peculato e acabou voltando para Belém. Chegou a ser julgado e condenado, mas recorreu da sentença e conseguiu absolvição. Publicou diversos trabalhos e, quando morreu, deixou algumas obras inéditas.

8 MOREIRA, Eidorfe. O primeiro romance belenense. *A Província do Pará*, Belém, 27 maio 1984.

e possui uma grande importância por revelar aspectos dos usos e costumes locais. O romance – uma relação incestuosa e trágica entre os irmãos Hortência e Lourenço – baseia-se em um fato verídico ocorrido em Portugal e adaptado ao ambiente sociocultural da capital paraense.

O trecho citado revela um aspecto do cotidiano das mulheres que sobreviviam do meretrício. Sua moradia também servia para receber os "fregueses" e elas, raras vezes, poupavam a vizinhança das cenas consequentes às disputas por seus afetos. O exercício de suas atividades incluía possibilidades de sucesso, mas também atraía muitos riscos. Frequentemente, o meretrício era atacado pela imprensa por ser considerado uma ofensa à moral pública.

A "profissão duvidosa" poderia referir-se tanto ao meretrício, como a qualquer atividade de subsistência praticada por mulheres – especialmente a comercialização de produtos ou serviços em espaços públicos. Em uma cidade como Belém, cujas elites respiravam os valores do comportamento europeu, qualquer trabalho feminino que não se limitasse ao espaço doméstico era visto como um perigo para a moralidade pública. Não era só na prostituição que a atuação feminina incomodava. Também eram frequentes as denúncias feitas à polícia e à imprensa, solicitando um maior controle sobre as atividades de mulheres pobres que buscavam ganhar a vida por meios considerados "ilícitos", como o comércio de rua e a venda ambulante.[9]

Presença de meretrizes e vagabundos, inoperância policial e desrespeito à moral pública eram temas recorrentes nas denúncias feitas através da imprensa. Como resposta das autoridades a

---

[9] PANTOJA, Ana Lídia Nauar. Trabalho de negras e mestiças nas ruas de Belém do Pará (1890-1910). In: BUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina (Org.). *Tempo e lugares de gênero*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 2001. p. 126-127.

este tipo de pleito, diversos Códigos de Posturas Municipais foram publicados e utilizados como instrumentos da polícia, para respaldar o disciplinamento da população. [10] Geralmente, os temas contidos no Código de Posturas tratavam da regulamentação dos variados aspectos de vida social e cultural da cidade. Diziam respeito à higienização dos estabelecimentos públicos, cortiços, hotéis, pensões, hospitais, barbearias, mercados, asilos e até das fábricas. Sua abrangência, no entanto, ia muito além da salubridade da capital. Ficava então proibido a qualquer "cidadão", entre tantas outras coisas, fazer "algazarra, dar gritos sem necessidade, apitar, fazer batuques e sambas".[11] Essas atividades apareciam na documentação da época como geradoras de desordem, pois reuniam em torno de si indivíduos de "maus costumes".

Retornemos, agora, ao episódio narrado por Marques de Carvalho, citado acima, quando três homens embriagados disputavam os serviços de uma meretriz que assistia a tudo de sua janela. Na cena, habilmente descrita pelo autor, surge um quarto personagem: o capoeira Lourenço. Este, já indignado com o que estava vendo, aproxima-se do grupo e encara os homens afrontosamente, com "um sorriso saturado de mistério", que "frisava-lhe os grossos lábios", como detalha Carvalho. Dirigindo-se ao grupo, com sarcasmo perguntou:

> - Que barulho é esse? Inquiriu imperativamente.
>
> - E quem é você, seu corno? Retrucou um dos homens, levantando para ele uma grossa bengala, ao tempo que a meretriz, assustada, corria para o interior da casa, levando as mãos à cabeça a lamentar-se feminilmente.

---

[10] SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas Produzindo a Belle Époque* (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000, p. 99.

[11] Idem.

> Lourenço desviara o corpo com a máxima destreza; e, sem perder um momento, descarregou pesado murro ao nariz do agressor, cujo peito deu escápula a penetrante grito.
>
> Os dois outros adversários fizeram um claro, atemorizados pela coragem de que dava provas aquele homem; e o mulato ao mesmo tempo, saltava agilíssimo pela janela da prostituta, e fechava-lhes com estrépito as gelósias, gritando aos contendores:
>
> - Pois fico eu, seus merdas![12]

Esta cena ilustra muito bem de que maneira as atividades das mulheres de "vida livre" estariam atraindo indivíduos considerados os mais perniciosos da sociedade, apontados como vadios, vagabundos e desordeiros. O próprio mulato Lourenço seria um destes, pois, como nos revela o autor do romance, ele seria nada mais nada menos do que "um vadio consumado [...], voluptuoso, amigo da boa vida, dos dias inteiros passados na rede, abraçado à viola, tocando melopéias fáceis, acompanhadas pela monotonia do ranger dos esses nos ganchos das paredes" e, além de tudo, um habilíssimo e destemido "capoeira emérito".[13] Meretrizes, "vagabundos" e capoeiras frequentemente dividiram os mesmos espaços nas denúncias feitas contra as desordens que ocorriam pela cidade. E o perfil racial desses personagens não era acidental: o capoeira Lourenço era mulato.

Notemos que o discurso de combate à "vagabundagem" incluía os mais diversos grupos e situações. Para evitar distúrbios, os mesmos indivíduos acusados de vagabundagem eram recrutados para garantir a segurança pública. Na prática, o termo

---

[12] CARVALHO, João Marques de. *Hortência*, p. 122.

[13] Idem, p. 39, 90.

vagabundo, difundido pelos dos jornais, possuía um significado negativo para adjetivar todos aqueles que não exercessem atividades convenientes aos interesses dos grupos dominantes. Muitos articulistas defendiam a existência de uma tendência quase natural, de certos tipos sociais, para a "ociosidade". Tratava-se de um argumento comum, naquele período de transição do trabalho escravo para a mão-de-obra livre, quando se buscava transformar as pessoas pertencentes às classes pobres em trabalhadoras de profissão reconhecida pela sociedade.

Experiência semelhante à de Lourenço foi exemplificada por Firmo, um dos personagens do romance *O cortiço*, de Aluísio Azevedo.[14] Trata-se de um sujeito tipicamente valentão e respeitado por todos devido a suas façanhas como capoeira. Firmo, que chegara a decidir importantes páreos eleitorais, não receberia ao final mais do que abraços, presentes e palavras de gratidão dos chefes de partido. O capoeira carioca desgostou-se da política partidária por não ter obtido o tão almejado, embora humilde, emprego público. Tal desilusão não foi um sentimento exclusivo do capoeira de Aluízio Azevedo. Diversos são os trabalhos de pesquisa sobre a história do Rio de Janeiro, que sugerem a trajetória do personagem de Azevedo. Soares, por exemplo, demonstra que as maltas de capoeira carioca, como a Flor da Gente, foram fundamentais para a definição dos resultados de várias disputas

---

[14] Aluízio de Azevedo (1857-1913), literato maranhense, era membro da Escola Naturalista brasileira. Seu primeiro grande romance, *O mulato*, gerou intensa polêmica em sua terra natal, pois retratava, com detalhes crus, as práticas contraditórias e racistas dos tipos sociais. Causou, assim, tanto sucesso quanto escândalo, a ponto de o autor se ver obrigado a mudar-se para o Rio de Janeiro. MONTELLO, Josué. *Aluísio Azevedo e a polêmica d' O mulato*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. Ver os capítulos 1, 8 e 9.

eleitorais ainda em plena Monarquia.[15] Quantos sonhos não teriam sido frustrados aí?

Lourenço, ao longo do romance, continuará a receber insinuações negativas acerca de seu comportamento e seu posterior assassinato. O auge de sua ação instintiva, típica do romance naturalista, estaria no incesto cometido contra Hortência. Marques de Carvalho também se esforça em demonstrar que o caso de Lourenço se inspira em um episódio concreto noticiado na imprensa da época. Se em *Hortência* o personagem assume uma característica ficcional, apesar de representativa da ação do capoeira naquele contexto, o mesmo não se repete em relação às outras referências aos capoeiras do norte do Brasil. Aqui a literatura revela o envolvimento de personagens reais com a política local, cujos nomes são confirmados em outros documentos que tratam dos primeiros anos da experiência republicana no Pará. Em autores como Dalcídio Jurandir, Lauro Palhano e Jaques Flores, cidadãos concretos são transformados em personagens de romances. É o caso de Pé-de-Bola e do preto Zé Roberto. O primeiro deles, famoso capoeira, trabalhou como capanga político no tempo da intendência municipal de Antônio Lemos; o segundo, era um veterano da capoeiragem paraense do final do século XIX.

Pé-de-Bola: um capoeira na "literatura proletária"

> Voltou-lhe ao pensamento a briga recente, num bonde, entre dois jornalistas, saindo um morto que pertencia ao governo e outro fugindo da justiça e que era da oposição. Contrariando as vontades do Palácio, o juiz não achou le-

15 SOARES, Carlos Eugênio Libano. *Negregrada instituição*, p. 217-229.

gítima a perseguição ao fugitivo. O capanga Pé-de-Bola, então, espera o juiz à saída do foro e lhe atira ovo choco.[16]

Atirar ovo choco em juiz não parece ser o gesto de valentia mais nobre para um capoeira. Contudo, era esta uma das ações possíveis para um capoeira que estivesse a serviço de algum político. No entanto, o que deve ser ressaltado aqui, além da ousadia do capanga, é o que ela revela. Vem à tona o pacto de cumplicidade entre o capoeira e seu protetor, o mandante. No Pará, a capoeiragem haveria de estar ligada à política umbilicalmente até, pelo menos, a década de 30 do século XX.[17] Quando outros recursos falhavam para "convencer" o eleitor, o capoeira era chamado.

No Pará, Antônio Lemos possivelmente foi o único político de origem monarquista a ocupar um cargo tão importante na República. Com a experiência que acumulou do tempo em que ainda era monarquista, não hesitou em utilizar velhas estratégias para se manter no poder. A principal delas foi praticar a violência contra a oposição. Seus agentes eram os nossos conhecidos capoeiras capangas. A fama era conhecida, mesmo fora do Pará, pela truculência utilizada para se manter no cargo de dirigente municipal. Sua prática de violência também foi registrada nas crônicas literárias que se reportaram àquela época. Dalcídio Jurandir, em

---

16 JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará.* São Paulo: Martins, 1960. p. 271-272. Também citam Pé-de-Bola: PALHANO, Lauro. *O gororoba: cenas da vida proletária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1943, p. 58-80 e RIBEIRO, *Gostosa Belém de outrora*. Belém: Editora Universitária, 1965, p. 53-4.

17 A morte do estivador José Avelino, assassinado em 1935, pode ter marcado o fim de toda uma 'tradição' de capangas contratados por políticos. Avelino era baratista, partidário do interventor Magalhães Barata. Ver ROCQUE, Carlos, *Depoimentos para a história política do Pará*. Belém: Mitograph, 1976, p. 49-50; 190-192; 437; 235-237; 449-450; 518; 551-554; 597-599.

Belém do Grão-Pará, comentando o episódio de Pé-de-Bola, que havia atirado um ovo podre em certo juiz, diz:

> - Ao que sei, o Senador nunca mandou atirar ovo choco nos magistrados. Usou o pau, o pixe nos jornalistas, o bacamarte mas ovo choco, não. Mas viva o Pé-de-Bola e o juiz.
>
> Era o magistrado e o capanga que se defrontavam, dizia ela, a toga alva e o ovo choco, opostos e unidos na mesma sociedade que os gerava.[18]

O senador era Antônio Lemos. E o caso era mais uma das "missões" ordenadas pelo intendente e que deveria ficar em sigilo. Caso o capanga fosse preso, não deveria, em hipótese alguma, revelar o nome do mandante. Pé-de-Bola era um dos capangas do intendente. Não era o único. Destacava-se, juntamente com Antônio Marcelino, por trazer em si o paradoxo da ordem e da desordem em suas atividades de capanga ligado ao poder público. O mais antigo dos dois era o Pé-de-Bola. Ambos, além de hábeis capoeiras, eram liderança de grupos de folguedos que existiam na cidade.

Pé-de-Bola, inicialmente morador da Cidade Velha, era uma figura tradicional conhecidíssima no meio popular. Lauro Palhano apresenta dados sobre o início de sua ligação com o Boi-Bumbá. O capoeira teria sido convidado para organizar e dirigir o recém-fundado Boi Pingo-Prata. Os donos – pois era um Boi coletivo, ao contrário da maioria – precisavam de alguém valente para ensaiar o Boi. Valente porque os confrontos com outros Bumbás não eram brincadeira. "Coube a Pé-de-Bola, moleque ágil, valente e desordeiro da Cidade Velha", a direção do Pingo-

[18] JURANDIR, Dalcídio. Belém do Grão-Pará. São Paulo: Martins, 1960, p. 171-172.

Prata. Para alguns, ele não passava de um vagabundo que "bebia cachaça pelos botequins" e "distribuía o tempo entre o ócio lúcido e o ócio embriagado, ao léu, fugindo do pai pelas taponas e porretadas, energias inutilmente despendidas para fazê-lo trabalhar".[19] Como veremos mais adiante, Pé-de-Bola não decepcionou em valentia quando seu Boi precisou encontrar um rival do Jurunas.

Em outras crônicas, Pé-de-Bola é especialmente famoso por ser amo do Boi-Bumbá Pai do Campo, do bairro do Jurunas.[20] Na verdade o Pai do Campo correspondia a um outro momento da vida desse capoeira. Não encontrei nenhuma referência sobre sua mudança de bairro, mas é certo que o pai de Pé-de-Bola trabalhava no Arsenal de Marinha, fronteira entre a Cidade Velha e o Jurunas.[21] Seu vínculo às atividades de rua evidenciava conflitos pessoais (e mesmo territoriais) comuns entre os moradores de bairros diferentes. A capoeira, mais do que um instrumento de lazer, era também fundamental para a própria sobrevivência do indivíduo.

Além de amo do Boi Pai do Campo, Pé-de-Bola também comandava o cordão carnavalesco intitulado Cruzador Timbira, possível influência da presença de marujos e embarcadiços que habitavam o bairro.[22] Segundo Carlos Pereira, os cordões ge-

---

19 PALHANO, Lauro. *O gororoba: cenas da vida proletária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1943, 58-9-73.

20 O Boi Pai do Campo teve uma vida bastante longa, pois chegou a ser filmado em 1937, pela Missão de Pesquisas Folclóricas. MOURA, Carlos Eugênio de. *O teatro que o povo cria: cordão de pássaros, cordão de bichos, pássaros juninos do Pará*: da dramaturgia ao espetáculo. Belém: Secult, 1997, p. 66.

21 PEREIRA, Carlos Victor. *Belém Retrospectiva*. Belém: Falangola, 1962, p. 36 e 44.

22 RIBEIRO, José Sampaio de Campos. *Gostosa Belém de outrora*. Belém: Editora Universitária, 1965, p. 127.

ralmente eram nomeados pelo título de “pretos disso”, “pretos daquilo” (Pretos de Angola, Pretos de Moçambique, Pretos Fidalgos etc.) porque predominariam em suas fileiras “homens e mulheres de cor”. Mas também havia os cordões de portugueses, que geralmente lembravam embarcações (o caso do cordão de Pé-de-Bola). O cronista comenta a impressão que causava quando uma manifestação carnavalesca saía pelas ruas do Jurunas:

> Das ruas e travessas compostas de verdadeiros mocambos, saiam os mais bizarros cordões carnavalescos, todos acompanhados do ritmo das orquestras de “pau-e-corda”. Nos tais cordões, havia sempre ligeiros traços de teatros, que se misturavam à cuíca e ao tamborim, entremeado com os guisos, que proporcionavam uma barulheira infernal. [23]

Juntamente com Pé-de-Bola também foram apontados como capoeiras os capangas Macaco e Antônio Marcelino. O primeiro era praça do Corpo de Marinheiros Nacionais, agindo muitas vezes por conta própria; e o segundo era apontado como chefe de uma certa Guarda Pretoriana, de Antônio Lemos (também identificada como Guarda Negra, em outros momentos).[24] A ação do capoeira como capanga de políticos foi uma prática muito comum ao longo dos séculos XIX e XX por quase todo o Brasil. No Rio de Janeiro, Recife e Belém, a prática vai ser intensamente reprimida. Em Salvador, a ação do capoeira como capanga, ou segurança de casa de jogos (caso de mestre Pastinha), será relativamente tolerada pelo governo local. Inclusive, tal ca-

---

[23] PEREIRA, Carlos Victor. *Belém Retrospectiva*. Belém: Falangola, 1962, p. 36.

[24] “Segundo a opinião das cunhadas, o senador, apesar de sua infalibilidade e de sua Guarda Negra com que desancava e pichava os inimigos, fora demasiado liberal”. JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*, p. 18. Ver também. PALHANO, Lauro. *O gororoba*, p. 81.

racterística da capoeiragem baiana ajuda a entender parte de sua continuidade no século XX, quando ela já estava desorganizada em outras regiões do país.

Até o momento, nos casos de Lourenço e Pé-de-Bola, eles pouco puderam se pronunciar a respeito de sua prática. No entanto, as crônicas de Jaques Flores, em *Panela de barro*, oferecem um outro olhar sobre o capoeira que não podia assumir sua identidade, no contexto de repressão em que vivia.

O preto Zé Roberto: "um batuta na capoeira"

> - Ah! Você era músico, hein? Naturalmente esse seu dom concorria para você ser o que era: um festeiro de marca maior...
>
> - Sim, sinhô! Até uma vez fui tocá numa festa no Umarizal e quando acabou os camaradas foram bebê alguma coisa numa bodega que tinha lá onde é hoje o mercadinho de Santa Luzia. Aí, um deles, que não gostava de mim, me ofereceu cachaça. Eu agradeci porque só bebia "Fockin" e vinho do Porto. Na repetição da cachaça, ele disse p'ros outros: - "Esse negro ainda não toma?" – Então, respondi: Este que está aqui é negro, mas não é da sua mãe... a bodega era dum tal "Orelha Furada", sujeito desordêro. Quando eu vi, uma porção estava p'ra me dá pancada...
>
> - Apanhou que não foi sopa, hein Zé Roberto?
>
> - 'Não sinhô! Não era valente, mas também não era mole [...]'
>
> - Já sei. Resolveu o barulho na lei da pesada. Disseram que você foi batuta na capoeira...
>
> Zé Roberto esboçou um aguado sorriso de modéstia e guinchou:

- Não jogava capoêra. Me defendia [...] [25]

O diálogo travado acima é uma entrevista feita por Jaques Flores, pseudônimo de Luís Teixeira Gomes, com o preto Zé Roberto, por volta de 1930. Natural da Vila da Barra, no Piauí, foi para Belém tentar a vida quando já era homem feito. Trabalhou de servente em uma empresa funerária, depois passou a ser boleeiro dos carros da mesma companhia. Bastante devoto, passou a organizar, após conseguir certo benefício, os festejos do divino sem, até então, ter deixado de cumprir suas "obrigações" em nenhum momento. Roberto chegou até a montar um grupo de pastorinhas em sua própria casa. Jamais tivera interesse para o lado dos cultos africanos e adorava as quadrilhas, valsas e polcas da época. Afirmava que: "Nunca foi preto de batuques e carimbós".

Caso Zé Roberto não estivesse apenas despistando o entrevistador, sua atitude seria mais um exemplo de que a cultura não é inerente à etnia. É pública, como diria o antropólogo Clifford Geertz, pode ser acolhida ou rejeitada pelos sujeitos.[26] Contudo, a negação da afinidade com a cultura de origem africana, como foi sugerido, também poderia ser uma forma de despistar Jaques Flores. Afinal o interlocutor de Zé Roberto não era um simples companheiro de copo.

O cronista Jaques, que também era policial, buscava colher com Roberto elementos das "maneiras de viver, de trabalhar" e de agir dos populares de uma sociedade que ele via como um

---

25 FLORES, Jaques. *Panela de barro*, p. 100-101.

26 GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p. 33. Antônio Pires também desenvolve uma argumentação neste sentido ao criticar os autores que trataram o conhecimento da capoeira como uma herança natural da raça negra. PIRES, Antonio Liberac Cardoso Somões. *A capoeira no jogo das cores*, p. 8.

misto de "civilizada e primitiva".[27] Contudo, em vários momentos do diálogo, Zé Roberto respondeu com certa desconfiança às perguntas de Jaques. Seria a famosa "mandinga" tão cantada nas rodas de capoeira? Possivelmente, pois Zé Roberto não via em Jaques apenas um indivíduo curioso com as coisas do passado. Percebia o inquiridor como policial e por isso respondia com todo o cuidado às perguntas referentes a este tema. Eis o porquê de negar ter sido capoeira, mas ao mesmo tempo deixar transparecer que o fora. Afinal, não era qualquer um que dava conta de uma "porção" em um conflito.

O depoimento de Zé Roberto evidencia a relação entre a capoeira e outras práticas culturais populares presentes na literatura paraense. De um lado, a preocupação de Jaques em identificar o sujeito como capoeira; e, do outro, a *negativa* do preto em dizer que "não jogava capoêra", mas apenas se defendia. Do mesmo modo, frente às autoridades repressoras, nenhum indivíduo, por mais valente que fosse, ousava se identificar como capoeira. Afinal, até 1937 a prática ainda era considerada um crime merecedor de duras punições.

De personagens fictícios a testemunhos involuntários da história

Na literatura paraense, desde a publicação do romance naturalista Hortência de Marques de Carvalho, em 1888, até a memorialística Gostosa Belém de outrora, de Campos Ribeiro, em 1960, a capoeira aparece como elemento sociomarginal marcante

[27] Jaques Flores era poeta e cronista, mas se sustentava como funcionário da Secretaria de Segurança Pública. Chegou a ser, inclusive, Chefe da Interpol de Belém.

no cotidiano de Belém.[28] Isto revela que ela foi importante no imaginário paraense, devido à sua interferência direta na vida de pessoas que conheceram ou vivenciaram aquele momento histórico. Na literatura naturalista, em oposição ao idealismo da escola romântica, o que é narrado merece atenção literal e detalhista do leitor porque busca expressar, com o máximo realismo possível, a sociedade descrita. Seus fundamentos são as premissas teóricas do positivismo, o que transformava o trabalho literário em algo parecido com a análise social. Com relação aos trabalhos memorialísticos, a importância é semelhante. Neles, os autores estão preocupados com a descrição do passado, mas em um momento geralmente posterior aos acontecimentos, por isso, algumas vezes podem estar sujeitos ao esquecimento de detalhes ou deturpações na análise. Mesmo assim, favorecem a interpretação histórica, uma vez que possibilitam relacionar fatos ou eventos que de outra maneira estariam isolados ou perdidos. Desse modo, as trajetórias de Lourenço, Pé-de-Bola e Zé Roberto correspondem a testemunhos involuntários da história da capoeiragem paraense, por meio da literatura.

---

[28] CARVALHO, João Marques de. *Hortência* e RIBEIRO, José Sampaio de Campos. *Gostosa Belém de Outrora*. Belém: Editora Universitária, 1965.

TERCEIRA PARTE

Gênero, Cultura e Capoeiragem

CAPÍTULO 7

Amarrando as saias: indicíos sobre mulheres capoeiras na cidade da Bahia

Adão, Adão/Ôi cadê Salomé, Adão/
Ôi cadê Salomé, Adão/Salomé foi passear[1]

A prática da capoeira nas primeiras décadas do século XX, na Bahia, remete à valentia e a habilidades corporais nas contendas entre indivíduos que inspiraram as crônicas urbanas e foram registradas nas páginas dos periódicos locais. Trata-se de uma prática diretamente associada ao homem por comportar elementos constitutivos da masculinidade, a exemplo do biotipo e das ações de violência física. Porém, alguns registros existem sobre a presença de mulheres neste universo, como é o caso de Salomé, personagem da memória da capoeira baiana.[2]

A cantiga citada acima e registrada por Waldeloir Rego, na cidade do Salvador, década de 1960, refere-se a Salomé que, segundo o Mestre Atenilo, era o nome de uma mulher famosa por

1 REGO, W. *Capoeira angola*, 1968. p. 104.

2 Este capítulo, em uma versão anterior, teve participação da Dra. Lina Maria Brandão de Aras, do Departamento de História da UFBA. Mulher valente, daquelas que não precisa de saias para serem amarradas. Este capítulo é dedicado a ela.

frequentar rodas de capoeira.[3] Ao lembrar da capoeiragem das décadas de 1920 e 1930, afirmava que Salomé "cantava no samba e jogava capoeira".[4] O mestre era enfático ao salientar a bravura da valente mulher: "você encostava, ela passava a rasteira e te botava de pernas pro ar. Entrava no Batuque e lhe derrubava duas três, vezes. E era valente!" [5]

São poucos os registros de memória que identificam mulheres capoeiras neste período. Há uma vasta documentação que identifica mulheres portadoras de características semelhantes a Salomé, no que se refere à sua valentia; talvez muitos desses casos se referissem a mulheres capoeiras.[6] Sendo-o ou não, o que as fontes indicam é que disputavam seus espaços sociais a golpes de navalhas, cacetadas e pontapés contra quem lhes representasse uma ameaça. Eram essas as "mulheres de pá virada" que viviam no universo masculinizado das ruas de Salvador, território dos capoeiras.

As ruas eram espaços hostis, considerados perigosos, lugar da violência, do crime. Era um espaço privilegiado dos homens, todavia, as mulheres também os ocupavam, com suas atividades produtivas, como era o caso das ganhadeiras, cuja atividade econômica de venda de seus produtos dependia quase que exclusivamente da sua circulação pelas ruas em busca dos compradores

---

[3] O mestre Atenilo se chamava Altenísio dos Santos, nasceu em 16 de junho de 1918 em Oliveira, distrito de Santo Amaro (BA). Seus depoimentos que aqui fazemos referência se encontram em Raimundo César Alves de Almeida. *Mestre "Atenilo": o relâmpago da capoeira regiona: (depoimentos)*. Salvador: Núcleo de Recursos Didáticos da UFBA, 1988.

[4] Ibid., p. 50.

[5] Ibid.

[6] São poucas as cantigas que remetem a mulheres capoeiras. Há em algumas a presença da figura feminina, mas sem nenhuma referência à prática de valentia e/ou capoeiragem.

de suas mercadorias. Outras mulheres também circulavam pelas ruas em busca de seus afazeres, outras ainda, para o oferecimento de seus serviços, como era o caso das prostitutas.

Entretanto, não podemos deixar de lembrar que a rua é considerada um espaço eminentemente masculino e com ele são tecidas as relações que buscam a supremacia do gênero masculino sobre o feminino, em um contínuo processo de legitimidade do "poder do macho".[7] Segundo Eleieth Saffioth, "o sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira".[8] Afirma a autora que "há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens".[9]

Dentre os espaços sociais conquistados pela mulher, estava também a rua, mas a sua presença deveria se dar de forma discreta, quase uma extensão do ambiente doméstico, sendo que, no caso da elite, as regras envolviam aspectos diferenciados daqueles das mulheres pertencentes às camadas populares. Todavia, nas primeiras décadas do século XX, as mulheres brancas de elite ampliaram sua presença na rua, causando certo desconforto pela convivência que se daria com as outras mulheres – as expostas – e com os homens, de uma forma geral.[10]

---

[7] Sobre a "supremacia masculina" ver SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987. p. 41-60.

[8] Ibid., p. 16.

[9] Ibid.

[10] FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres*: condição feminina e cultura popular na *belle époque* imperfeita. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

As mulheres trabalhadoras não tiveram suas ocupações, em boa parte, contempladas no Censo de 1920, motivo pelo qual não podemos deixar de chamar a atenção para a grande massa de trabalhadoras ocupadas com os serviços domésticos, as costuras e bordados, as chapeleiras, capelistas, floristas, modistas, rendeiras, além daquelas que circulavam pelas ruas vendendo os seus doces, quitutes, refrescos, etc. Muitas outras possuíam suas bancas nas feiras e mercados, como também em pontos estratégicos nas principais vias de circulação. Eram também responsáveis por atividades complementares nos açougues, na limpeza dos fatos e na venda dos miúdos.[11]

Alberto Heráclito chama a atenção para a ocupação dos espaços das ruas pelas mulheres: "Na conquista do espaço público, as mulheres pobres tiveram um papel fundamental. Ágeis, versáteis, econômicas, políticas, as libertas foram, no contexto da cidade, os exemplares mais significativos dos que venceram o desafio da rua".[12]

Para o período republicano, esses grupos de mulheres viram suas fileiras engrossadas pelas despossuídas, que buscaram também nas ruas suas diversas formas de sustento: "[...] a imprensa teve olhares atentos para o comportamento moral das mulheres. Protagonizando brigas por galinhas, discussões banais e bate-bocas de ruas, elas ocupavam costumeiramente as páginas dos periódicos locais".[13]

---

[11] Sobre o pequeno comércio das ruas e outras ocupações na Primeira República em Salvador, SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do Povo: sobrevivência e tensão, Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001.

[12] FERREIRA FILHO, A. H. *Salvador das mulheres*, 1994. p. 99.

[13] Ibid, p. 100.

Assim, não é de se estranhar a evidência de acontecimentos envolvendo mulheres de diversas categorias profissionais, protagonistas, nas primeiras décadas do século XX, das mais diferentes formas de violência e, consequentemente, merecedoras de uma rigorosa repressão policial. A ação da polícia deveria atingir as diversas categorias sociais expostas nas ruas: "O capitão subdelegado da Sé deve mandar patrulhar constantemente um beco à rua da Oração, visto as queixas que se levantam contra umas mulheres alli residentes e cuja conduta precisa reprimenda".[14]

No corpo policial criado pelo decreto de 1912, estavam engajadas algumas pessoas de duvidoso caráter, acusadas pela imprensa local como responsáveis pelas desordens e motins nas ruas de Salvador. Há indícios ainda de que o novo chefe de polícia contratava para serviços de "capangagem" sujeitos apontados como valentes capoeiras.[15] Este universo de valentia, desordem e prática de capoeiragem, não estava restrito ao homem; também pertencia às "mulheres valentes", protagonistas do cenário descrito anteriormente. Essas questões foram evidenciadas também em outras regiões do Brasil, em momentos históricos distintos, principalmente nas capitais, alvo primordial do discurso civilizador.[16]

O *Jornal do Comércio*, periódico da cidade do Rio de Janeiro, em sua edição de 29 de janeiro de 1878, informou a seus leitores que

---

14 JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, 7 jan. 1913. p. 3.

15 COUTINHO, Daniel. *O abc da capoeira angola*, p. 61-63. Segundo Antônio Liberac Cardoso Simões Pires, "os capoeiras participavam ativamente de eventos eleitorais, defendendo à mão armada as áreas de influencias dos representantes políticos". PIRES, Antônio Liberaque Cardoso Simões. *A capoeira na Bahia de Todos os Santos*, 2004. p. 82

16 Ver os seguintes trabalhos: SOARES, C. E. L. *A negregrada instituição*, 1999, PIRES, A. L. C. S. *A capoeira na Bahia de Todos os Santos,* 2004, LEAL, L. A. P. *A política da capoeiragem,* 2008.

"Até o belo sexo [...] quando empenham qualquer luta mostram ser peritas em capoeiragem".[17] A notícia divulgava a prisão de algumas mulheres que brigavam nas ruas da capital federal. No calor da informação, o articulista ironizava os comentários dos policiais que efetuaram a prisão e afirmarem que as referidas mulheres "merecem o título de destemidas".[18] Semelhante artigo foi publicado pelo jornal *A Constituição*, em edição de 21 de novembro de 1876, intitulado "Que mulher capoeira!", desta vez na cidade de Belém do Pará.[19] O periódico informava da prisão de Jerônima, escrava de Caetano Antônio de Lemos, autuada por transgressão da ordem pública na prática de capoeiragem.[20] Outras notícias sobre mulheres capoeiras em Belém apresentavam atos de violência em que elas utilizavam navalhas, facas e cacetes.[21] Fatos como estes também foram identificados em nossa investigação, o que representa a possibilidade da presença de mulheres no universo da capoeiragem baiana.

As notícias sobre atos de violência cometidos por mulheres são bem menos frequentes do que os cometidos pelos homens. Este fato não significa que não houvesse, mas que eles foram registrados em menor número pela documentação judiciária e

---

[17] SOARES, C. E. L. *A negregrada instituição*, 1999. p. 303.

[18] Ibid.

[19] LEAL, Luiz Augusto Pinheiro; PANTOJA, Letícia Souto. Das bulhas e vozerias: a presença de mulheres na capoeira, em Belém do Pará no final do século XIX. In: Alvares, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira (Org.). Desafios de identidade: espaço-tempo de mulher. Belém: Cejup, 1997. p. 69.

[20] Lembremos que a capoeiragem só foi criminalizada no Código Penal de 1890, até então os capoeiras eram enquadrados nos artigos referentes a crimes contra a ordem pública, lesões corporais e porte de arma.

[21] LEAL, L. A. P.; PANTOJA, L. S. *Das bulhas e vozerias: a presença de mulheres na capoeira, em Belém do Pará no final do século XIX*. 1997. p. 79-81.

pelos meios de comunicação, no período em estudo[22]. No transcorrer da pesquisa, identificamos fatos que revelam práticas femininas de violência que se aproximam daquelas utilizadas pelos homens, inclusive os capoeiras, por isto, as notícias são vinculadas ao universo masculino. Nas páginas dos principais jornais de Salvador, durante as três primeiras décadas republicanas, não são poucos os casos que envolvem mulheres, entre estes, aqueles em que elas são protagonistas da cena. O ato de valentia não estava restrito ao universo masculino. Era um valor atribuído a mulheres e homens, atores que constituíam o cotidiano das ruas da "civilizada" cidade da *belle époque* baiana.

Muitas dessas mulheres, que em sua vida privada eram mães de família, donas de casa, mulheres da vida, enfim, pessoas comuns, tornavam-se personagens construídas a partir das crônicas policiais jornalísticas. Alguns casos ilustram esta situação. Antônio Vianna lembra de Adelaide Presepeira, uma "desordeira" que durante as comemorações do 2 de Julho promovia arruaças, com uma navalha em punho[23]. A memória de Vianna registra casos, como alguns que encontramos em 1914, que envolviam a "desordeira" Anna Angélica, a qual aparecia nas manchetes dos jornais sob o vulgo de Angélica Endiabrada, que muito lembra as ações dos capoeiras nas ruas da capital baiana.[24]

---

22 Muitos casos em que o homem era vítima da mulher e que não foram registrados judicialmente têm como razão mais convincente a de assegurar a masculinidade da vítima com a não denúncia do ocorrido.

23 VIANNA, Antônio. *Casos e coisas da Bahia*. Salvador: CEB, 1984. p. 91. Ver também a esse respeito ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *Algazarra nas ruas: as comemorações da independência na Bahia* (1889-1923). Campinas:Editora da Unicamp, 1999. Precisamente o capítulo intitulado *Festejos populares, festejos cívicos.*

24 JORNAL DE NOTÍCIAS. 28 fev. 1914. p. 7, 2 mar. 1914. p. 2. Sobre as ações dos capoeiras baiano ver: OLIVEIRA, J. P. de. *No tempo dos valentes.*

Nas brigas entre vizinhos, entre marido e mulher e nos desentendimentos nas ruas, que tinham as mulheres como protagonistas, era muito comum o personagem do cotidiano da casa ser automaticamente substituído pelo personagem do espaço público: a valente da rua. Quando alguma mulher se destacava na luta corporal durante estes conflitos, a "valentona" tomava o lugar da mulher comum. Em caso de extrema valentia, por exemplo, quando uma mulher chegava a enfrentar uma ou mais pessoas na luta corporal, o adjetivo endiabrada era o que comumente lhe atribuíam. No caso da já referida Angélica Endiabrada, sabe-se que chegou a enfrentar o guarda civil número 27 e "resistindo à prisão, Anna [Angélica] ainda chegou a bater no guarda n. 15, fazendo pequena escoriação nos lábios".[25] Algumas notícias informavam sobre mulheres desordeiras, apontando as várias formas de transgressão da ordem. Entre elas estavam as desavenças ocorridas nas ruas, onde elas proferiam termos "indecorosos", agredindo a moral pública.

Outras notícias anunciavam mulheres como arruaceiras por estarem promovendo "desatinos" no espaço público: a quebra de garrafas, por estado de embriaguez, a destruição de estabelecimentos públicos e privados, assim como o porte de navalhas, ameaçando a vida dos cidadãos e desacatando as autoridades. Dois exemplos são o de Maria Isabel e Zeferina de tal. A primeira foi presa em 1914 "por estar promovendo desordem com uma navalha em punho" e a segunda, presa em 1917, por brigar com sua companheira Idalina Maria do Sacramento: "encontraram-se as desafectas e foram ao duello a murro e pontapé". [26]

---

25 JORNAL DE NOTÍCIAS, Salvador, 28 fev. 1914. p. 7

26 GAZETA DO POVO. 2 dez. 1914. p. 2, JORNAL DE NOTÍCIAS. 9 ago.1917. p. 2. O pontapé é um elemento indiciário da capoeiragem mas não o bastante para

O *Jornal de Notícias* de 10 de fevereiro de 1914 informou a seus leitores:

> CONFLITO E NAVALHADAS
>
> Hontem, às 7 horas da noite, na Ladeira da Praça, Estevam Durvalino dos Santos e Regina Gomes e Carvalho travaram-se razões e entraram em lucta. Regina, munida de uma navalha, cortou seu adversário, que a rrepeliu a murros.
>
> O guarda-civil, que estava de serviço na Independência, sendo avisado, dirigiu-se ao local prendenduo-os.[27]

O fato envolveu um homem e uma mulher que entraram em luta corporal. O uso da navalha foi de domínio da mulher, que "cortou" o seu desafeto. A violência perpetrada revela-nos o universo das ruas da cidade, especialmente na área do centro tradicional de Salvador, entendida por nós como a cartografia da capoeiragem; neste período, a violência ocorreu em área considerada marginal e incivilizada. A motivação para o uso da força se apresenta de caráter variado, podendo figurar como pivô nas disputas amorosas entre os capoeiras.

> MULHER ARRELIENTA
>
> A doceira Rosa de Oliveira apaixonou-se pelo engraxate Vitorino Pereira dos Santos, que tem caixa em frente ao elevador, na praça Rio Branco. Há tempos Rosa, que é ciumenta, azedosse com o engraxate e prometeu esbordoá-lo. Ante-hontem a doceira encontrou o antigo apaixonado e em plena praça Rio Branco, deu-lhe de chinello.

---

inferirmos ser Idalina do Sacramento uma mulher capoeira. Entretanto, não se pode negar traços da prática da capoeiragem na valente mulher.

[27] JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, 10 fev. 1914. p. 2.

> O Sr. 3º Delegado Auxiliar que passava no momento effectuou a prisão a mulhersinha, entregando-a aos guardas-civis 295 e 135 que a conduziram para o posto policial da Sé.[28]

A notícia, ao revelar as atividades dos envolvidos no conflito, identifica as suas atividades profissionais, afastando a possibilidade de qualificá-los como vadios na sociedade soteropolitana. As formas de agressão efetivadas pela doceira Rosa de Oliveira foram chineladas no engraxate Vitorino Pereira dos Santos. Tal ação demandou a prisão da agressora, mas a motivação – o amor aparentemente não correspondido –, fora demonstrado na via pública, em pleno centro da cidade, à luz do dia.

As mulheres também podiam atuar em grupo, assim como as maltas dos capoeiras cariocas. Foi o que aconteceu com Almerinda, Menininha e Chica que, unidas, agrediram um cidadão.

> QUE TRINDADE
>
> Almerinda, Menininha e Chica, três mulheres de pá virada, que habitam a Baixa dos Sapateiros, bateram, hontem, pela manhã com os costados no xadrez do posto policial da Lapinha, a ordem do respectivo subdelegado em virtude de terem passado uma tremenda descompostura na família de um cidadão ali.
>
> Este procurou a autoridade policial e narrou os abusos das atrevidas raparigas, pelo que foram ellas parar ao xilindró.[29]

A notícia revela que o dito cidadão recorreu às autoridades para queixar-se e buscar uma punição. Registre-se o fato de que

[28] JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, 23 ago. 1917. p. 2.

[29] JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, 24 abr. 1920. p. 2.

as mulheres foram identificadas nominalmente pelo jornal, a partir dos seus apelidos, enquanto o chamado “cidadão” teve o nome silenciado, denotando uma preocupação em não revelar o indivíduo e sua condição social, fato que seria considerado para a sociedade da época como uma afronta moral ao ser masculino. As mulheres foram recolhidas à cadeia pública como forma de punição pelos atos praticados.

As colunas dos jornais que noticiavam atos de desordem e policiamento das ruas publicavam manchetes em destaque, quando se tratava de casos com grande repercussão, a exemplo da manchete “Mulher Valente”. Este é o título que noticia um conflito em que uma mulher, ao se desentender com outra, criou uma situação e entrou em luta corporal contra nove soldados de polícia e a sua rival.

O referido caso, registrado pelo *Jornal de Notícias* de 10 de fevereiro de 1914, teve como protagonista Antônia de tal, apelidada Cattú. A mulher era moradora da rua do Polytheama e, segundo o jornal, estava frequentemente envolvida com algum tipo de conflito. Na tarde do dia 9, desentendia-se com outra. Quando esta conseguiu socorro de um guarda civil, morador da localidade, não adiantou muito, pois este seria apenas mais um candidato à vítima da valente Cattú. A notícia a seguir trata desse acontecimento, que marcou época em função das proporções tomadas na imprensa:

> SARILHO NO POLYTHEAMA
>
> Mulher Perigosa
>
> Antônia de tal muito conhecida por Cattú, residente na rua do Polytheama, é uma mulher de cabellinho na venta.
>
> Já por diversas vezes tem sido chamada à polícia e não comparece.

> Hontem, as 3h. de tarde, "azedou-se" e desandou forte descompostura em uma outra.
>
> O civil n. 119, que reside nas inmediações, fez ver o seu procedimento incorrecto, sendo aggredido. Cattú, avançando para o guarda, arrancou-lhe os botões da túnica, rompe-lhe a camisa, que ficou em tiras. Travou-se forte lucta.
>
> O guarda pediu socorro, comparecendo os de ns.64, 4, 14, 203, um músico do regimento policial, 2 praças e 1 sargento, e a perigosa mulher luctou com todos, sendo a muito custo conduzida à secretaria.
>
> Na lucta, alguns guardas sahiram feridos, inclusive o 119, que tomou uma dentada na mão e desmentiu um dedo.[30]

O tom da notícia indica certa ironia em torno da agressora, ao qualificá-la como portadora de "cabellinho na venta", referindo-se às características emocionais da agressora, mulher reincidente na prática da agressão. O fato tomou grandes proporções, pois Cattú, em mais um momento de agressividade, atacou diversos guardas, sendo, por fim, dominada a "muito custo" e levada à Secretaria de Segurança Pública. Chama a atenção o fato de ter enfrentado, em um mesmo conflito, uma dezena de pessoas, segundo o cálculo do articulista do *Jornal de Notícias.* Ao enfrentar um grande número de pessoas em luta corporal, ela quebrou com a norma de comportamento imposto à mulher, permeado por uma cultura de passividade feminina, na qual brigar com muitas pessoas era um comportamento reservado ao homem, atributo de extrema masculinidade. Inclusive em situação de combates corporais como o que envolveu Cattú, o protagonista era, geralmente, o famoso capadócio, arruaceiro, conhecido pelas

---

30 JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, 10 fev. 1914. p. 2.

suas habilidades de capoeiragem, o que era comum nas ruas de Salvador no período estudado.

Assim como Cattú, houve outras mulheres que romperam com a normatização do espaço masculinizado e que nos enfrentamentos do cotidiano da rua viviam e sobreviviam no universo codificado pela cultura masculina, a exemplo das zonas de prostituição, onde ganharam notoriedade como "mulheres vagabundas", "cuja conduta precisa reprimenda".[31]

O jurista Oscar de Macedo Soares acreditava que esses delitos poderiam ser evitados se combatido de forma eficiente o elemento causador dessas transgressões: a vagabundagem. Eram elas consideradas vagabundas, um caso de polícia, concepção que refletia a compreensão que tinha a sociedade da época sobre as mulheres pobres que viviam do labor das ruas; eram consideradas produto de uma degradação social e disputavam com os próprios capoeiras seu espaço de poder.

A seguir, passamos a relatar o conflito que envolveu o famoso capoeira Pedro Porreta e a prostituta Chicão. Ele era um famoso capoeira frequentador das zonas de prostituição, mas também da Casa de Detenção. Quem já havia testemunhado suas ações de valentia não iria imaginar o seguinte desabafo do valente capoeira: "Não seja 'obreira'. O dr. Tancredo vai dar uma lição em você. Bater em homem não é da atribuição de mulher de sua marca."[32]

---

[31] Na documentação da Secretaria de Segurança Pública, depositada na Seção Republicana do APEB, encontramos um maço de Portarias do Departamento de Polícia Preventiva referente aos anos de 1927 a 1931. Nele, identificamos um número considerável de prisões por crimes comumente associados a mulheres pobres. A documentação aponta as zonas de prostituição como locais de presença de muitos capoeiras que atuavam como cafetões.

[32] O ESTADO da Bahia, 29 ago. 1935. In: ABREU, Frederico José de. *Bimba é bamba*: a capoeira no ringue. Salvador: Instituto Jair Moura, 1999. p. 15.

O caso é que Pedro Porreta, famoso por afugentar patrulhas inteiras de policiais e exercer autoridade na zona em que morava por sua valentia e bravura, encontrou-se com alguém de "porte alto, com grande desenvolvimento physico, e do mesmo quilate do Pedro. Não é costumada levar desafôros para casa".[33] A protagonista do caso se chamava Francisca Albino dos Santos, vulgo "Chicão". O conflito surgiu quando Pedro Porreta entrou na casa de Chicão para apanhar os pertences de sua inquilina Maria do Socorro que se encontrava em "trajes menores", ao que aquela não gostou, pois não tinha relações íntimas com o referido cidadão, dando-lhe então uma pancada que feriu a cabeça do destemido capoeira.

O fato ocorreu à rua 28 de setembro, "onde estava localizado o meretrício, e sede constante de desordens, como informou a citada notícia do jornal. Os dois foram recolhidos à Casa de Detenção, onde Chicão era um nome bastante conhecido, bem como nas zonas de prostituição. O caso que acabamos de narrar nos oferece evidências que apontam ser Chicão uma prostituta e, pelo que se pode inferir, dirigia casas de prostituição. Nosso argumento a respeito é reforçado por um fato ocorrido em 23 de abril de 1930, quando ela foi recolhida à Casa de Detenção por espancar uma de suas companheiras de casa:

> O Senhor administrador da Casa de Detenção:
>
> Recolha a esse presídio a minha ordem e disposição a decahida Francisca Albino, (vulgo Chicão) por motivo da mesma haver espancado a uma sua companheira de casa, a rua Carlos Gomes, 24, neste districto.[34]

---

[33] Idem.

[34] Portarias de Recolhimento e Soltura, Departamento de Polícia Preventiva, Penitenciária, Secretaria de Segurança Pública. Seção Republicana, cx. 43, maço 3. APEB.

Neste documento, há duas evidências que reforçam o argumento. A primeira a chamar a atenção é que Chicão foi indiciada por ter espancado uma pessoa identificada como sendo "sua companheira de casa". Poderia ser esta uma das mulheres que trabalhava em casas de prostituição.[35] Casa, neste documento, pode ser entendida não simplesmente como local familiar, residência, moradia, mas sim como estabelecimento profissional, ou seja, "casa de prostituição". Uma segunda questão é a alcunha "decahida". Este era mais um dos adjetivos utilizados no discurso moral da época para identificar prostitutas que viviam do trabalho da rua, e, porque não dizer, da zona. Seria um dos vários sinônimos de vagabunda, como se observa na portaria de Soltura de Maria Severianna, em 20 de março de 1927: "O Senhor administrador da Casa de Correção, ao ver esta, ponha em liberdade a vagabunda Maria Severianna ("vulgo Catutum [...] ahi presa a minha ordem e disposição".[36]

O vulgo Catutum serve como indicativo da notoriedade de Maria no meio policial. O documento não indica de forma mais direta qual a razão da prisão. Poderia ter sido por vagabundagem, como já vimos em alguns exemplos, mas também poderia ter sido resultado de uma dessas operações de "limpezas das ruas", onde a polícia fazia recolhimento das pessoas suspeitas para prevenir os pequenos delitos nas ruas da cidade. Estas eram recolhi-

---

35 Alguns capoeiras, a exemplo de Pedro Mineiro e Pedro Porreta, são identificados pela documentação como *cafetões* nas zonas de prostituição. Em Belém do Pará, muitas das mulheres capoeiras eram identificadas como vagabundas e prostitutas, situação semelhante a que ocorreu na cidade do Salvador no período estudado.

36 Portarias de Recolhimento e Soltura, Departamento de Polícia Preventiva, Penitenciária, Secretaria de Segurança Pública, Seção Republicana, cx. 43, maço 3. APEB.

das à Casa de Correção até que chegasse o momento de serem enviadas para as Colônias Correcionais.[37]

Muitas mulheres eram presas em grupo, às vezes por estarem em luta corporal entre elas. Mas poderiam ser presas simplesmente por estarem juntas em determinada localidade, com comportamentos reprováveis pela sociedade da época e considerados crime de desrespeito à moral pública.[38]

Na documentação do Departamento de Polícia Preventiva, entre os anos 1927 e 1931, dos 218 documentos pesquisados, 47 eram relacionados a mulheres, sendo 14 Portarias de Recolhimento e 33 de Soltura. Dos Recolhimentos, 6 por crime de desordem, 4 por desrespeito à moral pública, 1 por desrespei-

---

37 Em matéria de 20 de abril de 1920, p. 3, o *Jornal de Notícias* informou que o delegado Dr. Pedro de Azevedo Gordilho enviou o gatuno Affonso Pereira da Silva "para a Casa de Correção até que haja condução para levar o grande larapio para o [ilegível] Amazonas". No referido Amazonas ficavam as colônias correcionais, criadas "para correção, pelo trabalho, dos vadios, vagabundos e capoeiras que forem encontrados, e como taes processados na capital federal" (Decreto n. 145, de 12 de julho de 1893, do Código Penal da República do Brasil). Na Bahia, o responsável pela criação de uma dessas colônias foi o chefe de polícia Dr. José Álvaro Cova, como consta em suas próprias palavras: "Sou advogado fervoroso da creação de uma colônia correcional, industrial e agrícola, para o aproveitamento das energias e possível regeneração do grande exército dos desocupados, vagabundos, desordeiros, contraventores, vigaristas, etc..., hospedes habituais dos xadrezes, dos postos policiais". IGHBA: *Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão Governador do Estado pelo Bacharel José Álvaro Cova Secretario da Policia e Segurança Publica*. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1917. p. 48.

38 Em 1917, o "Subdelegado do distrito da Rua do Passo intimou a maior parte das inquilinas do prédio n. 73 à rua Silva Jardim [Taboão] a mudarem-se até o fim do mez, visto terem máos precedentes registrados na policia, e actualmente continuam a proceder máo". JORNAL DE NOTÍCIAS, 22 set. 1917. p. 2. Essa prática da polícia continuou nas décadas posteriores.

to à autoridade, 1 por gatunagem, 1 por espancamento e 1 estava ilegível, não podendo ser identificado.[39]

O crime de desordem poderia envolver brigas, ameaças a mão armada, quebras de estabelecimentos, etc. Tudo isso transgredia a moral pública. Assim, muitos casos de desordem poderiam ser enquadrados como transgressão à moral pública e vice-versa. Mesmo não sabendo as razões das prisões daquelas mulheres que encontramos nas Portarias de Soltura, em número de 33, podemos considerar que a maior parte das autuações resultava de desordem. Foi o que aconteceu com Maria Moura, Maria Gomes, Odelina de tal, Esther e Carmem, presas por crime de desordem em 22 de julho de 1927 no distrito da Sé, onde se situava grande parte das zonas de prostituição da cidade.[40] Elas não ficaram pouco tempo na Casa de Correção ou foram presas várias vezes. Em 24 de janeiro de 1929, no mesmo distrito foi registrada a soltura de Esther Souza da Silva. Carmem Barbosa foi solta em 12 de maio de 1930, no distrito da Conceição da Praia. Temos aí algumas hipóteses: poderiam não ser as mesmas Esther e Carmem, presas juntas em julho de 1927, em companhia de três outras mulheres. Mas também poderiam sê-lo, embora o documento trate de outras prisões, principalmente no caso de Carmem, que indica o distrito da Conceição da Praia e não a Sé.[41]

As zonas indicadas como de prostituição eram também reincidentes nos casos de desordem e outras formas de contraven-

---

[39] Portarias de Recolhimento e Soltura, Departamento de Polícia Preventiva, Penitenciária, Secretaria de Segurança Pública, Seção Republicana, cx. 43, maço 3. APEB.

[40] BACELAR, Jéferson. *A família da prostituta*. São Paulo: Ática, 1982.

[41] O documento cita apenas o nome, às vezes incompleto, a data, o crime e o distrito onde a prisão foi efetuada. Sobre as prisões de mulheres que destacamos na documentação, a maior parte foi realizada no distrito da Conceição da Praia.

ção, como conflitos que produziam lesões corporais e, às vezes, até homicídio em suas vítimas. Portanto, as casas de prostituição eram ambientes instigadores desses conflitos por várias razões, desde as mais fúteis, como bebedeira, até as mais qualificadas como a disputa de poder nas zonas.

Muitas mulheres eram proprietárias das casas e não escapariam às prisões quando das batidas policiais nas zonas. Um exemplo é Maria de Lourdes, sobre a qual encontramos duas Portarias de Soltura. Uma datada de 24 de janeiro de 1931 e outra de 17 de julho do mesmo ano, todas na Conceição da Praia. Nas zonas não só havia casas de prostituição, mas também residenciais; o que abre a possibilidade de muitas das "decahidas" e "vagabundas" presas nessas localidades não serem prostitutas, mas autuadas por outros crimes, como, por exemplo, lesões consequentes de conflitos, muitas vezes contra seus próprios companheiros.

No universo da capoeiragem, registra-se a presença de mulheres.[42] Seriam Cattú e Chicão mulheres capoeiras? Infelizmente, não é possível tirar muitas conclusões. Ainda assim há um indicativo de prática de capoeiragem por parte de "simples mulheres" ao enfrentarem em luta corporal homens considerados valentes e desordeiros, como foi o caso do capoeira Pedro Porreta, "vítima" de Chicão, assim como soldados do regimento policial, "vítimas" de Cattú, ainda que fossem eles preparados para conter a desordem que ocorria nas ruas de Salvador.

Esses tipos de acontecimentos, ao tempo em que pontuam a existência de setores femininos no espaço público, ressaltam também formas de enfrentamento dos problemas cotidianos por parte das mulheres, com o uso da violência. Aquelas que utili-

---

[42] Mestre Pastinha lembra de duas mulheres que se destacaram entre os valentes capoeiras do início do século XX: "Júlia Fogareira" e "Maria Homem". PASTINHA, Mestre, *Capoeira Angola*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984. p.25.

zavam a navalha como arma eram imediatamente hostilizadas e vinculadas aos desordeiros (e capoeiras) e, como tal, deveriam passar pelo processo de criminalização. A história dessas mulheres não representa simplesmente um recorte de gênero na historiografia baiana e sim o reconhecimento de suas experiências como elemento agenciador do processo histórico[43].

A não identificação de mulheres capoeiras na documentação policial e jornalística não descarta a possibilidade de sua existência. Ao contrário, uma vez identificada sua presença no universo social da capoeiragem, a partir das referidas fontes, ficam reforçadas as informações deixadas pela tradição oral nos registros de memória, a exemplo das cantigas e dos manuscritos dos mestres capoeiras. Os capoeiras baianos do período estudado não são, como evidenciamos, facilmente identificados na documentação consultada, principalmente em se tratando das mulheres. Entretanto, ao encontrarmos em outras fontes os nomes e fatos que aparecem nos referidos registros, abriu-se a possibilidade de identificação desses capoeiras e suas tramas sociais. Portanto, o cotidiano da rua tornou-se o *locus* preferencial para a investigação e a consequente descoberta dos "esconderijos" dos agentes da capoeiragem.

Aspectos da vida de muitos capoeiras, lembrados ao menos por seus nomes ainda hoje, foram revelados a partir da observação dessas ruas. A vagabundagem, as zonas de prostituição, os sangrentos conflitos e os territórios socialmente demarcados, assim como a masculinização de comportamentos femininos, são elementos produzidos nas relações estabelecidas entre esses indivíduos no espaço público, tecendo assim o seu cotidiano. São

---

[43] Nos Estados Unidos, na década de 1970, houve grande mobilização de historiadoras que reinvidicavam uma releitura da historiografia para incluir a presença das mulheres. Sobre essa questão ver Scott (1992).

esses indícios sobre mulheres capoeiras na cidade da Bahia, nas primeiras décadas da República, carentes de investigação mais aprofundada.

CAPÍTULO 8

O reinado das mulheres: a capoeiragem feminina no norte do Brasil

O corpo, ao longo dos séculos, sempre foi tema de preceitos, tabus, ritualizações e controle social inspirado no modelo da cultura européia ocidental. O corpo feminino em especial inspirou poesias, pinturas, músicas, esculturas, além de outras práticas artísticas, em sua valorização estética e sensual. Geralmente predominou certa exaltação do feminino a partir de suas representações. Contudo, paralelamente ao mundo artístico formal, também foram construídos discursos que visavam a controlar o corpo feminino, particularmente no que dizia respeito ao campo de sua gestualidade, ou mais precisamente, da sua linguagem corporal. O corpo feminino deveria ser contido naquilo que poderia significar para a sociedade.

O final do século XIX, no Brasil, representou o auge da disciplinarização do corpo feminino, devido à preocupação com a formatação de uma identidade para a nação brasileira. O esforço da intelligentsia nacional era de construir, no país, um vínculo de identidade cultural com a Europa. As experiências indígenas e as heranças culturais africanas não deveriam ser levadas em consideração; pelo contrário, deveriam ser eliminadas do cotidiano

social. O corpo se expressava no comportamento social e este, para ser aceito, deveria seguir normas específicas.

Desse modo, paralelamente às produções artísticas voltadas para uma estética feminina particular, outro modo de se fazer referências às mulheres passou a ser amadurecido. A presença feminina não estaria mais contida nos discursos da arte e sim nas denúncias jornalísticas, nas proibições via código de posturas ou na repressão policial direta. Se em qualquer tema – como o trabalho doméstico, a prostituição ou os conflitos físicos – o comportamento da mulher poderia ser criticado visando à disciplinarização, havia uma prática que a denúncia destacava por seu aspecto bastante singular em relação ao uso do corpo feminino. Tratava-se da associação direta entre comportamento feminino e a prática da capoeira, onde muitas vezes a mulher era denunciada por ser capoeira.

A princípio, aos olhos da atualidade, pode parecer insólita a associação da mulher à capoeira em pleno século XIX e em uma região pouco conhecida em relação à história da capoeira. Contudo, é no norte do Brasil que as evidências mais antigas sobre a participação da mulher na arte-luta são mais conhecidas até o momento. Cabe, então, entender como a sociedade da época poderia relacionar o paradoxo de um modelo comportamental disciplinado atribuído à mulher e o vínculo de mulheres a uma prática marginalizada – predominantemente associada aos homens – e com uma forte expressividade libertária em relação ao uso do corpo.

A delimitação temporal de 1887 a 1912, adotada aqui, refere-se ao período de ascensão e declínio da economia gomífera na Amazônia. Contudo, também delimita as mudanças em torno do sistema de trabalho praticado em todo o Brasil. O primeiro ano antecede a abolição da escravatura, revelando a permanência

de uma mentalidade racialista e racista em relação ao negro na sociedade paraense. O último ano corresponde ao marco da decadência da economia da borracha, simbolicamente representada pela expulsão do intendente Antônio Lemos da administração de Belém. O período também corresponde ao apogeu e declínio do modelo cultural de inspiração européia para a Amazônia.

A documentação privilegiada para abordar estas experiências, além do Código Penal de 1890, consiste nos artigos de jornais daquele contexto – *A Constituição, Diário de Notícias, A República* e *A Semana*. Correspondem a diferentes posicionamentos políticos, mas concordantes em relação ao julgamento do lugar social da mulher. São jornais que regularmente publicavam matérias voltadas para a temática do cotidiano feminino, orientando sobre o modelo ideal de comportamento e, ao mesmo tempo, enfatizando críticas quando ela não seguia o modelo ideal proposto. Vejamos seus argumentos.

Um modelo de comportamento para as mulheres

> [...] a mulher é a formosura que em tudo sofre, a caridade que tudo cura, a fé que comunica perpetuamente com o céu, a virtude benéfica, a santa poesia do lar, o anjo que se inclina sobre o berço e sobre o leito da dor, e deposita com suas lágrimas o orvalho do céu em nossa vida, o espírito de ordem, de economia, e de consolação de todas as dores, o sorriso celeste, o bálsamo que tira todo o veneno às feridas da existência, a oração que de contínua levanta a família a Deus, e enche de harmonia e de virtudes todo o lar; é o pensamento e o amor, a razão e a fé, a ciência e a poesia.[1]

O trecho citado acima corresponde à parte de um artigo publicado em abril de 1898, em Belém do Pará, no *Diário de Notícias*.

---

[1] DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 14 abr. 1898. p. 1. Sob a epígrafe *A Família*.

Sua abordagem temática apresenta uma definição do que consistia ser mulher em uma família ideal, cujo papel social de cada um dos membros estaria claramente definido. Enquanto que para o homem, ou melhor, para o pai, a razão, o pensamento, a autoridade, o provimento, a força e o próprio nome da família seriam as características que marcavam a sua personalidade. À mulher (mãe) caberiam diversos atributos que lhe manteria voltada somente para o trabalho doméstico e para os cuidados com sua família; além de ter que ser formosa, deveria ter a fé e a virtude de uma santa, ou de um anjo, que, mesmo sofrendo, precisaria saber consolar todas as dores dos seus familiares. Ela representava o próprio espírito de ordem (em seu comportamento e atitudes) e de economia (função doméstica), dedicada a uma oração contínua que elevaria a sua família a Deus (preocupação religiosa). Dessa forma, ser mulher era assumir qualificações próprias que a diferenciavam do homem.

Na verdade, este artigo não corresponde a um discurso isolado. Em Belém do final do século passado, bem como em todo o Brasil, discursos como este eram frequentes em artigos jornalísticos. Eles convergiam seus argumentos para a exaltação de um modelo específico de comportamento feminino. Na maioria destes artigos, as etapas do desenvolvimento "natural" da mulher, tais como infância, adolescência, maturidade e velhice, eram relacionadas a certas etapas de um "programa social" destinado à vida da mulher, ou seja, ela passaria, durante algum tempo, pela situação de filha, de virgem, de esposa e, por fim, de viúva. Como filha (infância), devia obediência a seu pai e dedicação intensa à aprendizagem das "prendas" ensinadas por sua mãe; sua virgindade (adolescência) era quase que sagrada e a moça deveria ter comportamentos recatados, coerentes com a moral religiosa ensinada na igreja; na situação de esposa (maturidade), deveria ser

obediente ao seu marido e demonstrar total dedicação às preocupações do lar; em sendo (velhice), seu comportamento deveria estar plenamente voltado para as coisas de Deus e sua vida, um exemplo de fé e dedicação à igreja.

Segundo tal modelo, haveria uma relação direta entre as "fases" do crescimento, amadurecimento e envelhecimento feminino com certos comportamentos que deveriam ser assumidos pelas mulheres. Seu comportamento social era compreendido como uma extensão de seu próprio desenvolvimento biológico. Esta associação, entre comportamento social ideal e o desenvolvimento biológico correspondia a um modelo de vida que era pregado tanto por segmentos da imprensa secular, como pela imprensa católica que defendia uma educação "especial" para as mulheres cristãs que, por sua vez, se diferenciariam das mulheres apontadas como mundanas.

Em fevereiro de 1877, o jornal católico *A Boa Nova*, tratando dos objetivos do Asylo Santo Antônio frente à educação feminina, diferenciava claramente o tipo de mulher que deveria ser atendida. Segundo o articulista, a instituição "não tem por fim precisamente formar a mulher mundana, mas educar a mulher cristã, cuja vida deve ser ditada pelos ditames da lei evangélica."[2] A lei evangélica, por sua vez, visava a associar no comportamento feminino o "trabalho" e a "piedade". Desse modo, além de se tornar uma perfeita "mãe de família", ela deveria ser "modelo de seus filhos, exemplo para seu marido, anjo tutelar do lar doméstico".[3]

---

[2] A BOA NOVA 3 fev. de 1877. p. 2. apud BEZERRA, José Maia. O Asylo Lyndo e Protetor: práticas e representações sociais sobre a educação feminina - Belém (1870-1888). In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; D'INCAO, Maria Ângela (orgs.). *A mulher existe?* Belém: GEPEM, 1995.

[3] BEZERRA, J. M. *O Asylo Lyndo e Protetor*, 1995.

A educação feminina aparece aqui como uma preocupação de certos setores da igreja católica, cujo objetivo era o de preparar a mulher para a constituição de uma família cristã ideal. A mulher educada teria a obrigação de associar o trabalho (limitado ao doméstico) com sua prática de piedade religiosa. Inclusive, trabalho doméstico e piedade cristã seria seu único e exclusivo patrimônio como mãe de família. Nesse sentido, a educação feminina estava voltada para dar condições à mulher de encarar seu pré-determinado futuro, ou seja, cuidar de seu filho, de seu marido e do lar doméstico. Daí que novamente o modelo fica estabelecido e pretende dar conta do comportamento das mulheres de Belém.

A naturalização do comportamento feminino se evidencia aqui como um discurso, uma construção histórica e cultural de contexto específico. Longe de ser realmente natural ou imutável, tal discurso deve ser desconstruído "em todos os níveis (teorias e práticas, representações e fatos materiais, palavras e coisas)", como nos ensina a historiadora Michelle Perrot[4]. Tal interpretação pode ser compreendida com mais clareza se consideramos que, no contexto da elaboração dos artigos apresentados, o cenário urbano das principais capitais da Amazônia começava a sofrer severas transformações, patrocinadas pela economia gomífera. O projeto reformador tinha por objetivo, além das reformas arquitetônicas, a "moralização" e o "disciplinamento" de uma população considerada de "maus costumes". Contudo, a implementação da proposta de modernização das capitais, que incluía o modelo ideal feminino proposto por alguns discursos jornalísticos do final do século XIX, entrava em conflito com as diferentes práticas

---

4 PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 4, p. 24, 1995.

socioculturais de mulheres pobres que não partilhavam das mesmas condições de vida daquelas consideradas de “boa família”.[5]

A mulher como preocupação social

> [...] A sociedade paraense apela para a autoridade competente que, empregando toda a energia há de cumprir o seu dever, garantindo assim a paz em toda e qualquer parte onde essas meretrizes procurem se confundir com as famílias[6].

A documentação jornalística do final do século XIX revela um projeto disciplinador que visava o controle do comportamento feminino em suas várias dimensões sociais. Tal projeto se caracterizava pela defesa de um modelo idealizado e também por duras críticas a tudo que era considerado como “maus costumes”, por isso a diferenciação entre as meretrizes e as famílias citadas acima. Às mulheres caberia uma vida integrada dentro de uma ordem que não deveria ser quebrada. Ocorrendo a quebra, de imediato surgiam denúncias que condenavam o comportamento “irregular” que não se enquadravam no modelo proposto. Este foi o caso apontado pelo periódico *Diário de Notícias*, em setembro de 1897, sob a epígrafe *Maria Meia-noite*, que denunciava “as imoralidades que pratica essa mulher quase diariamente” e reivindicava que a “autoridade obrigasse a mesma a mudar-se d’ali, pois já não é a primeira vez que as famílias nos fazem essa reclamação”[7].

---

[5] A expressão “boa família” deve ser entendida aqui como uma referência às famílias dos ricos comerciantes, administradores e seringalistas, que representavam a “alta sociedade de Belém, no momento em que a cidade se expandia graças à economia da borracha”. Sobre o período da *belle époque* em Belém, ver SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas Produzindo a Belle*.

[6] DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21 jul. 1896.

[7] DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 28 set. 1897. p. 1.

“Maria Meia-noite” era, sem dúvida, a alcunha de uma mulher que por seu comportamento considerado inconveniente conseguiu aparecer em uma página de jornal. O autor da denúncia, por informar tão pouco sobre ela, não nos permite obter mais dados a respeito. Ficamos sem saber quem era ela, qual seu verdadeiro nome, o que fazia para sobreviver ou, mesmo em que consistiam as “imoralidades” por ela praticadas que tanto desagradavam as “famílias”. No entanto, foi possível perceber que era somente através da quebra daquilo que era considerado como a ordem vigente que um contraste com o modelo ideal de mulher poderia aparecer nos artigos dedicados ao gênero feminino. Ao invés do elogio e da apologia, à mulher de “péssimos costumes” só restava a crítica e a condenação ao banimento.

O episódio nos permite compreender que o modelo ideal feminino, que pretendia abarcar as mulheres em geral, não era assimilado dogmaticamente por todas, pois muitas delas pobres não se enquadravam, por suas práticas sociais e culturais, na proposta “pedagógica” lançada por certos artigos de jornais. Várias mulheres, por seu comportamento próprio e distinto do que era considerado ideal, eram apresentadas como desordeiras e nocivas às famílias mais pacatas. Em agosto de 1896, por exemplo, Conrada Garcia, sua irmã Antônia Garcia e Leopoldina Gonçalves, moradoras da travessa do Atalaia, foram recolhidas à Estação Policial, acusadas de “fazerem desordens, sobressaltando as famílias”. [8]

Normalmente, os artigos que se referem à prática “turbulenta” de mulheres que fogem à regra do modelo ideal dirigem uma crítica à ineficácia da atuação do corpo policial frente às desordens de certos indivíduos ou grupos. O objetivo de tal crítica

---

[8] DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23 ago. 1896. p. 2.

era, muitas vezes, político, pois visava a atingir os superiores do chefe de polícia que pertencessem a algum partido oposto ao daquele que fez a denúncia. Tal atitude era muito comum no final do século XIX. Contudo, artigos de elogio à atuação da polícia também eram possíveis e visavam a prestigiar o trabalho policial de agentes subordinados a políticos simpáticos ao autor do artigo ou ao próprio jornal.[9] Havia um consenso quanto ao lugar da mulher na sociedade, mesmo entre jornais de forte oposição política. Caberia então manipular as informações, a fim de garantir melhores resultados frente aos seus interesses.

Esta suposta eficácia dos artigos de jornais para mobilizar a ação da polícia poderia ser interpretada a partir da análise do tipo de trabalho feito pela imprensa do período. Segundo Lilia Schwarcz, o jornal é eficaz "porque trabalha com e cria consensos, opera com dados num primeiro momento explícitos, e que na prática diária de repetições e reiterações tornam-se cada vez mais implícitos, reforçando-se enquanto verdades ou pressupostos intocáveis". Ao criar e repetir os consensos, as explicações seriam dispensáveis e os argumentos assumiriam as características de verdades, "verdades de um espaço inquestionável." [10]

É justamente no trabalho de criar e repetir consensos que se baseavam muitos dos artigos de jornais que tratavam do comportamento feminino para interpretar situações que não estavam acontecendo tal como eram apresentadas, mas que poderiam servir como instrumento de educação ou mesmo de lazer do público leitor. Muitas vezes quando o artigo era direcionado a alguma

---

[9] QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Da senzala à república: tensões sociais e disputas partidárias em São Paulo* (1869-1889). 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas. Mimeografado.

[10] SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e negro,* 1987, p. 248

prática feminina "estranha" ao modelo ideal proposto, o seu autor utilizava uma linguagem própria para se referir ao caso, divertida, breve e repleta de gírias. Além do caráter político, a estratégia de venda dos jornais fazia com que os jornalistas se empenhassem em "inventar detalhes extravagantes que enfeitassem a notícia, causando sensação ao público e assegurando a venda de muitos exemplares do jornal. "O sensacionalismo começava já na "cabeça" – isto é, nas 'considerações que precedem uma notícia' – e se caracterizava por um filosofar de caráter moralizador". [11]

Este parece ser o caso de um artigo intitulado de *O reinado das mulheres*, publicado em 1892 pelo jornal *Diário de Notícias*, em que uma série de denúncias passaria a ser apresentada contra um espaço de moradia popular conhecido como Pratinha, onde predominava a presença de mulheres lavadeiras. Segundo o articulista:

> Seria conveniente que o governo tomasse qualquer medida em ordem para garantir as instituições republicanas na PRATINHA: há ali tantas mulheres, o sexo forte é coisa tão diminutamente respeitada ali, que não será para admirar o vermos qualquer dia as referidas mulheres aclamarem d'entre si uma soberana, revivendo por esse modo o domínio da rainha Crinoline.[12]

Observe as características políticas evidenciadas no texto a partir da referência às instituições republicanas em oposi-

---

[11] CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim:* o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque.* São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 13.

[12] Ainda segundo o articulista: "a PRATINHA é um agrupamento de choupanas, uma aqui outra além, situado à rua Conselheiro Furtado, quase na altura de Nazaré; a ELITE das lavadeiras escolhem esse lugar, rico em cristalinas fontes murmurosas, para n'ele transformar em coisa capaz a nossa roupa suja". DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 13 mar. 1892.

ção à concepção de uma "soberana" representada pela "rainha Crinoline". [13] A República ainda era uma instituição recente e um possível retorno da monarquia ainda era considerado como algo possível naquele contexto. O autor da denúncia chega a considerar as "As adesões mesmo por parte de nós outros, que vestimos ceroulas e camisas de meia, não se farão esperar" e sugere aos governantes "mandar cercar de peças de artilharia aquele ponto, – se é que não deseja ver plantada a anarquia no solo paraense". O estilo bem humorado do texto não deixa escapar, contudo, certo dualismo que se caracteriza, não apenas pela oposição entre a Monarquia e a República, mas também entre o "sexo forte" e o "domínio da rainha". Contudo, o elo entre a política e a guerra dos sexos permeia toda a argumentação. Após citar episódios em que um soldado e dois ladrões são espancados e presos pelas mulheres da Pratinha, ao tentarem apropriar-se de roupas lavadas, o articulista conclui: "Não há dúvidas: é das mulheres lavadeiras da Pratinha que há de surgir a salvação da pátria!"[14]

Não obstante, os articulistas também relatavam episódios de conflitos entre elas. Esse foi o caso da lavadeira Maria da Conceição que encontrou sua rival na travessa Bom Jardim e não hesitou em se lançar em uma "grande luta, com os competentes puxões de cabelos e bofetadas". Segundo o autor, o fato passou despercebido pela polícia e acabou terminando "em família"[15]. Se a lavadeira Maria da Conceição tinha motivos para travar uma

---

[13] Referência ao espetáculo A *rainha Crinoline ou O reinado das mulheres*, uma opereta em 2 atos, promovida pela Empresa Vicente que, por volta de 1875, fez turnê pelo norte do Brasil. Disponível em: <http://www.dpnet.com.br/anteriores/2000/11/14/historia1.html>. Acesso em: 10 maio 2009.

[14] Ibid.

[15] DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27 out. 1893. p. 1.

luta com sua rival, este era um detalhe que não parecia fazer parte dos interesses do autor. Mesmo assim, a notícia ajuda na compreensão do cotidiano tenso vivenciado por mulheres pobres daquele contexto.

Uma sequência de artigos publicados pelo *Diário de Notícias* entre abril e maio de 1893, sob a epígrafe *Fatos e boatos,* também segue o mesmo estilo de denúncias contra o comportamento feminino e a relação com a política. Em um deles, surgia a figura de "Joana Maluca, monarquista de papo vermelho" que havia entrado em conflito com outra mulher que fora identificada apenas como "boneca de acapú". [16] Joana Maluca é considerada monarquista porque o articulista, republicano, não podia deixar passar a ocasião de associar à maluquice de Joana a sua opção política. Era uma forma de fazer uma crítica àqueles que ainda teimavam em pensar na possibilidade de retorno ao passado regime político.

Em outras notícias, a ênfase se dava apenas na explicação das motivações do conflito em que mulheres estavam associadas: em abril de 1893, Maria das Dores disputaria com Maria Galinha "um trovador de esquina que era o Romeu d'aquela"[17]; no mesmo mês, "uma mulatinha de cabelinho nas ventas e chinelinha no meio dos pés *escovou* maravilhosamente a *lata* dum condutor de bondes", que "queria beijá-la" [18]; contudo, ainda é a Joana Maluca que se destaca entre as diferentes notícias. Conforme o articulista, ela chegou a fazer uma "conferência" na rua do Rosário para um grupo de ouvintes. E dizia: "o meu primo Ouro Preto, há de acabar com estes republicanos de meia pataca antão é que eu quero ir no Rio de Janeiro pa capá o sem vergonha do

---

[16] Ibid.

[17] DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 30 abr. 1893. p. 1

[18] DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27 abr. 1893. p. 1

Floriano".[19] Com este artigo chegamos ao auge do vínculo entre comportamento feminino e regime político, quando a valentia da Joana Maluca, ou Joaninha, contra a República fica evidenciada. Mais à frente, poderemos entender melhor o porquê da referência à capital da República e ao primo de Joaninha, Ouro Preto (personagem temático dos debates políticos que ocorriam na imprensa carioca). Por enquanto, podemos considerar que as mulheres apareciam em alguns artigos de jornais pelo menos por dois motivos: ora pela exaltação a um modelo de comportamento feminino, ora pela crítica a qualquer atitude feminina que fugisse à ordem ditada por tal modelo.

Algumas das formas de estas mulheres escaparem do modelo ideal feminino já foram apresentadas aqui e dizem respeito às próprias relações entre elas e com o sexo oposto e até mesmo com a política. Contudo, ainda há um meio de serem excluídas socialmente e condenadas por não seguirem as recomendações do modelo proposto. Trata-se da troca de experiência com homens que partilhavam seu cotidiano e, particularmente, a utilização de uma prática cultural marginalizada. Considerando estes aspectos, um artigo publicado em novembro de 1876 no jornal *A Constituição* informava, sob a epígrafe *Que mulher capoeira!,* o caso mais antigo de prisão de uma mulher capoeira. Tratava-se da "cafuza Jerônima, escrava de Caetano Antônio de Lemos", que fora presa às "7 horas da noite, por praças do 4º Batalhão de Artilharia". [20] Uma notícia sucinta, mas reveladora das várias possibilidades de atuação feminina no contexto de referência.

Jerônima, sem dúvida, revelava-se como um caso excepcional para uma sociedade em que as atividades femininas es-

---

[19] DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27 abr. 1893. p. 1

[20] A CONSTITUIÇÃO. Belém, 21 nov. de 1876. p. 02

tavam voltadas, sobretudo, para o trabalho doméstico. Mesmo sendo escrava, os rigores de um modelo ideal de comportamento também estavam direcionados a uma tentativa de controle sobre suas atividades cotidianas. Apesar disso, Jerônima, que poderia ter aparecido no artigo do jornal sob as mais variadas condições, surge como uma mulher capoeira. Tal associação só pode ser compreendida se enveredarmos por caminhos que auxiliem no entendimento do contexto específico em que o comportamento feminino e a prática da capoeira poderiam estar vinculados. Assim, precisamos entender os significados e importância da prática de capoeira neste momento em Belém e como o discurso moralizador da imprensa tratava a temática.

O reinado das mulheres capoeiras

> [...] e avançando pelo beco, deu com aquela mulher escura, magra, descabelada que gesticulava e distratava. Logo aparecia outra, meio velhusca, que tentava acalmar a magra, nas boas palavras, nos bons modos. Qual! A descabelada passou a saltar na frente da outra como jogador de capoeira. E não é que de repente levanta o vestido sujo e roto, que era a sua única roupa? Tropeçou, caiu, se ergueu, ligeira, para fazer o mesmo cinema, repetidamente [...][21]

A capoeiragem, como era conhecida a prática da capoeira, estava presente em Belém desde muito tempo e as primeiras referências encontradas sobre o tema estão presentes em artigos de jornais da primeira metade do século XIX. Normalmente, os capoeiras eram escravos, mas outras pessoas também chegavam a trocar experiências com eles, especialmente quando partilhavam a mesma situação de marginalidade. O capoeira se caracterizava

---

[21] JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará.* São Paulo: Martins, 1960. p. 36-37.

como tal por sua habilidade na utilização do corpo como instrumento de luta, defesa ou exibição. Por não sofrer concorrência equivalente com qualquer outro tipo de luta no Brasil, a capoeira se manteve por longo tempo no século XIX como o terror para os "bons cidadãos" que, por sua vez, apareciam como vítimas do ataque "traiçoeiro" de algum capoeira. Também era através de artigos de jornais que, mesmo durante o Império, muitas críticas foram direcionadas a uma suposta ineficácia da polícia frente às atividades dos capoeiras[22].

Com o advento da República, a capoeiragem passou a ser considerada crime e sua prática foi proibida. O novo Código Penal da República, organizado logo após sua proclamação, previa, como punição para o praticante de capoeira, entre outras coisas, a deportação do indivíduo para ilhas que funcionavam como prisões, tal como a de Fernando de Noronha, ou para regiões de fronteira, como era o caso do Amapá. O código não apresentava uma definição muito precisa em relação ao que seria considerado capoeiragem. Talvez isso ocorresse devido à dificuldade de se definir a prática, tal como ainda acontece nos dias de hoje.

De qualquer modo, segundo o Código Penal de 1890, a capoeiragem consistiria, de modo geral, em "exercícios de agilidade e destreza corporal" feitos em ruas e praças públicas e, de modo mais específico, em "andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor ou algum mal"[23]. Além disso, a penalidade

---

22 LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *A política da capoeiragem,* 2008.

23 BRASIL. Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. *Décimo fascículo de 01 a 31 de outubro de 1890, capítulo XIII.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 2734-2735. Arquivo Público do Estado do Pará.

para a prática da capoeira seria ampliada se a partir dela ocorresse homicídio, lesão corporal, ultraje ao pudor público e particular, perturbação da ordem ou a posse de armas. Em outras palavras, a abrangência dos significados sobre a prática da capoeira exigia uma legislação bastante flexível, ainda mais considerando que sua criminalização teve um forte caráter político, pois isso garantiria o uso da legislação para diversos fins[24].

Logo após a criminalização dessa prática, iniciou-se uma intensa campanha policial de perseguição aos capoeiras que, muitas vezes, eram protegidos por "padrinhos políticos". Estes se valeram dos "serviços" dos capoeiras capangas ao longo do Império e início da República. A caça às bruxas se deu em todo o Brasil, mas, quantitativamente, foi mais intensa no Distrito Federal, então sediado no Rio de Janeiro. No Pará, as denúncias feitas através de artigos de jornais se intensificaram e exigiam uma tomada de atitude por parte das autoridades. Este foi o caso do artigo publicado em 1890, por *A Semana,* direcionado ao Chefe de Segurança Pública:

> O Sr. Chefe de Segurança, desembargador Gomensoro, já reparou para a malta de vagabundos que infesta a nossa capital? Depois daquele pega-pega, ainda no tempo da monarquia, ninguém quis mais reparar nos vadios, bêbados de profissão, que se reúnem pelas *tascas*, a provocar desordens e a insultar a gente séria. Que proteção é essa? [...][25]

A advertência feita ao desembargador Gomensoro, como já foi visto antes, poderia ser apenas uma forma que o autor encon-

---

24 LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *A política da capoeiragem,* 2008.

25 A SEMANA 17 mar. 1890. p. 2 apud SALLES, Vicente. *A defesa pessoal do negro,* 1994.

trou para criticar os superiores do desembargador por sua falta de ação, mas também significava uma não aceitação das atitudes dos mesmos indivíduos que preencheram o cenário da Monarquia e que ainda "sujavam" a imagem da recém nascida República. "Vadios, bêbados de profissão" e "desordeiros" eram qualificações geralmente atribuídas aos capoeiras. Seria uma forma de criticar uma prática recorrente, sem que o articulista tivesse a necessidade de apontar os sujeitos que a praticavam. Mas nem sempre os indivíduos passavam como anônimos. Algumas vezes, tinham seus nomes revelados pelos autores de artigos que exigiam alguma providência das autoridades responsáveis pela Segurança Pública. Foi dessa forma que Francisco Bayma Esperança fora denunciado como capoeira em 1893, através do periódico *Diário de Notícias*. Ele havia sido preso "quando de Nazaré voltaram às bandas de música, ao som de um dobrado". Nessa ocasião, o capoeira Francisco, após "já ter diversas pessoas no chão, fez um ferimento no cidadão Raimundo Ferreira da Rocha, com uma navalha que trazia na cinta". [26]

A ocorrência de capoeiras que aproveitavam certas festas de rua para se exibir era comum neste momento e poderia significar alguma espécie de "prova de valentia" entre os grupos ou para os iniciantes; mas outra coisa que também deve ser evidenciada, além do uso da "rasteira" por Francisco, é a utilização de uma navalha. Instrumentos como navalhas, facas e até mesmo cacetes eram frequentemente recursos utilizados por capoeiras em complemento a suas habilidades corporais. [27] Inclusive a utilização destes mesmos instrumentos por mulheres torna-se uma primeira pista para a compreensão da possível troca de experiências

---

[26] DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17 out. 1893. p. 2.

[27] SALLES, Vicente. *A defesa pessoal do negro*, 1994. p. 23

entre mulheres e homens na prática da capoeira. [28] No entanto, as referências sobre mulheres capoeiras nem sempre apareciam como denúncia à polícia. Em janeiro de 1893, sob a epígrafe *História pândega*, o jornal *Diário de Notícias* publicou uma notícia que vale a pena citar na íntegra:

> Era uma vez um bombeiro muito metido a sebo e que tinha vontade de prender um pequeno que levava na cabeça um tabuleiro quando passava junto do palacete.
>
> Uma mulher ia atrás, e o menor, vendo a intenção do bombeiro, pôs-se de atalaia, resmoneando: - se tu fores capaz de encostar, encosta, cabra!
>
> O bombeiro armou o bote e num abrir e fechar de olhos botou os gadanhos no pequeno, que assustou-se e deixou cair o tabuleiro da cabeça.
>
> A mulherzinha, que estava com a pulga na orelha, cresceu com uma fúria para o bombeiro, e quando este quis botar valentia levantando a mão para aplicar-lhe um trunfo, *ela estranhou o corpo, fez uma pequena pirueta* e uma tremenda bofetada estrendeou na cara do bombeiro.
>
> Nova menção de valentia. *Nova capoeiragem da mulher* e... zás! Tome bolacha na cara, seu bombeiro...
>
> Aí o cabra fraquejou. Vendo que não era mulher pra homem, tirou o capacete da cabeça, fez a pontaria e arremessou-o contra a mulher.
>
> Errou o alvo ainda desta feita.

---

[28] Tal hipótese surgiu a partir de um ensaio que pude fazer, juntamente com Letícia Pantoja, fundamentado em processos crimes cujos réus eram mulheres. Cf. LEAL, L. A. P.; PANTOJA, L. S. *Das bulhas e vozerias*. 1997.

> A bichinha *abaixou-se, torceu o corpo*, deixou o capacete passar e, enquanto este rolava pelos paralelepípedos, ela botava de novo os 5 mandamentos na cara do bombeiro.
>
> A luta era desigual. O valente conheceu a sua fraqueza; pôs sebo às canelas e azulou para o quartel, debaixo de tremenda vaia.
>
> Isto aconteceu ao *lusco-fusco* de terça-feira desta semana.
>
> O mulherzinha badeja".[29] (grifos do autor)

O episódio, a princípio, pode parecer apenas uma ficção que visa a divertir o leitor do jornal, pois havia um paradoxo do "sexo forte" sendo humilhado pelo "sexo frágil", tal como no caso das lavadeiras da Pratinha. Contudo, o documento fornece um conjunto de informações, cujos significados devem ser interpretados para a compreensão daquele contexto. São pistas que se enquadram naquilo que o historiador Carlos Ginzburg identifica como "testemunhos históricos involuntários". [30] Em outras palavras, o texto só provocaria hilaridade se fosse compreendido pelo leitor. Ou seja, o episódio ridicularizava a fraqueza masculina, a partir de um código cultural que se fundamentava em elementos concretos do cotidiano urbano da cidade. Nesse contexto, muitos dos bombeiros eram denunciados como capoeiras do governo (só apareciam como capangas quando eram denunciados pela oposição partidária). O trabalho de menores, sob orientação feminina, fazia parte do cotidiano das trabalhadoras de Belém[31]. No entan-

---

29 DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12 jan. 1893.

30 GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

31 PANTOJA, Ana Lídia Nauar. Trabalho de negras e mestiças nas ruas de Belém do Pará (1890-1910). In: BUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina (Org.) Tempo e lugares de Gênero. São Paulo: Ed.34, 2001.

to, também deve ser observado que o uso de certas expressões do articulista, para descrever o movimento corporal da mulher, extrapola as definições do Código Penal para a capoeiragem. A que foi praticada por esta mulher contra o bombeiro se caracterizava pelo detalhe da movimentação do corpo ("ela estranhou o corpo, fez uma pequena pirueta" e, depois, "abaixou-se, torceu o corpo"). Tratava-se da "nova capoeiragem da mulher".

Quase 20 anos depois, a capoeiragem feminina seria denunciada sob a perspectiva da criminalização. Na verdade, o autor não enfatizava a criminalização para a prática da capoeira, mas para a postura belicosa de mulheres moradoras de um cortiço. O estilo do texto é carregado de certo humor, apesar de menos literário que o caso citado acima, mas ainda repleto de informações sobre o contexto social das beligerantes. Além disso, auxilia na caracterização dos usos da capoeiragem por mulheres e na descrição do espaço social em que a prática poderia ser vivenciada. O artigo, sob a epígrafe "Amor, gelada e faca", foi publicado em fevereiro de 1911, pela *Folha do Norte*, e informava detalhes do conflito. Segundo o articulista:

> Ontem ao meio-dia, à avenida almirante Tamandaré, em frente a rua Bom Jardim, houve um espetáculo de luta, em que faziam de gladiadores duas saias.
>
> Liduína Alves Mascarenhas, uma cor de café com leite que tem roxa paixão por um indivíduo vagabundo, foi encontrá-lo em serviços com Maria José da Conceição.
>
> Não se conteve a amante travar e começou por um discurso, depois passou a afogar o ciúme nuns copitos da *branca* e acabou por espalhar-se, na porta do cortiço n° 5, em jogos de capoeiragem, tentando, afinal por abaixo a porta do quarto da rival.

> Ninguém se lhe podia encostar que não levasse uma rasteira.
>
> Mas... repentinamente, abre-se a porta do quarto e a Maria José descasca uma faca e passa dois golpes na adversária, sendo um na cabeça e outro no sobr'olho esquerdo.
>
> Houve reboliço e intervenções, sendo as duas separadas. A polícia compareceu e recambiou as lutadoras para o xadrez; indo também fazer-lhe companhia uma pitonista discursadeira Odorica Maia conhecida por *Barriguda*, que na ocasião, batia palmas.[32]

Os aspectos negativos da capoeiragem feminina, em especial o uso da violência ("descasca uma faca e passa dois golpes na adversária"), se contrapõem aos possíveis aspectos lúdicos que a notícia apresenta ("afogar o ciúme nuns copitos da *branca*"; "que na ocasião, batia palmas"). As informações do artigo foram fornecidas por pessoas que não estavam preocupadas em descrever ou explicar as práticas culturais femininas, mas sim condenar qualquer atividade que não seguisse os padrões da "nova sociedade" que se constituía com a República.

A notícia bem que podia fazia parte da uma campanha de moralização das mulheres que foi desenvolvida desde o final do século XIX. Suas características se enquadram naquele modelo de argumento. Contudo tratava-se de um novo contexto. Mesmo assim, os detalhes referentes ao caso acima, sacia parte da necessidade de se "visualizar" a prisão da escrava Jerônima, que foi apontada como uma mulher capoeira, e muitas outras mulheres que seriam associadas à prática.

Voltando ao tema da campanha de repressão aos capoeiras, após a implantação da república, será possível observar que a

---

[32] FOLHA DO NORTE. Belém, 28 fev. 1911.

mesma rede de perseguição aos capoeiras também era estendida às mulheres que os acompanhavam. Em muitos casos por elas também estarem associadas, em suas práticas, à vagabundagem (tema vinculado à criminalização da capoeiragem).

Mulheres que eram valentes e se metiam em brigas muitas vezes eram apresentadas como um mau exemplo a ser seguido, mas nem por isso eram apontadas como capoeiras. A escolha da forma de se referir a estas mulheres estaria voltada diretamente ao interesse ou preocupação de quem escrevia no jornal. Se, por um lado, o autor de um artigo pretendia criticar alguma autoridade através da figura do Chefe de Polícia, também poderia utilizar qualquer tema que envolvesse o trabalho dele, como prostituição, capoeiragem, ou associá-las entre si para dar um maior peso ao “problema”, em uma tentativa de sensibilizar a opinião do público leitor. Aqui temos um caso que parece “funcionar” neste sentido:

> Já que o honrado desembargador chefe de polícia está dando caça aos vagabundos que infestam esta cidade, lembramos-lhe a necessidade de estender suas redes até esses botequins indecentes que, à noite, regorgitam de prostitutas e desordeiras, que vivem no deboche e na embriaguez.
>
> Essas vagabundas, que por aí andam aos montes desrespeitando as famílias honradas, são tão perniciosas quanto os capoeiras.
>
> Será um serviço de grande merecimento que prestará o sr. desembargador Gomensoro à família paraense, mandando para o mesmo destino dos vagabundos as vagabundas[33].

Este artigo foi publicado em setembro de 1890 pelo jornal *A República,* sob a epígrafe bastante significativa de *As vagabun-*

[33] A REPÚBLICA. 11 de set. 1890, p. 1.

das. Podemos entender, por meio dele, que a perseguição aos capoeiras em Belém estava fazendo parte do trabalho policial do desembargador Gomensoro e que isto agradava ao articulista responsável pelo artigo. Também podemos perceber que a denominação “vagabundos” estava sendo constantemente utilizada para se referir aos capoeiras, quase como um sinônimo. Mas, o que mais nos chama a atenção é a relação que o autor faz entre os “vagabundos” e as “vagabundas”. Em uma comparação, estas seriam “tão perniciosas quanto os capoeiras”. Enviar tais “vagabundas” para o mesmo destino dos capoeiras seria um grande serviço que o desembargador faria à família paraense. Eis um tema que volta sempre, na maioria dos discursos que se referem ao comportamento feminino. Era necessário extirpar o mau exemplo de mulheres que não se portavam como aconselhava o modelo ideal feminino, defendido em alguns artigos de jornais.

A ordem estabelecida e o controle da sociedade deveriam atingir principalmente as camadas populares, pois este comportamento indisciplinado feminino deveria ser combatido uma vez que também atrasava o desenvolvimento do projeto republicano. Segundo Maria Izilda Matos, as mulheres que encontravam em seu estilo de vida a negação dos bons exemplos de donzelas, mães, esposas e submissas, exigidos pela sociedade, eram punidas pela legalidade e pela imprensa, que estampava suas vidas, seu cotidiano íntimo e suas tensões para o público, que julgava e tecia opiniões sobre a conduta das(os) envolvidas(os). Desta forma, homens e mulheres eram vulneráveis ao controle social e ao discurso republicano[34].

---

[34] MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim*: alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

A visibilidade da mulher capoeira em Belém, no século XIX, por meio dos artigos de jornais e outros documentos, mostra a mulher não apenas destinada à reprodução, mas como sujeito histórico, ativo e reflexivo que se destaca nos jornais como um modelo proibido, que não deve ser seguido pelas s de "boa família". Isto revela como elas possuem uma historicidade com relação às ações cotidianas, aos posicionamentos políticos, às relações entre os sexos e as múltiplas dimensões da realidade histórica e social.

Enfim, no final do século XIX, um modelo ideal de mulher estava sendo construído pelos artigos de jornais. Ela deveria assumir certos comportamentos voltados para o seu marido, seus filhos e para o lar. No entanto, nos mesmos jornais em que estava sendo apresentado o modelo ideal, surgiam denúncias sobre o mau comportamento de certas mulheres que não se enquadravam no modelo pretendido. Eram, geralmente, pobres que conviviam com outros indivíduos também marginalizados: os capoeiras. A relação entre elas e os capoeiras não era bem vista pela imprensa, pois sua forma de viver e de se comportar não era adequada ao que propunha o modelo feminino pregado pelos articulistas. O cotidiano destas mulheres estava construído sobre regras próprias, as quais um observador de fora (como os autores dos artigos analisados) não entenderia, mas que elas compreendiam muito bem. Na verdade, a convivência com os capoeiras poderia representar para elas a própria aprendizagem das habilidades com o corpo e da utilização de instrumentos de capoeiragem. Era desse modo que se formava a mulher capoeira, especialmente no uso que fazia do próprio corpo. Bem longe do modelo de comportamento feminino ideal que lhe era proposto.

CAPÍTULO 9

Corpo, movimento e ludicidade: a capoeira como brinquedo em Gabriel Ferreira

O corpo, no movimento da capoeira, possui uma dinâmica própria de ludicidade que poucas vezes pode ser captado através da imagem fixada em pinturas ou fotografias. Mestre Pastinha, em seu muito citado, mas pouco estudado livro *Capoeira angola*[1], comentava os limites do registro fotográfico frente às infinitas possibilidades de gestualidade (golpes) na capoeira angola. E realmente foram poucos os artistas que conseguiram captar a essência lúdica e criativa da capoeira – um verdadeiro brinquedo popular – através da produção de sua arte. Contudo, felizmente, existem exceções.

Na década de 1960, a extinta Editora Itapoã, de Salvador, Bahia, lançou para o público o livro *Capoeira angola: ensaio sócio etnográfico*, de Waldeloir Rego, citado nos diferentes ensaios que compõem a presente publicação. Este livro que ocupa hoje cadeira de obra rara na literatura da cultura afro-brasileira foi, talvez, o principal responsável pela notoriedade que ganharam, entre o público leitor e capoeirístico, os mágicos traços de Carybé sobre a capoeira baiana. [2] A partir de então, as gravuras do artista plás-

---

1 PASTINHA, Mestre, Capoeira Angola..

2 Uma mostra interessante de sua obra se encontra em CARYBÉ. As sete portas da Bahia. 5. ed.. Rio de Janeiro: Record, 1987.

tico argentino radicado na Bahia, saltaram das telas para ocupar as estampas no universo da capoeira, seja na literatura, nas camisetas ou nas ilustrações dos espaços onde se desenvolvem ainda hoje as atividades da capoeira.

Em seu trabalho, Carybé consegue expressar os intrincados e diversificados significados dos movimentos da capoeira por meio de suas criativas ilustrações. Apesar da dificuldade, citada acima, de se obter tal representação, Carybé consegue desenvolver sua arte graças à proximidade e à vivência que teve junto à capoeira e aos capoeiristas de seu tempo. Desse modo, suas gravuras imprimiram no universo da capoeiragem uma memória imagética da capoeira de outrora. Pode-se afirmar ainda que a obra do artista direta ou indiretamente influenciou jovens artistas das artes plásticas da Bahia. Alguns deles, inclusive, também podem ser citados como pessoas que conseguiram captar a riqueza e expressividade dos movimentos da capoeira em seus trabalhos. Este é o caso do baiano Gabriel Ferreira, cuja seleção de obras, intitulada *Capoeiragem,* compõe este capítulo do livro. [3]

O objeto aqui descrito é o jogo da capoeira angola. [4] Nessas telas foi possível identificar movimentos característicos da vadia-

---

[3] Gabriel Ferreira nasceu no município de Tanquinho (BA), em 1978. Atua em Feira de Santana (BA). Já ilustrou diversos trabalhos, entre os quais o livro *No tempo dos valentes: os capoeiras na cidade da Bahia* (Quarteto, 2005), de Josivaldo Pires de Oliveira, e *Mestres e capoeiras famosos da Bahia* (Edufba, 2009), publicação coordenada pelo professor Pedro Abib. A obra de Gabriel Ferreira já conta com diversas exposições, tanto na Bahia quanto em outros estados brasileiros. As telas aqui publicadas fazem parte da série Capoeiragem, que já passeou por diferentes salões. É bacharel em Economia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e atualmente atua como facilitador de oficinas de criação artística no Instituto Maria Quitéria (IMAQ).

[4] Essa afirmação toma como base a declarada paixão do artista pela capoeira angola, assim como a experiência do seu grupo de convívio, do qual os autores deste ensaio fazem parte, não apenas como capoeiristas, mas também como "políticos da capoeiragem".

ção dos angoleiros, inclusive a dinâmica do entrelaçar dos corpos orientados por um ritmo imaginário que sugere o saltar das telas riscadas a nanquim.

O jogo se inicia com a orquestra dos berimbaus, ou seja, um conjunto de instrumentos percusivos que, acompanhados de outros mais, como o pandeiro, o agogô, o reco-reco e o atabaque, produzem a estrutura de musicalidade necessária para o desenvolvimento do jogo. Ao saudar o berimbau, mestre-mor da roda de capoeira, tem início jogo com diferentes movimentos corporais, desenhando um texto a ser interpretado pelo público que, encantadamente, assiste o divertido e, às vezes, perigoso espetáculo. São eles a “meia-lua”, o “aú”, o “rabo-de-arraia”, a “chapa”, movimentos de ataque e contra-ataque que dão significados ao “brinquedo dos angolas”. [5] De repente, são a “chamada” de costas, lateral, de frente..., movimentos que expressam o perigo que o jogo pode representar. O capoeira para, seu corpo gestualiza perguntas querendo respostas do seu comparsa na brincadeira. Quando a resposta aparece, o jogo tem continuidade e assim por diante até findar. Ao finalizar a roda, a festa pode ser abrilhantada com o provocante samba de roda. Esta é a dinâmica do jogo da capoeira que pode ser lida no texto artístico de Gabriel Ferreira.

---

[5] Expressão utilizada pelos antigos, fazendo referência à presença majoritária dos negros angolas na capoeira baiana.

A orquestra: berimbaus e pandeiro...

A orquestra: pandeiro, agogô e tambor...

Os berimbaus...

A saudação...

A meia-lua...

O aú...

O rabo de arraia...

A chapa...

Chamada lateral...

Chamada de costas...

Chamada de frente...

Saída de chamada...

Samba de roda...

Considerações finais

A história tradicional ensina que a substituição da mão de obra escrava, de origem negra, pela mão de obra livre, de procedência européia, era motivada por motivos exclusivamente econômicos. No entanto, as novas abordagens sobre a questão racial no Brasil demonstram que os interesses que determinavam a escolha da mão de obra européia também fundamentavam-se no projeto de embranquecimento da população brasileira. Desde meados do século XIX, até aproximadamente 1930, o Brasil desenvolveu projetos raciais que se fundamentavam em uma ciência denominada de racialismo, de origem européia, que visava transformar as características físicas da população brasileira. Contudo, poucos estudos abordam a questão de que a política de embranquecimento não visava apenas o clareamento da pele do brasileiro. Era preciso também embranquecer, ou como era dito na época, "civilizar", as classes populares do país. Isso significava a criação e implementação de leis que visavam a eliminação de qualquer prática cultural de origem negra do território nacional. É desse modo que podemos entender que o samba, o lundu, o carimbó, o retumbão, o candomblé e a capoeira, entre outras denominações do que era identificado genericamente como *batuque*, foram os alvos da repressão policial que se fundamentava nos códigos de posturas municipais ou código penal republicano. Contudo, de todas as práticas culturais de origem negra, a capoeira foi a única que recebeu atenção repressiva nacional em relação às suas características potenciais de articulação política.

A necessidade do controle social e político da capoeira implicou em sua criminalização legal, instituindo assim o crime de capoeiragem no Código Penal Brasileiro, enquadrado diretamente no Art. 402, mas indiretamente no conjunto de artigos que tratam das transgressões de vadiagem, de ofensa moral, bons costumes e perturbações da ordem pública. Nestes termos muitos capoeiras responderam a processos criminais em diferentes configurações de criminalidade, mas a ênfase na criminalização da capoeira revelava um projeto direcionado de eliminação da prática em todo o país. Com isso, buscava-se resolver dois grandes problemas: a expressividade de ação política da capoeiragem e, ao mesmo tempo, a capacidade de aglutinação de diferentes tradições negras em uma única prática em trânsito pelos portos marítimos e fluviais do litoral brasileiro. No final das contas, o próprio governo ajudou a promover uma primeira integração da prática da capoeira – diversificada em suas práticas regionais – quando impôs a deportação dos capoeiras do Rio de Janeiro para Pernambuco (Fernando de Noronha) ou do Pará para o Amapá, no final do século XIX. Na Bahia, até o momento, é desconhecida uma experiência nesse sentido. Isso talvez ajude a compreender a organização moderna dos capoeiras baianos no século XX.

Em oposição a sua criminalização, surgiram a "reafricanização" (via folclorização), e a "esportivização" da capoeira a partir dos anos de 1930. A primeira se manifestou inicialmente na Bahia, desde os anos de 1940, quando o que era considerado como "sobrevivência africana" passou a ser tratado como espetáculo. A experiência a partir da capoeira esporte, por sua vez, ganhou dimensão nacional, especialmente após os anos 1960, com a migração de mestres baianos para São Paulo, e oficializada em 1972 por portaria do Ministério da Educação e Cultura do Brasil. As duas tendências persistem até os dias de hoje, em apresen-

tações turísticas, festivais ou campeonatos desportivos, mas não limitaram a criatividade e possibilidades de ação do capoeira.

A capoeira veio então ao longo das últimas décadas ganhando dimensão internacional e sendo assim caracterizada por alguns como uma prática globalizada. Mais do que o reconhecimento da dívida que o Brasil tem em relação à capoeira, talvez tenha sido justamente a sua internacionalização, além da mobilização dos próprios capoeiras, que motivou, em 2008, o governo federal a registrá-la como um bem patrimonial da cultura brasileira. Quanto aos seus valores de pertencimento afro-brasileiro, espera-se que essa nova ordem diaspórica, não inviabilize que as gerações futuras entendam a capoeira no campo dos significados da experiência africana no Brasil. *Capoeira, identidade e gênero*, nesse sentido, consiste em uma sutil colaboração da história social para o debate sobre os significados históricos da capoeira no Brasil.

A reunião destes ensaios, do ponto de vista acadêmico, visa a demonstração da importância da história da capoeira para a compreensão da história do Brasil. Além disso, permite uma reflexão acerca dos procedimentos metodológicos, domínios temáticos e crítica à documentação que devem estar voltados para qualquer pesquisa que venha a ser feita sobre a capoeira. Do ponto de vista de nossa militância como praticantes de capoeira angola, buscamos mostrar como a capoeira possui não apenas uma história, mas histórias diversas que na maioria das vezes a memória coletiva dos grupos e praticantes não puderam alcançar por inúmeros fatores ou escolhas. Longe de apenas repetir o que o senso comum informa acerca da história convencional da capoeira, priorizamos aqui a crítica e quebra dos velhos paradigmas inspirados exclusivamente em "tradições inventadas", ou seja inspiradas em um passado convenientemente mitificado e a-histórico. Politicamente, optamos pelos recortes em torno da identidade

nacional, educação, historiografia, literatura, gênero e arte visando permitir ao leitor, de qualquer nível de formação e interesse, compreender o alcance da prática da capoeira na sociedade brasileira. Com este procedimento, esperamos que o público leitor compreenda criticamente a trajetória da capoeira através de seus diferentes significados sociais. Interpretações que, politicamente, se polarizaram da criminalização para a patrimonialização. É hora dos capoeiras, em sua diversidade de experiências e tradições, promoverem criticamente uma nova política de auto valorização de seus saberes e práticas. À sociedade e ao poder público, cabe reconhecer que a capoeira, como prática política e mobilização sócio-cultural, sempre consistiu em uma forma autônoma de ação afirmativa para a identidade negra no Brasil.

Créditos dos capítulos

Capítulo 1

Por uma historiografia da capoeira no Brasil

Este capítulo é uma versão modificada do texto: "História social, capoeira e capoeiragem" integrante do livro: No tempo dos valentes: os capoeiras da cidade da Bahia, publicado pela Editora Quarteto, 2005.

Capítulo 2

Capoeira e identidade nacional: de crime político à patrimônio cultural

Uma primeira versão deste capítulo foi apresentada no Seminário: "História e Cultura Africana e Afro-brasileira", organizado pelo Departamento de História da Universidade Tiradentes/SE, em agosto de 2005.

Capítulo 3

Entre diferentes histórias: os capoeiras no livro didático

Versão modificada do artigo: "Bandos de marginais: os capoeiras no livro didático História e Civilização", publicado em História Hoje: Revista Eletrônica de História, ANPUH, São Paulo, 2003.

Capítulo 4

Cabralzinho: a arte do fazer-se herói nacional através da capoeira

Comunicação apresentada por ocasião da I Semana Nzinga de Capoeira Angola, realizada em Belém do Pará, em janeiro de 2006.

Capítulo 5

Pedrito, Sete Mortes e a invenção da ficção amadiana

Comunicação apresentada no "Seminário Internacional: Tempo e Literatura", organizado pela UFBA e UEFS, em Feira de Santana-BA, em novembro de 2002.

Capítulo 6

Capoeiras da história e da literatura: testemunhos involuntários

Comunicação apresentada no "Seminário Internacional: Tempo e Literatura", organizado pela UFBA e UEFS, em Feira de Santana-BA, em novembro de 2002.

Capítulo 7

Amarrando as saias: indícios sobre mulheres capoeiras na Cidade da Bahia

Comunicação apresentada no I Simpósio Multidisciplinar sobre Mulheres e Relações de Gênero, realizado na Universidade Estadual de Feira de Santana, em março de 2004.

Capítulo 8

O reinado das mulheres: a capoeiragem feminina no norte do Brasil

Este artigo foi apresentado inicialmente na 21ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia - ABA, ocorrida em Vitória - ES, em abril de 1998, sob o título A mulher capoeira: comportamento feminino e prática de capoeira em Belém do final do século XIX, e reformulado para este livro.

Capítulo 9

Corpo, movimento e ludicidade: a capoeira como brinquedo em Gabriel Ferreira

Ensaio produzido para este livro, tendo como base a Série intitulada “Capoeiragem” que o artista tem apresentado em diversas exposições de Salões de Arte no Brasil, desde 2002.

Referências

ABRANCHES, Dunshee. *Actas e actos do governo provisório*. Edição fac-símile. Brasília: Senado Federal, 1998.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *Algazarra nas ruas*: as comemorações da independência na Bahia (1889-1923). Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente*: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822). Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

ALMEIDA, Raimundo César Alves de. *Mestre "Atenilo"*: o relâmpago da capoeira regional. (depoimentos). Salvador: Núcleo de Recursos Didáticos da UFBA, 1988.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; D'INCAO, Maria Ângela (Org.). A mulher existe?. Belém: GEPEM, 1995.

______; SANTOS, Eunice Ferreira dos (Org.). *Desafios de identidade*: espaço-tempo de mulher. Belém: CEJUP, 1997.v. 1, 487p.

AMADO, Jorge. *Jubiabá*. 58. ed. Rio de Janeiro: Record; Correio da Bahia, 2000.

______. *Tenda dosa milagres*. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

ASSUNÇÃO, M. R.; VIEIRA, L. R. Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 81-120, 1999.

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1964.

BACELAR, Jéferson. *A família da prostituta.* São Paulo: Ática, 1982.

BEZERRA, José Maia. O Asylo lyndo e protetor: práticas e representações sociais sobre a educação feminina - Belém (1870-1888). In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *A mulher existe?* Belém: GEPEM, 1995.

BORGES, Ricardo. *O Pará republicano (1824-1929)*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.

BRAGA, Julio. *Na gamela do feitiço*: repressão e resistência nos candomblés da Bahia. Salvador: Edufba, 1995.

BRASIL. *Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil-1890*. Comentado por Oscar de Macedo Soares. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904.

______. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Décimo fascículo de 01 a 31 de outubro de 1890, capítulo XIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 2734-2735. Arquivo Público do Estado do Pará.

______. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Promoção de Políticas da Igualdade Racial. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, 2004.

BRETAS, Marcos Luiz. O império da navalha e da rasteira: a República e os capoeiras. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 20, 1991.

BROOKSHAW, D. *Raça & cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

BRUHNS, Heloisa Turini. *Futebol, carnaval e capoeira.* Campinas, SP: Papirus, 2000.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989*): a revolução francesa da historiografia. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

______ (Org.). *A escrita da história*. São Paulo: EDUSP, 1992.

CADERNOS PAGU. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, n. 4, 1995. Fazendo história de mulheres.

CAMPOS, Inocêncio. *O Gororoba*: cenas da vida proletária. 2. ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1943.

CAMPOS, Lima. A capoeira. *Kosmos Revista Artistica, Scientifica e Literaria,* Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, mar. 1906.

CARNEIRO, Edson. Capoeira de Angola. In: ______. *Negros bantos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

______. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, João Marques de. *Hortência*. Belém: Cejup/Secult, 1997.

CARYBÉ. *As sete portas da Bahia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

______; PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda (Org.). *A história contada*: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

COELHO NETO, Henrique Maximiano. Nosso jogo. In: ______. *O* b*azar.* Porto: Livraria Chandron, 1928.

COUTINHO, Daniel (Mestre Noronha), *O ABC da capoeira Angola*: os manuscritos do Mestre Noronha. Brasília: DEFER/CIDOCA, 1993.

CRUZ, Ernesto, *História do Pará*, Rio de Janeiro: Império Nacional, 1963. 2 v., p. 43.

DIAS, Adriana Albert. *Mandinga, manha & malícia*: uma história sobre os capoeiras na capital da Bahia (1910-1925). Salvador: EDUFBA, 2006.

DIAS, Luis Sérgio. Capoeira: vida e morte no Rio de Janeiro. *Revista do Brasil*, Rio de janeiro, v. 2, n. 4, p. 106 – 115, 1985.

______. *Quem tem medo de capoeira? (1890-1904)*. 1993. Dissertação (mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

O ESTADO DA BAHIA, 29 ago. 1935. In: ABREU, Frederico José de. *Bimba é bamba*: a capoeira no ringue. Salvador: Instituto Jair Moura, 1999, p. 15.

FENELON, Dea Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres*: condição feminina e cultura popular na *belle époque* imperfeita. 1994. Dissertarão

(Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

FLORES, Jaques. *Panela de barro*. 2. ed. Belém: Secult, 1990.Jaques Flores é o pseudônimo de Luiz Teixeira Gomes.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada.* 5. ed. São Paulo: Papirus, 2001, p. 11.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *História e historiadores.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

______; NEVES, S. R. R. *Literatura comentada*: Jorge Amado. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GOMES, Luiz Teixeira. *Panela de barro*. 2. ed. Belém: Secult, 1990.

GUEDES, Simoni Lahud. *O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro.* Niterói: EDUFF, 1998.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLLOWAY, Thomas. O 'saudável terror': repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 16, 1989.

JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*. São Paulo: Martins, 1960. p. 271-2.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LE GOFF, Jacques ; NORA, Pierre. *História*: novos problemas, novas abordagens, novos objetos. Tradução de Terezinha Marinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *Amolando as gambias:* significados e prática da capoeira em Belém (1840-1853). 1997. Monografia (trabalho de conclusão de curso em História) - Departamento de Historia, Universidade Federal do Pará, Belém.

______. Capoeira, boi-bumbá e política no Pará republicano (1889 – 1906). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 32, 2005.

______. *Deixai a política da capoeiragem gritar*: capoeiras e discursos de vadiagem no Pará republicano (1888-1906). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

______. *A política da capoeiragem*: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906). Salvador: Edufba, 2008.

______; PANTOJA, Letícia Souto. Das bulhas e vozerias: a presença de mulheres na capoeira, em Belém do Pará no final do século XIX. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira (Org.). *Desafios de identidade*: espaço-tempo de mulher. Belém: Cejup, 1997.

LINS, Wilson. Mandonismo e obediência. In: ______ et al. *Coronéis e oligarquias*. Salvador: Ianamá, 1988.

LUHNING, Angela. Acabe com este santo, Pedrito vem aí...: mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, p. 194-220, dez./fev. 1996. Dossiê Povo Negro – 300 Anos.

MALHANO, Clara Emília Sanches de Barros. *Da materialização à legitimação do passado*: a monumentalidade como metáfora do Estado (1920-1945). Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Meu lar é o botequim*: alcoolismo e masculinidade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MEIRA, Octávio, *A primeira República no Pará (desde o crepúsculo da Monarquia até o golpe de Estado de 1891)*. Belém: Falangola, 1981. v. 1.

MEIRA, Sílvio Augusto de Bastos. *Fronteiras sangrentas*: heróis do Amapá. Rio de Janeiro: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

MENEZES, Bruno. *Batuque*. 7. ed. Belém: [s. n.], 2005.

MENEZES, Murilo. Frederico Rhossard e o seu tempo. *Revista da Academia Paraense de Letras*, Belém, 1964.

MONTELLO, Josué. *Aluísio Azevedo e a polêmica d' O Mulato*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

MORAIS FILHO, Alexandre de Melo. Capoeiragem e capoeiras célebres. In: ______. *Festas e tradições populares no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1979.

MOREIRA, Eidorfe. O primeiro romance belenense. *A província do Pará*, Belém, 27 maio 1984.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. *História e civilização*: o Brasil imperial e republicano. São Paulo: Moderna, 1992.

MOURA, Carlos Eugênio de. *O teatro que o povo cria*: cordão de pássaros, cordão de bichos, pássaros juninos do Pará: da dramaturgia ao espetáculo. Belém: Secult, 1997.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *No tempo dos valentes*: os capoeiras na cidade da Bahia. Salvador: Quarteto, 2005.

______. ARAS, Lina. Sob a pena da lei: mulheres pobres e marginais. *Politéia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 163-174, 2003.

OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo da Costa (Org.). *Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos*: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938. São Paulo: Corrupio, 1987.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. Jorge Amado: um escritor de putas e vagabundos?. In: CHALHOUB, S.; PEREIRA, L. A. de M. (Org.). *A história contada*: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PALHANO, Lauro. *O Gororoba*: cenas da vida proletária. 2. ed. Rio de Janeiro: Pongetti, 1943. Lauro Palhano é o pseudônimo de Juvêncio Lopes da Silva Campos.

PANTOJA, Ana Lídia Nauar. Trabalho de negras e mestiças nas ruas de Belém do Pará (1890-1910). In: BUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina (Org.). *Tempo e lugares de gênero*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

PASTINHA, Mestre. *Capoeira Angola*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.

PEIXOTO, Afrânio. A vida e a obra de Nina Rodrigues. In: RODRIGUES, N. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.* Salvador: Progresso, 1957.

PEREIRA, Carlos Victor. *Belém Retrospectiva.* Belém: Falangola, 1962.

PEREIRA, Nunes. *O Sahiré e o Marabaixo*. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1989.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 4, p. 24, 1995. Fazendo história de mulheres.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *A capoeira na Bahia de Todos os Santos*: um estudo sobre cultura e classes trabalhadoras (1890 – 1937). [Palmas]: NEAB, 2004.

______. *A capoeira no jogo das cores*: criminalidade, cultura e racismo no Rio de Janeiro (1890-1937). 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

PROENÇA, Raimundo, *Pontos de história do Pará.* Belém: Papelaria Americana, 1937.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. História, mito e memória: o cunani e outras repúblicas. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Nas terras do Cabo Norte*: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII-XIX. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

______. *Da senzala à República*: tensões sociais e disputas partidárias em São Paulo (1869-1889). Dissertação. 1995. (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Mimeografado.

QUERINO, Raimundo Manuel. A capoeira. In: ______. *Bahia de outrora*. Salvador: Livraria Econômica, 1916.

Quintino Bocayuva e a deportação. In: ABRANCHES, Dunshee. *Actas e actos do governo provisório*. Edição fac-símile. Brasília: Senado Federal, 1998.

RAMBELLI, G.; FUNARI, Pedro Paulo. Patrimônio cultural subaquático no Brasil: algumas ponderações. *Práxis Archaeológica:*

Revista electrónica de Teoria, Metodologia e Política de Arqueologia, Porto, n. 2, p. 97-106, 2007. Disponível em: <http://www.praxisarchaeologica.org/PT/002_pt.html>. Acesso em: 30 abr. 2009.

REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola:* ensaio sócio-etnográfico. Salvador: Itapoá, 1968.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Território do Amapá*: perfil histórico. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

REIS, Letícia Vidor de Souza. *O mundo de pernas para o ar*: a capoeira no Brasil. Rio de Janeiro: Publisher, 1998.

REIS, Nélio. *O rio corre para o mar*. 2 ed. Prefácio de Josué Montello. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/SECULT, 1990.

______. *Subúrbio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

RIBEIRO, José Sampaio de Campos. *Gostosa Belém de outrora*. Belém: Editora Universitária, 1965.

ROCQUE, Carlos, *Depoimentos para a história política do Pará*. Belém: Mitograph, [19--?]

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SALLES, Vicente. *A defesa pessoal do negro*: a capoeira no Pará. Brasília: Microedição do autor, 1994.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. *Capoeiras e malandros*: pedaços de uma sonora tradição popular (1890-1950). 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A república do povo*: sobrevivência e tensão (1890-1930). Salvador: EDUFBA, 2001.

SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo* a *belle époque*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Belém. Mimeografado.

SCHIMÍDT, Mário. *Nova História Crítica*. São Paulo: Nova Geração, 1999. 4v.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jaques. (Org.). *A história nova.* 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

______. *Retrato em branco e negro*: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

______. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. *Afro - Ásia*, Salvador n. 18, 1996.

SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: Edufba, 2003.

______. *A discriminação do negro no livro didático*. 2 ed. Salvador: Edufba, 2004

______. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola.* 3. ed. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental, 2001.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola.* 3. ed. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental, 2001.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: UNICAMP, 2001.

______. *A capoeira escrava no Rio de Janeiro (1808-1850)*. 1998. Tese (doutorado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

______. *A negregada instituição*: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890. Rio de Janeiro: Access, 1999.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro - Ásia*, Salvador, n. 17, 1996.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica a Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, Maria A. Leopoldino Tursi. Ensino de história que se ensina: tautologia ou um debate essencial na construção da crítica à história

ensinada no ensino fundamental? *Agora*, Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 2, jul./dez. 1999.

VERGER, Pierre. *Retratos da Bahia.* Salvador: Corrupio, 1987.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*: Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UNB, 1982.

VIANNA, Antônio. *Casos e coisas da Bahia*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1984.

VIANNA, Hildegardes. *Folclore brasileiro*: Bahia. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981.

VICENTINO, Cláudio. *História*: memória viva. São Paulo: Scipione, 1998.

VIEIRA, Luis Renato. *O jogo da capoeira:* corpo e cultura popular no Brasil. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

ZAMBONI, Ernesta. O conservadorismo e os paradidáticos de história. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n. 25-26, p. 175-193, 1994.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner. C. Patrimônio Cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista brasileira de História*, São Paulo v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

Outras fontes

A CONSTITUIÇÃO. Belém, 21 nov. 1876.
DIÁRIO DE BELÉM. 17 fev. 1888.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 12 jan. 1893.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 27 abr. 1893.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 30 abr. 1893.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 27 maio 1893.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 17 de out. 1893.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 27 out. 1893.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 21 jul. 1896.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 23 ago. 1896.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 28 set. 1897.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 14 abr. 1898.
O ESTADO DA BAHIA. Salvador, 29 ago. 1935.
A FOLHA DO NORTE. Belém, 18 maio 1905.
FOLHA DO NORTE. Belém, 19 maio 1905.
FOLHA DO NORTE. Belém, 28 fev. 1911.
GAZETA DO POVO. 2 dez.1914.
JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, 7 jan. 1913.
JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, 10 fev. 1914.
JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, 28 fev. 1914.
JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, 9 ago.1917.
JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, 23 ago.1917.
JORNAL DE NOTÍCIAS. Salvador, 24 abr. 1920.
O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 24 fev. 1888.
A REPÚBLICA. Belém, 11 set. 1890.
A TARDE. Salvador, 10 maio 1922.
A TARDE. Salvador, 11 maio 1922.

ANEXO A

Legislação que criminaliza a prática de capoeira

Dos vadios e capoeiras

Art.399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicilio certo em que habite; prover à subsistência por meio de ocupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena – de prizão cellular por quinze a trinta dias.

§ 1. Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de quinze dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2. Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até a idade de 21 annos.

Art.400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidência, o infractor será recolhido, por um a três annos, a colonia-es penaes, que se fundarem em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes.

Paragrapho único. Si o infractor for estrangeiro será deportado.

Art. 401. A pena imposta aos infractores, a que se referem os artigos precedentes, ficará extincta si o condemnado provar superveniente acquisição de renda bastante para a sua subsistência; e suspensa, si apresentar fiador idôneo que por elle se obrigue.

Paragrapho único. A sentença que, a requerimento do fiador, julgar quebrada a fiança, tornará effectiva a condemnação suspensa por virtude della.

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecido pela denominação *capoeiragem;* andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal;

Pena – de prisão cellular por dois a seis mezes.

Paragrapho único. É considerada circumstancia aggravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidência será applicada ao capoeira, no grão máximo, a pena do art. 400.

Paragrapho único. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Si nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem, a tranqüilidade ou segurança pública, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cumpridas para taes crimes.

Extraído do *Código Penal da Republica dos Estados Unidos do Brasi*l (Decreto nº 847 de 11/10/1890).

ANEXO B

Certidão de registro da roda de capoeira como patrimônio cultural brasileiro

Serviço Público Federal
Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional - IPHAN

CERTIDÃO

CERTIFICO que no Livro de Registro das Formas de Expressão, volume primeiro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan, instituído pelo Decreto número 3.551, de 4 de agosto de 2000, consta à folha 9, verso, o seguinte: “Registro número 7. Bem cultural: **Roda de Capoeira**. Descrição: A capoeira é uma manifestação cultural presente hoje em todo o território brasileiro e em mais de 150 países, com variações regionais e locais criadas a partir de suas “modalidades” mais conhecidas: as chamadas “capoeira angola” e “capoeira regional”. O conhecimento produzido para a instrução

do processo permitiu identificar os principais aspectos que constituem a capoeira. como prática cultural desenvolvida no Brasil: o saber transmitido pelos mestres formados na tradição da capoeira e como tal reconhecidos por seus pares; e a roda onde a capoeira reúne todos os seus elementos e se realiza de modo pleno. A **Roda de Capoeira** é um elemento estruturante desta manifestação, espaço e tempo onde se expressam simultaneamente o canto, o toque dos instrumentos, a dança, os golpes, o jogo, a brincadeira, os símbolos e rituais de herança africana - notadamente banto — recriados no Brasil. Profundamente ritualizada, a roda de capoeira congrega cantigas e movimentos que expressam uma visão de mundo, uma hierarquia e um código de ética que são compartilhados pelo grupo. Na roda de capoeira se banzam os iniciantes, se formam e se consagram os grandes mestres, se transmitem e se reiteram práticas e valores afro-brasileiros. Esta descrição corresponde à síntese do conteúdo do processo administrativo nº 01450.002863/2006-80 e Anexos, no qual se encontra reunido um amplo conhecimento sobre esta Forma de Expressão, contido em documentos textuais, bibliográficos e audiovisuais. O presente Registro está de acordo com a decisão proferida na 57ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, realizada no dia 15 de julho de 2008. Data do Registro: 21 de outubro de 2008. E por ser verdade, eu, Márcia Genésia de Sant'Anna, Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada. Brasília, Distrito Federal, 20 de novembro de 2008.

* Extraído de www.iphan.gov.br

Colofão

Formato	16x 22 cm
Tipografia	Aldine LT BT (texto) Swiss721 Lt BT (Títulos)
Papel	Alcalino 75g/m² (miolo) Cartão Supremo 250 g/m² (capa)
Impressão	Reprografia da UFBA
Capa e Acabamento	Cian Gráfica
Tiragem	500